

PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**“Cidade Jardim, fundos”:
A Vila Monte São José e as imagens sobre o lugar favela**

Wanja Ribeiro dos Santos Filgueiras

Belo Horizonte
2009

Wanja Ribeiro dos Santos Filgueiras

**“Cidade Jardim, fundos”:
A Vila Monte São José e as imagens sobre o lugar favela**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Cultura e estilos de vida

Orientadora: Juliana Jayme

Belo Horizonte
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F481c	Filgueiras, Wanja Ribeiro dos Santos
	Cidade Jardim, fundos : a Vila Monte São José e as imagens sobre o lugar favela / Wanja Ribeiro dos Santos Filgueiras. Belo Horizonte, 2009.
	153f. : il.
Minas	Orientadora: Juliana Gonzaga Jayme Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
	1. Sociologia urbana. 2. Antropologia urbana. 3. Favelas. 4. Representações sociais. 5. Estigma. 6. Vila Monte São José (Belo Horizonte, MG). I. Jayme, Juliana Gonzaga. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.
	CDU: 301.18

Revisão ortográfica e normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dedicatória

*Ao Divino Mestre, pela presença constante.
A Zezório, Yuri e Iara, com amor.*

Agradecimentos

Agradeço:

Com imenso respeito e admiração, aos moradores da Vila Monte São José. Sinto-me honrada por ter sido parte da vida de vocês durante alguns meses. Esta dissertação é uma humilde contribuição para o reconhecimento do valor de vocês.

À minha família: meus amados Zezório, Yuri e Iara – meu norte e minha sorte são vocês. Meus pais Ernesto e Duca e minha irmã Walquíria. Vocês acreditaram, incentivaram, suportaram e apostaram no recomeço. Estamos juntos!

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas pela oportunidade. À Professora Juliana Jayme por sua orientação atenta, afetuosa, suas críticas pertinentes e seu estímulo constante. Sua companhia neste percurso, às vezes reto e tranquilo e outras vezes tortuoso e cheio de tensões, foi muito importante e especial. À professora Luciana Andrade pelas sugestões bibliográficas, pela leitura rigorosa e observações importantes no exame de qualificação. À professora Magda de Almeida Neves pelo estímulo e encorajamento. Aos professores Rômulo Paes, Carlos Aurélio, Cristina Filgueiras, Lea Souki, Lúcilia Neves e Tarcísio Botelho pelos ensinamentos.

Aos amigos Anna Rachel, Antônio, Teresa, Cris Vilas Boas, Cida, LuHouri e Ruth pelas oportunidades de diálogo, pela leitura atenta, pelas contribuições, pela revisão cuidadosa e pelo incentivo. Valeu a pena!

À URBEL e aos vários e caríssimos colegas de trabalho: Lúcia, Mariza, Edílson, Ana Cristina, Lu Belli, Weverton, Cilene, Marcionílio, Carla, Kênia, Décio, Cleber, Lili, Andréia, Priscila, Michele, Pedro, Emerson, Adelson, Giovani, Fatão, Aloísio, Haydée e Humberto. Em algum momento desta caminhada vocês foram importantes seja por meio das oportunidades de discussão, compreensão, material disponibilizado, liberação para trabalho de campo e informações importantes para a dissertação.

Aos amigos que surgiram ao longo do mestrado: Clau, Cristiano, Carlúcia, Dona Rê, Jane, Hila e Helô pela convivência prazerosa, regada a muita sociologia, antropologia, ciência política, conversa mole e boas gargalhadas.

Aos professores Helena Bini, Maria Bárbara e Antônio Luiz Paixão (*in memoriam*), que lançaram os fios que teceram minha trajetória nos caminhos das ciências sociais, em especial, da sociologia.

EPÍGRAFE

“Em defesa de todas as favelas do meu Brasil
Aqui fala o seu embaixador.”

A favela, nunca foi reduto de marginal
A favela, nunca foi reduto de marginal

Ela só tem gente humilde, marginalizada
E essa verdade não sai no jornal

A favela é um problema social
A favela é um problema social

Sim mas eu sou favela
Posso falar de cadeira
Minha gente é trabalhadeira
Nunca teve assistência social
Ela só vive lá
Porque para o pobre não tem outro jeito
Apenas só tem o direito
A um salário de fome e uma vida normal.

A favela é um problema social
A favela é um problema social.

(*Eu sou favela* - Bezerra da Silva)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo compreender as representações sociais que são elaboradas pelos moradores de uma favela de Belo Horizonte: Vila Monte São José – localizada no Bairro Cidade Jardim – acerca do lugar favela, considerando as variáveis urbanização; localização da vila; tamanho do território; proximidade física e distância social com vizinhança rica; processo de construção da moradia e presença do tráfico de drogas. O seu ponto de partida é a consideração de que não obstante o reconhecimento do direito à cidade, por meio de programas públicos de urbanização, a favela é um espaço físico que expressa um espaço social hierarquizado e estigmatizado, cabendo a seus moradores um esforço sobre-humano de desidentificação com o lugar favela.

Ao analisar as imagens construídas sobre os nomes de seu local de residência, endereços, usos das expressões vila, morro, favela, bairro e comunidade, assim como ao refletir sobre o processo de ocupação do espaço e construção das moradias, perda de território – fruto de sucessivas remoções –, bem como os bônus e ônus subjacentes à proximidade física com os moradores dos bairros ricos do entorno, o processo de urbanização e discutir os dilemas e tensões inerentes às relações o grupo que controla o tráfico de drogas no local, pode-se ver que, morar no espaço favela transcende a luta diária pela sobrevivência. Presos a uma estrutura que os coloca numa posição subalterna, o grande desafio é construir alternativas simbólicas que os insira na cidade e os afaste do rótulo marginal.

Palavras-chave: Sociologia urbana, antropologia urbana, favela, representações sociais, estigma.

ABSTRACT

To present dissertation has as objective understand the social representations that are elaborated by the inhabitants of a slum of Belo Horizonte: Vila Monte São José, located in the Quarter Cidade Jardim concerning the place slum, considering the variables urbanization; location of the village; size of the territory; physical proximity and social distance with rich neighborhood; process of construction of the housing and presence of the traffic of drugs. This starting point is the consideration that despite of the recognition of the right to the city, by means of public programs of urbanization, the slum is a physical space that expresses a hierarchical and stigmatized social place, fitting its inhabitants an effort on-human not identified with the place slum.

When analyzing the images constructed around the names of their place of residence, addresses, uses of the expressions village, “morro”, slum, quarter and community, even to reflect on the process of occupation of the space and construction of the housings, loss of territory - caused of successive removals -, as well as bonus and onus underlying with physical proximity with the inhabitants of the rich quarters of region, process urbanization and to argue the inherent quandaries and tensions to the relations the group that controls the traffic of drugs in the place, it can see that, to live at the space slum exceeds the daily struggle for survival. Attached to a structure that places them in a subordinate position, the great challenge is to construct symbolic alternatives that inserts them in the city and move them from the marginal label.

Key-Words: Urban sociology, urban anthropology, slum, social representations, stigma.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “As primeiras favelas de Belo Horizonte - Época do surgimento e remoção (1895/1950)”	42
Figura 2 - Mapa das Regiões Administrativas de Belo Horizonte	61
Figura 3 - Mapa das ZEIS 1 e 3 em Belo Horizonte	62
Figura 4– Localização da Vila Monte São José.	70
Figura 5 - Mapa do deslocamento da Favela Barroca	71
Figura 6 - Foto Aérea do Morro do Querosene em 1969	73
Figura 7 - Cruzamento das ruas Assembléia e Sete Câmara em 1984	74
Figura 8 - Rua Sete Câmara em 1984.....	74
Figura 9 – Rua Assembléia em direção à Avenida Prudente de Moraes em 1984	75
Figura 10 – Rua Assembléia em direção á Avenida Prudente de Moraes em 1984	75
Figura 11 - Rua Assembléia em direção à Avenida Raja Gabaglia em 1984.....	76
Figura 12 - Beco Eucalipto em 1984	76
Figura 13 - Casa parcialmente demolida em 1984	77
Figura 14 - Mutirão no Beco Coqueiro	79
Figura 15 - Mutirão no Beco Eucalipto	80
Figura 16 - Mutirão nas proximidades da Rua Sete Câmara.....	81
Figura 17 - Beco Eucalipto	81
Figura 18 - Beco Alegria	82
Figura 19 - Beco Alegria	83
Figura 20 - Foto aérea da Vila Monte São José – 2008.....	85
Figura 21 - Rua Assembléia em direção à Avenida Raja Gabaglia em 2009.....	86
Figura 22 - Beco da Alegria em 2009	87
Figura 23 - Beco do Sossego em 2009	88
Figura 24 - Encontro dos Becos Alegria e Sossego em 2009.....	89
Figura 25 - Rua Assembléia com início de “movimento” em 2009	90
Figura 26 - Galpão conquistado no OP/1995 em 2009	91
Figura 27 - Capela Santo Inácio de Loyola, localizada no Beco Pachá	92
Figura 28 - Igreja Deus é Amor, localizada na Rua Assembléia em 2009	93
Figura 29 - Rua Assembléia sentido Avenida Prudente de Moraes em 2009	94

Figura 30 - Quadra de futebol da vila. Ao fundo vista dos bairros Luxemburgo e Belvedere	94
Figura 31 - Beco do Sossego com vista para a vizinhança do Bairro Luxemburgo.....	95
Figura 32 - Beco Eucalipto em 2009	96
Figura 33 - Beco Eucalipto em 2009	97
Figura 34 - Praça localizada no Beco Coqueiro	98
Figura 35 - Rua Assembléia sentido Avenida Prudente de Moraes.....	99
Figura 36 - Beco Coqueiro em 2009	100
Figura 37 – Relação de obras do Orçamento Participativo na Vila Monte São José ...	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	68
Tabela 2	69
Tabela 3	84

LISTA DE SIGLAS

AEIS – Áreas de Especial Interesse Social

CEURB – Centro de Estudos Urbanos

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC DO B – Partido Comunista do Brasil

PLANÃO – Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenções em Vilas, Favelas e Conjuntos Habitacionais de Especial Interesse Social

PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas

PROMORAR – Programa de Erradicação da Subhabitação

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PUC- MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SIT – Supervisão de Informações Técnicas

SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

ZEIS – Zona de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Procedimentos Metodológicos	18
2	UMA SOLUÇÃO CHAMADA FAVELA	25
2.1	A cidade como espaço para moradia	25
2.2	Favela: uma solução de moradia para a população pobre	32
2.3	A solução favela no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte..	35
2.4	As representações sociais sobre a favela.....	48
3	AS FAVELAS NO BELO HORIZONTE.....	60
3.1	A favela na cidade de Belo Horizonte hoje.....	60
3.2	A Vila Monte São José – caracterização.....	70
4	REFLEXOS DO ESPELHO PARTIDO: AS IMAGENS A PARTIR DO NÓS E DOS OUTROS	101
4.1	O Nós.....	101
4.1.1	A casa	101
4.1.2	A vila e sua localização	105
4.1.3	O lugar: seus nomes e apelidos	113
4.2	Os outros.....	118
4.2.1	O tráfico	118
4.2.2	Os vizinhos dos bairros	123
5	CONCLUSÃO.....	129
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE	141

1 INTRODUÇÃO

Em Belo Horizonte, assim como em outras capitais, a favela representa o resultado das tentativas, por parte do poder público, de criar uma cidade planejada, pensada para se tornar a capital do Estado, mas que, na realidade, significou privilegiar grupos dominantes, deixando para fora de seu contorno, seja físico ou simbólico, contingentes populacionais mais pobres. Problematizar a favela nas questões relativas à discussão desse espaço de moradia, considerando as representações sociais que os moradores constroem acerca do lugar onde vivem, ou seja, discutir as imagens desse espaço, pensado por dentro e não visto de fora –constitui o eixo orientador desta dissertação.

Na discussão que Guimarães (1982; 1991) faz sobre as favelas em Belo Horizonte, ela analisa sua origem e evolução destacando o papel do poder público frente a tal questão. Sua primeira constatação é a de que existe uma ausência de dados precisos sobre as favelas em Belo Horizonte – fruto da dinâmica interna (constante construção, expansão, verticalização, expulsão e adensamento) e da atenção (ou falta) que tal assunto sempre recebeu por parte das instituições estatais e, pode-se acrescentar da academia¹. Desde a criação da cidade – planejada para ser o centro administrativo do Estado, em período anterior à sua inauguração – já contava com duas áreas invadidas, com aproximadamente 3.000 pessoas. A causa de tal situação foi ter sido, a cidade, pensada como lugar exclusivo para moradia de funcionários públicos. Era como se o imenso contingente de trabalhadores que construiu Belo Horizonte, após a conclusão da obra, devesse retornar para seus lugares de origem.

Atualmente, a cidade possui 174 favelas com uma população estimada de 350.566 habitantes, distribuídos em 97.012 domicílios (URBEL, 2008). Da inauguração até os dias de hoje, favelas surgiram, outras tantas sumiram do mapa da cidade e avanços, no sentido do reconhecimento à sua existência por meio de programas públicos de urbanização, também se fizeram presentes. Tal reconhecimento passa a ocorrer a

¹ Em 2000, o Centro de Estudos Urbanos da UFMG, tendo à frente da equipe Berenice Guimarães, elaborou para a Prefeitura de Belo Horizonte um “Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenções em Vilas, Favelas e Conjuntos Habitacionais de Especial Interesse Social”. Uma das primeiras constatações do estudo reafirmava as dificuldades para elaborar um diagnóstico das favelas na cidade, dada a ausência de dados sobre as mesmas.

partir da década de 1980 – com a redemocratização do país. Nesse momento, o poder público frente à demanda popular crescente por melhoria na qualidade de vida, elabora programas de urbanização que tinham como eixo norteador o reconhecimento do direito dos moradores de favela a ocupar aquele espaço. Belo Horizonte foi pioneira na implantação de uma lei conhecida como Lei do PROFAVELA, que regulariza as ocupações em áreas públicas municipais – incluindo favelas e conjuntos habitacionais favelizados. Nesse período também foi criada uma empresa – URBEL –, responsável, até hoje, não somente pela execução deste programa, mas de outros voltados para a urbanização de favelas. Se a década de 1980 trouxe avanços para as favelas, a partir de 1993, com a chegada da Frente BH Popular – aliança liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e composta pelos Partido Verde (PV), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) – ao poder público municipal houve o coroamento desse processo, pois a partir do princípio da inversão das prioridades, com o Programa Orçamento Participativo, a população residente em áreas mais carentes de urbanização passou a não somente contar com aporte de recursos, mas também, no bojo de uma discussão coletiva, definir a alocação dos mesmos. (MELO, 2008)

Mesmo com os avanços ocorridos nos últimos 20 anos da vigência de programas de urbanização, constata-se que a favela não foi completamente inserida na cidade. Ou seja, uma concepção de cidade que separa os espaços e rotula as pessoas de acordo com o padrão e a localização da sua habitação, mesmo que essas localidades passem por todo um processo de urbanização e até regularização da propriedade, insiste em manter a favela e seus moradores com a marca do indigno de pertencimento. Além disso, o fenômeno do tráfico de drogas e da criminalidade tem mantido a marca que, desde o século XIX, vincula as favelas a lugar de barbárie e criminalidade que deve ser sanado e saneado e sua população como passível de pertencer à cidade, desde que em suas franjas e margens². Para incrementar os debates sobre o fenômeno favela, nos últimos dois anos, tem-se observado a execução de grandes projetos de intervenção urbana, principalmente em favelas da região central da cidade, nos quais contingentes expressivos de famílias passam a ter como alternativas de moradias residências em

² Em entrevista à Rádio Itatiaia no dia 02/06/09, o presidente de um sindicato vinculado à construção civil, ao tratar da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, argumenta que Belo Horizonte não possui terrenos para construção de moradias para a população com até três salários mínimos. Assim, a saída é “mandá-los para a periferia”.

locais distantes – periferia ou municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), haja vista os valores das indenizações *vis-a-vis* o preço dos lotes e imóveis seja nas próprias favelas de origem ou em bairros próximos ou adaptação a um modelo de habitação, prédio de apartamentos que se afigura como diferente da favela.³

A presente dissertação se delineia a partir da minha experiência de trabalho em favelas⁴. No cotidiano do trabalho e da convivência com os moradores de diversas favelas da cidade foi possível problematizar o contraditório, haja vista a existência de programas cujos princípios propõem a inserção dessas populações na cidade a partir de um amplo debate, mas, que estão sendo, muitas vezes, implementados sob a batuta das diretrizes técnicas que, muitas vezes, desconsideram as múltiplas realidades locais, ou seja, o mosaico que é o fenômeno favela perdendo, assim, seu princípio original de participação e redundando na manutenção do estigma associado ao morador da favela, como aquele a quem devemos assistir, pois incapaz de escolhas ou dele fugir, já que é elemento perigoso.

Segundo Jeudy (2005) muito embora a gestão tecnocrática procure impor sua visão de mundo sobre a cidade, tem-se que o intuitivo e o sentimental não desaparecem por completo. Assim, a inserção na cidade é sempre incerta, movimentada e se ancora no cotidiano e na pluralidade dos pontos de vistas. Segundo esse norte, a presente dissertação discute as imagens construídas sobre a favela por seus moradores, à luz de uma perspectiva sociológica que entende o espaço físico como expressão de um espaço social hierarquizado, no qual, por meio das interações sociais, indivíduos interdependentes estigmatizam e são estigmatizados, introjetam estigmas e os reproduzem por meio do discurso (GOFFMAN, 1988; BOURDIEU, 1997; ELIAS, 2000).

Entre as diversas favelas existentes na cidade, escolheu-se a Vila Monte São José, também conhecida como Morro do Querosene, por estar localizada na região

³ A partir de 2007 a implementação de programas de urbanização na cidade de Belo Horizonte acarretou a remoção das seguintes favelas: Vietnã, São Paulo, Maria Virgínia, Carioca, Suzana Modelo, Vila Bacurau, Vila Belém, Vila São José e ocupação às margens da Rodovia MG20 entre os bairros Ribeiro de Abreu e Novo Aarão Reis. Em outras vilas e favelas da cidade – Aglomerado da Serra, Aglomerado Morro das Pedras, Vila Califórnia, Pedreira Prado Lopes e Vila Cachoeirinha com o programa Vila Viva, contingentes não inferiores a 200 famílias estão sendo ou serão removidos para urbanização das mesmas.

⁴ Desde 1998 trabalho na Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, como analista técnico social. Nessa função o profissional das ciências humanas atua na mobilização, cadastramento, elaboração de perfil socioeconômico de moradores beneficiários dos Programas Orçamento Participativo, Regularização Fundiária, Orçamento Participativo da Habitação, Reassentamento em função de obras públicas e Programa Bolsa Moradia.

Centro-Sul de Belo Horizonte, ser completamente urbanizada e regularizada do ponto de vista fundiário. Ela também é uma das favelas mais antigas da cidade – surgiu em 1942 a partir da remoção da favela da Barroca – encontra-se rodeada por bairros de classe alta: Cidade Jardim, Luxemburgo e Coração de Jesus e convive com a presença do tráfico de drogas. Para a consecução desse objetivo buscou-se analisar, especificamente, de que maneira variáveis eminentemente físicas, tais como localização, tamanho do território, processo de construção das moradias, propriedade da terra, urbanização, assim como os aspectos sociais relacionados a uma nomenclatura que os moradores utilizam para designar seu lugar de residência e à contigüidade com uma vizinhança rica e com o tráfico de drogas incidem e impactam sobre as imagens que os moradores constroem acerca de si e do lugar favela.

A dissertação se estrutura em quatro capítulos, além da conclusão. No capítulo 2 discutem-se os pressupostos teóricos sobre os quais se assentam a compreensão sobre o fenômeno favela, o processo de formação das favelas no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, assim como se apresenta uma discussão sobre o tema das representações sociais sobre a favela.

O capítulo 3 apresenta um panorama das favelas em Belo Horizonte hoje, no que tange à sua evolução numérica e populacional, assim como informações de um diagnóstico realizado em 2000, pelo Centro de Estudos Urbanos da UFMG. Na segunda parte deste capítulo é feita a caracterização da Vila Monte São José, objeto deste estudo.

No capítulo 4 são discutidos os resultados da pesquisa de campo. Este se divide em Imagens a partir do Nós e dos Outros, pois foi possível perceber que as variáveis descritas acima se ramificam em dois eixos norteadores das imagens que os moradores da Vila Monte São José constroem sobre o lugar favela.

Por fim, na Conclusão, os principais pontos discutidos serão retomados, não tanto para chegar a conclusões fechadas, mas com intuito, antes de deixar pistas para possíveis discussões futuras.

1.1 Procedimentos Metodológicos

O trabalho de campo partiu do pressuposto de que um estudo que pretende analisar as imagens construídas pelos moradores sobre um determinado fenômeno, no caso a favela, não poderia prescindir de ouvi-los, de analisar seus discursos, assim como de observar os jogos sociais e as interações *in loco*. Aqui é importante destacar o dilema vivido na realização do trabalho de campo, pois teria que enfrentar a questão do distanciamento de algo que há 10 anos se configura como estranhamente familiar, uma vez que é meu objeto de trabalho. A discussão feita por Velho (1978) foi de suma importância para ter mais clareza de que este dilema faz parte da vida das ciências sociais.

O autor faz uma pertinente discussão acerca da objetividade na ciência e sobre os métodos da antropologia. Para ele, em defesa de uma imparcialidade e neutralidade, foi comum no que ele chama de ciências sociais tradicionais a opção por utilizar o método quantitativo. Em relação à antropologia, que sempre se identificou com o método qualitativo, seja por meio da observação participante, entrevistas e contato direto com o objeto de pesquisa, principalmente quando se tratou de fazer antropologia na cidade, o tema da “distância” tanto social quanto psicológica adquire maior complexidade, pois que envolve considerar o fato de que pertencer a uma mesma sociedade não implica, necessariamente, compartilhar valores, costumes, regras etc. Ou seja, para Velho o fato de ser familiar não significa apreensão total dos significados. Na realidade, tal questão deve ser colocada nos termos das possibilidades de relativização, visando transitar entre os vários pequenos mundos, colocando-se no lugar desses vários outros que existem na cidade. Nesse sentido, ele avalia que analisar o que é “familiar” pode ser mais complicado do que analisar o exótico, pois mexe com esquemas mentais cristalizados e, concordando com Geertz, ele aponta para o caráter interpretativo das análises antropológicas, as quais permitem enfrentar a impossibilidade de se compreender o humano sem ser imparcial. Segundo ele: “isso mostra não a feliz coincidência ou a mágica do encontro entre o pesquisador e objeto com que tenha afinidade, mas sim o caráter de interpretação e a dimensão de subjetividade envolvidos neste tipo de trabalho” (VELHO, 1978, p. 43).

Dessa maneira, quando se trata de estranhar o familiar, o “ofício” do pesquisador está exposto ao confronto permanente não somente com outras interpretações científicas, mas também com outras formas de conhecimento. Assim, a tarefa é, para além de empreender uma interpretação sobre determinado fato familiar, estar aberto a se confrontar, intelectual e emocionalmente, com outras visões, interpretações e versões sobre os fatos. E foi com essa certeza que iniciei meu trabalho de campo.

A pesquisa empírica começou com o estabelecimento de contatos telefônicos com a liderança da Vila Monte São José, aqui chamada Maria⁵. A decisão de entrar em contato primeiramente com tal pessoa se deu em função da necessidade de realizar uma sondagem sobre as possibilidades de empreender um trabalho de campo que envolveria uma presença mais constante na localidade seja para fazer observação, contatar moradores para possíveis entrevistas, perambular pelas ruas e becos e participar dos eventos sociais da vila. É importante destacar que esse contato inicial com a liderança local é uma praxe no trabalho social da URBEL e procurei adotá-la, visando não somente a disseminação da informação sobre minha presença na vila, mas também para deixar claro que lá estava como pesquisadora e não servidora pública.

Nesse primeiro contato tive a oportunidade de explicitar os objetivos da pesquisa, assim como sondar a receptividade a uma pessoa estranha – “de fora” – interferindo no cotidiano do lugar. Todavia, sempre tive a preocupação de não chamar, para minha presença, uma importância ou destaque, visando o estabelecimento de uma relação de confiança com os moradores da vila. Também procurei não ficar estreitamente vinculada à liderança para ter mais liberdade para fazer contatos com os moradores e não ser “dirigida” na escolha dos informantes. Ou seja, ter um contato com lideranças locais é importante para um primeiro e superficial mapeamento da realidade local, mas este contato não pode se transformar numa “camisa de força”, pois pode colocar em risco a própria pesquisa de campo, já que, muitas vezes, as lideranças podem buscar imprimir a sua visão de mundo, seja por meio de sua entrevista, seja através das pessoas que lhe apresentam para serem entrevistadas.

Após esse contato inicial, realizado em 10 de abril de 2008, durante sete meses, em dias e horários alternados, incluindo finais de semana e feriados, estive na vila para fazer observações, perambular pelas ruas e becos, bater papo com moradores, tirar fotos,

⁵ Para preservar os entrevistados seus nomes são fictícios.

acompanhar eventos, fazer contatos e entrevistas. Nesse período foi possível observar o cotidiano da vila de manhã, à tarde e em parte da noite, acompanhar alguns eventos tais como missa, reunião da associação com um funcionário da prefeitura, abertura do Orçamento Participativo no Colégio Marconi⁶, Fórum para eleição de delegados do OP e apresentação das obras pleiteadas por algumas vilas e favelas da Região Centro-Sul juntamente com moradores da localidade; participar da festa junina promovida pela Creche Recanto do Menor; participar de assembléia dos moradores para discutir a compra de lotes da vila por parte de um empresário do ramo imobiliário; acompanhar um grupo de moradores que foram à URBEL entregar abaixo-assinado sobre a presença desse empresário na vila e reuniões entre a presidente da associação dos moradores com membros da igreja Santo Inácio e a ONG Dona Lucinha.

Também, a partir deste contato passei a fazer observação do cotidiano da vila. Nesta buscava relatar num diário de campo minhas percepções acerca do dia-a-dia das pessoas, impressões sobre as conversas e contatos estabelecidos nessas visitas e impressões sobre as entrevistas realizadas. A observação se constituiu num instrumento importante da pesquisa, pois permitiu o confronto dessas percepções com as entrevistas e contatos que, ao longo dos meses de pesquisa, foram realizados. Foi durante esse trabalho de observação que pude estranhar o vazio das ruas, descartar a possibilidade de fazer uma pesquisa quantitativa, já que uma pesquisa qualitativa seria o instrumento ideal para captar as imagens sobre o lugar, aprimorar o roteiro de entrevista haja vista a dinâmica local, perceber que em alguns momentos já fazia “parte da paisagem”, verificar que os relatos acerca da entrada rotineira dos vizinhos ricos na vila não correspondiam à realidade do isolamento que só era quebrado pela entrada de pessoas para comprar drogas ou ir direto para a Creche Recanto do Menor e sentir o exato momento de me distanciar para analisar e interpretar os dados coletados.

No que se refere às entrevistas, foi elaborado um roteiro aberto com questões relativas às variáveis delimitadas no projeto sobre os quais os entrevistados discorriam com liberdade. Obviamente, como se tratava de um roteiro aberto, quando surgiam questões relevantes aos objetivos do mesmo, elas eram abordadas e discutidas durante a entrevista. Ao longo das entrevistas procurei ficar atenta às reações dos entrevistados aos temas abordados, fossem através dos gestos, expressões faciais e interrupções.

⁶ O Colégio Marconi, então localizado dentro do Parque Municipal, na Avenida Afonso Pena, região central de Belo Horizonte. Pela sua localização e estrutura é, geralmente, utilizado para eventos da Prefeitura.

Também, certa de que a minha presença e o momento da entrevista trazem em seu bojo um componente de violência simbólica, sempre busquei suavizá-los tanto na abordagem respeitosa e não insistente, como na escuta atenta e não diretiva, mas principalmente entendendo que se aquele momento era importante para mim no processo de coleta de dados para a pesquisa, para os moradores se constituía em algo muito especial: significava o reconhecimento de que os moradores da vila têm o direito a vocalizar seus orgulhos, seu passado, seus medos e desejos. (MATTA MACHADO, 2002; BOURDIEU, 2005)⁷.

Desde o primeiro momento da pesquisa de campo sabia que não haveria um número exato de entrevistas a serem feitas. Acreditava na qualidade e densidade daquelas que iam sendo realizadas, assim como numa relação de empatia com os moradores que facilitou indicações e abordagens aleatórias. No decorrer da pesquisa empírica foi possível verificar, a princípio, a originalidade dos dados, em seguida os padrões discursivos e, posteriormente a recorrência dos discursos. Esse último momento, também conhecido como “ponto de saturação”, ocorreu quando já havia realizado 10 entrevistas e ele coincidiu com uma mudança no comportamento do pessoal ligado ao tráfico após uma apreensão de armas na vila. Se no início eles “me ignoravam”, após este evento, passaram a verbalizar uma insatisfação com minha presença, se despedindo de mim sempre que eu chegava à vila.

No que tange à escolha dos entrevistados é importante destacar que, num primeiro momento, buscou-se privilegiar moradores mais antigos da localidade com o intuito de obter informações sobre a história do lugar – como seu surgimento e as condições de vida no passado. Posteriormente foram contatados moradores mais jovens e também aqueles que já residiram em outros locais, seja de Belo Horizonte, ou do interior de Minas e de outros Estados. A idéia era entrevistar pessoas que pudessem estabelecer relações e comparações seja com o passado, seja com outros lugares. A suposição subjacente era a de que o tempo e a mobilidade agregam experiências e possibilidades de comparações que, por sua vez, enriquecem o processo de construção das imagens sobre o lugar. Foi também com esse intuito que entrevistei uma pessoa que não mora na vila, mas trabalha lá dentro, tem contato diário e direto com moradores e

⁷ Em diversas ocasiões os moradores afirmaram que se sentiam orgulhosos em ser alvos de uma pesquisa e em outras demonstravam um agradecimento pela oportunidade de poder expor suas opiniões e visões de mundo.

conhece com profundidade sua dinâmica social. A seguir apresento um breve perfil dos entrevistados:

- Cibele, 70 anos, é filha de um dos fundadores da vila. Nasceu na extinta favela da Barroca. Mudou-se para lá com quatro anos de idade. Já trabalhou como lavadeira e faxineira nas casas do bairro Cidade Jardim. Mora em um lote grande que foi dividido para abrigar as residências dos filhos que foram se casando. Tem a escritura do lote, mas nunca se preocupou em registrá-lo em cartório.
- Bela, 65 anos, morava na roça e nunca brincou de boneca. Morou na Rua Manoel Couto e foi indenizada na época da construção do bairro Cidade Jardim. Mudou-se para Venda Nova e depois para o Mato Grosso. Fala com tristeza que vendeu tudo e não conseguiu retornar para Venda Nova. Segundo ela, “só conseguiu comprar um barraquinho na vila”. Já trabalhou como empregada doméstica nas casas do bairro Cidade Jardim. Tem a escritura do lote registrado em cartório.
- Marco Antônio, 59 anos. Nasceu na vila. Já trabalhou como engraxate, office boy e motorista de uma grande empreiteira. Divide o lote com três irmãos. Não possui escritura, pois não entrou em acordo com os irmãos visando à divisão do lote.
- Petrônio, 35 anos nasceu na cidade de Peçanha. Quando veio para Belo Horizonte morou com o irmão na Região do Barreiro. Trabalha como operador de máquina, numa empresa situada no Barro Preto. Já trabalhou na rodoviária e lá conheceu a esposa, moradora da vila. O sogro cedeu a laje, onde ele construiu a residência. É bastante comunicativo e transita com facilidade entre os vários grupos existentes na vila. Não possui escritura do lote, pois reside em área cedida.
- Josefina, 50 anos, nasceu no interior da Bahia. Morou por um tempo no bairro Jardim Alvorada. Trabalha como faxineira em casas dos bairros Cidade Jardim, Luxemburgo e Santo Antônio. Possui uma casa de três pavimentos na vila. Possui escritura do lote registrada em cartório.

- Joana, 25 anos, nasceu na vila e atualmente mora com a mãe. Ela tem o 2º grau e trabalha numa instituição ligada à igreja católica. Sua mãe já vendeu pedaços do lote e não possui escritura do mesmo.
- César, 40 anos é pedreiro aposentado por invalidez. Veio do interior e com duas semanas em Belo Horizonte sofreu um acidente na obra. Mora na casa da mãe, mas possui residência própria na vila. Não possui escritura, pois seu lote está localizado em área particular.
- Adriano, 26 anos, veio do Norte de Minas para a vila ainda bebê. Mora com os pais e dois irmãos. Atualmente faz cursinho e trabalha esporadicamente como manicuro. Parte do lote estava em área de risco geológico. Após obras da prefeitura, seus pais buscaram a escritura do lote.
- Eulália, 36 anos possui curso superior e trabalha na vila, em instituição ligada à igreja católica. Ela reside em bairro da Região Leste da Cidade.
- Moisés, 46 anos foi morar na vila ainda bebê. É porteiro em prédio do bairro Luxemburgo e sua esposa Sara, que é de outro bairro, possui pequeno comércio na vila. O casal possui escritura registrada do lote.

As entrevistas foram gravadas sem interrupção, excetuando uma senhora que solicitou que um momento da gravação fosse interrompido para que ela contasse algumas situações vividas com o pessoal envolvido no tráfico. Elas tiveram duração média de 75 minutos. Ao final destas, relatava minhas impressões no diário de campo e após a transcrição de todas elas foi estabelecido o seguinte plano de análise: cada entrevista era lida e o diário de campo do dia repassado, visando relembrar os acontecimentos do dia e o contexto no qual a entrevista tinha ocorrido. Posteriormente, estruturei as falas dos entrevistados de acordo com os objetivos definidos no projeto. Esse exercício de análise é sugerido por Caldeira (2000) e se mostrou extremamente proveitoso para um estudo das representações sociais, pois permitiu captar regularidades nas percepções da realidade, sem perder a riqueza de cada indivíduo no processo de construção das imagens sobre o lugar. Por meio da análise do discurso dos informantes foi possível detectar os pontos de tensão e ambigüidades estranhadas ao longo da observação ou mesmo no decorrer de uma entrevista. Nesse momento, a análise do

discurso se tornou o eixo revelador das representações sociais. Ele apontou para a expressão do grupo por meio das regularidades, mas não se limitou a considerá-las como algo que estivesse pairando acima dos indivíduos e sim como um elemento que é apropriado, interpretado e matizado pelo indivíduo. Dessa forma, as entrevistas se configuraram num mosaico⁸ que, juntamente com a observação de campo e a revisão de parte da bibliografia, possibilitou a abertura de portas e o estabelecimento de pontes⁹ para a compreensão das imagens sobre o lugar favela.

⁸ Segundo Araújo (2005) a referência à figura do mosaico é feita por Becker para dizer que cada peça do mesmo contribui para a visão do quadro como um todo e, mesmo que alguns pedaços não sejam utilizados, eles poderão servir para novos quadros, ou seja, novas compreensões.

⁹ A metáfora da ponte e da porta, segundo Cláudia Maria de Mattos Penna (1997) é utilizada por Simmel como instrumento de compreensão da realidade social. Segundo ela, sem pretender antagonismos, a primeira une e a segunda desune. Entretanto, ao se abrir, a porta permite reunir e associar.

2 UMA SOLUÇÃO CHAMADA FAVELA

2.1 A cidade como espaço para moradia

Para te falar a verdade, tem hora que eu sinto saudade da minha terra. Ah, lá você ganha pouco, mas é mais divertido. Aqui tudo é pagado. Tudo você tem que pagar, tudo. Lá, quando a gente morava lá a gente não pagava nada. A gente não comprava nada praticamente. Tinha tudo, entendeu. Essa é a dificuldade: tudo é pago. Quando eu cheguei aqui mesmo e vi meu irmão fazendo sacolão, eu endoidei. Eu não acreditei. Eu morava na roça mesmo. Tinha tudo e a gente fica aqui comprando tudo. Então você sente falta. (Petrônio, 35 anos)

A cidade é ícone do século XX. Ela se apresenta como um lugar de aglutinação, de conflitos e de contradições. É também espaço de criatividade e transformação. Como território onde as relações humanas têm papel privilegiado, a cidade, por meio da habitação, põe a nu suas possibilidades e desigualdades. O lugar onde se vive se constitui em plano de análise na medida em que organiza o estar no mundo e as visões sobre esse mundo, pois expressa diferentes formas de organização dos indivíduos e grupos sociais. O lugar de residência – a habitação, a cidade, o bairro, a favela – reflete desigualdades sociais, culturais, étnicas, políticas, religiosas e de distribuição de riquezas e, por isso, merece ser estudado.

Na literatura sociológica o plano mais geral da cidade e alguns aspectos inerentes a ela, tais como tipos urbanos e seus espaços, passam a ter centralidade com Simmel (1983). Pensador da passagem do século XIX para o século XX, Simmel viu o florescimento da cidade moderna e buscou compreender seus atributos e os mecanismos utilizados pelos indivíduos e grupos no processo de conformação às normas. Para ele a metrópole é o lugar das lutas para a superação das desigualdades, da afirmação da liberdade e da diferenciação. Fenômeno da modernidade, a cidade, ao contrário do campo, possibilita aos indivíduos, por meio da divisão do trabalho e da economia de mercado, os processos de diferenciação e complementaridade. É na cidade que os homens se aproximam e se distanciam: nos pequenos grupos eles interagem e criam vínculos e nos grandes grupos desenvolvem uma atitude *blasé* que manifesta aversão por contatos.

Seguindo os passos de Simmel, surge nos anos 1920 a Escola de Chicago¹⁰ que por meio de Park (1987) chama a cidade para o campo do humano. Ela é um fenômeno da existência humana e não apenas um amontoado de concreto. Nessa linha de análise Park estabelece um roteiro de estudos sobre a cidade, que considera aspectos relativos à mobilidade, política, comportamentos desviantes, relações de vizinhança e segregação, entre outros. Ou seja, a cidade como um rico “mosaico de pequenos mundos” contempla múltiplos olhares.

Sem pretender estabelecer oposições e guardando as devidas singularidades de cada autor, é possível dizer que se Simmel e Park, de algum modo, propõem esquadriñhar pedaços da cidade, Elias (2000; 2001), Bourdieu (1997) e Goffman (1988) vão mostrar que, não obstante as ricas possibilidades de se tratar aspectos isolados da cidade, não se pode perder de vista suas interdependências com uma estrutura.

Elias (2001) mostra, estudando a etiqueta da sociedade de corte, que o padrão habitacional resumia a posição de cada grupo na estrutura social. Sua suposição era de que indivíduos e grupos agiam em rede, em situações de interdependência. Havia uma etiqueta na construção das habitações – número de cômodos e disposição dos mesmos, assim como na ostentação, estilo arquitetônico e decoração, que não podia ser burlada. Ou seja, o padrão habitacional na corte de Luis XIV demonstrava a posição de cada grupo na estrutura social. Em outro estudo, ao pesquisar as relações de poder numa pequena comunidade da Inglaterra, Elias e Scotson (2000) verificam que na trama das interações sociais os indivíduos se comportam como se estivessem num jogo, mantendo uma tensa interdependência. Assim, aquele grupo que na comunidade se atribuía o papel de vencedor, em função do tempo de residência no local – “os estabelecidos”, se colocava como superior, mais elevado moralmente que os demais e, não somente estigmatizava como também criava uma série de barreiras ao contato com o outro grupo cuja ocupação era mais recente – “os outsiders”. Estes por sua vez, introjetavam o

¹⁰Tomando a cidade como um “laboratório social” um grupo de pesquisadores, a partir de pesquisas empíricas, buscou compreender e apresentar soluções para o caos gerado pelo intenso processo de industrialização e urbanização ocorrido nessa cidade no final do século XIX e início do século XX. Sant’Anna (2003) destaca que a Escola de Chicago apresentou uma grande inovação com a abordagem ecológica, caracterizada pelo fato de tratar a cidade isoladamente como unidade física, na qual elementos demográficos, político-administrativos, culturais, geográficos e numéricos encontram-se em constante interação e interpenetração, assim como com a concepção de que a cidade produz e propaga um estilo próprio de vida.

estigma e assumindo o papel de perdedor adotavam uma postura submissa ou delinqüente.

Bourdieu aponta para os efeitos do lugar de residência. O espaço físico é qualquer lugar no qual um indivíduo se encontra situado. Este remete às idéias de localização e posição, do ponto de vista relacional. Já o espaço social expressa um posicionamento dos agentes num dado campo de forças e lutas, assim como sua relação com outros lugares e as distâncias e aproximações que os unem e os separam. O espaço social, de forma confusa, se expressa no espaço físico sob a forma de oposições espaciais. Assim, o espaço habitado reflete as hierarquizações próprias do espaço social e as distâncias assumem efeitos de naturalização, demonstrando diferenças históricas como que surgidas da natureza das coisas. Nesse contexto de inscrição e naturalização de uma dada posição social no espaço físico cria-se a idéia de inércia da estrutura social e uma dificuldade de alterá-la, senão “ao preço de um trabalho de transplantação” (BOURDIEU, 1997, p. 161). Ou seja, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas as quais suporiam transformações sociais difíceis e custosas. Para o autor, na medida em que o espaço social é objetivado e reificado no espaço físico, tem-se que as hierarquias e posições de poder – chamadas por ele de posse de capitais simbólico e econômico – se manifestam como naturais e inscrevem os agentes numa estrutura que, dependendo da posição, é estigmatizada.

É possível ver que para Bourdieu a estrutura do espaço físico é uma das formas de mediação da estrutura social. Para ele, o espaço físico e a localização dos indivíduos e grupos neste pode ser considerado eixo revelador de uma estrutura hierarquizada que expõe a posse ou não de capitais, seja econômico, social ou simbólico. Assim, o lugar de moradia e o discurso sobre esse lugar, ou sobre quem nele reside, podem ser tomados como um dos elementos para a compreensão de uma estrutura marcada pela hierarquia e pelo estigma, pois para o autor, tanto a inscrição do espaço social no espaço físico, como a naturalização das distâncias e diferenças sociais são incorporadas pelas representações sociais construídas sobre o lugar, revelando as sutilezas da violência simbólica.

Por fim Bourdieu coloca que a proximidade no espaço físico permite a proximidade no espaço social, facilitando trocas, ganhos e acumulação de capital social. No entanto, muitas vezes, àqueles que não pertencem ao mesmo espaço reserva-se a segregação. O espaço geográfico, como um tipo de eixo revelador de uma estrutura de

dominação e segregação requer a observância e cumprimento de regras e condições para pertencimento. Para o autor os jogos sociais praticamente inexistem. Ele afirma que “(...) eles não têm em comum senão sua comum excomunhão.” (1997, p. 166).

Goffman (1988), por sua vez, nos mostra como, em algumas ocasiões, a sociologia tem importantes elementos para compreender a construção da ordem social, com seu emaranhado de tramas e estruturas, nas quais indivíduos e grupos são colocados como inabilitados ao pleno gozo da aceitação social. Ou seja, são estigmatizados.

O termo estigma foi cunhado na Grécia e se referia aos sinais corporais negativos que marcavam a condição social de um indivíduo. O autor o utiliza para afirmar que na sociedade construímos categorias que habilitam ou não indivíduos e grupos para o convívio social. É a sociedade que cria parâmetros e categorias para inclusão ou exclusão de pessoas e grupos das interações. Tal construção se dá na medida em que nas interações cotidianas procura-se estabelecer as diferenças entre identidade social virtual – aquilo que o indivíduo deveria ser, e sua identidade social real – aquilo que ele efetivamente é. Para Goffman, cotidianamente nos encontramos em situações interacionais sobre as quais pouco se pensa. No entanto, ao contato com um estranho iniciamos um processo de categorização considerando tanto atributos físicos, quanto estruturais. Na realidade é o nosso estoque de conhecimento e assimilação das regras e normas que, sem percebermos, são ativadas para atribuir aos indivíduos e grupos envolvidos na interação o rótulo de aprovado ou não frente às nossas exigências. Um aspecto interessante analisado por Goffman diz respeito ao fato de, ao detectar um atributo que diferencia o indivíduo, todo o resto se reduz a tal. Ou seja, o indivíduo, aos olhos do outro no momento de uma interação, entra em descrédito, estraga-se por possuir um atributo não condizente com a identidade virtual criada.

É importante destacar que Goffman pressupõe que o estigma se dá no bojo de uma interação, na qual há um hiato entre aquilo que o indivíduo idealiza sobre o outro e aquilo que o outro realmente apresenta. Em conexão com esse assunto temos que existem características que estão claramente dadas, cujo estigma transforma o indivíduo ou o grupo em “desacreditado”, e outras características imperceptíveis no primeiro momento, os remetem à categoria “desacreditável”. Especificamente sobre o primeiro temos as deformações físicas e sobre o segundo as imperfeições e as culpas de caráter moral, opções, vícios e, pode-se dizer, “do lugar”, aqui entendido como o pertencimento

a uma comunidade, localidade, nação, e tribo. Para Goffman, em resumo, tanto o estigma desacreditado quanto o desacreditável inviabilizam a interação, pois o fato de possuir um traço diferente, que se impõe à atenção afasta e impede qualquer possibilidade de que outros atributos sejam considerados nessa interação. “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” (1988, p. 15).

Ao considerar o que acima foi dito pode-se dizer que para o autor, a interação é momento de angústia para o estigmatizado, pois ele percebe o desconforto do outro e, frequentemente, desenvolve uma atitude prévia de defesa, seja por meio do retraimento ou da agressividade. No entanto, Goffman afirma que a grande questão para os estigmatizados se abre em duas vertentes, caso ele seja portador de um estigma desacreditado ou desacreditável. No primeiro caso o eixo é a manipulação da tensão causada por sua presença. Já no segundo caso, trata-se de manipular a informação acerca de si. Este aspecto relacionado ao indivíduo portador de um estigma desacreditável é o que interessa neste estudo, pois quando se busca compreender a marca que o fato de residir na favela impinge ao indivíduo, trata-se de um estigma que não está claramente posto, ou seja, não é visível tal como uma marca física. Sendo assim, é fundamental que sejam acompanhadas as elaborações do autor sobre o estigma desacreditável, uma vez que trará luz à compreensão do fenômeno supracitado.

Para Goffman a vida cotidiana como uma trama contínua de interações gera informações que têm propriedades. Elas revelam as características mais ou menos permanentes sobre um indivíduo, sob a forma de símbolos. Elas também são reflexivas, corporificadas e expressam normas e estrutura social. Essa informação pode ser portadora de prestígio, honra e posição desejável, mas também pode chamar a atenção para uma discrepância degradante: estigma. Na manipulação da informação sobre si – imprescindível ao indivíduo portador do estigma desacreditável – lançar mão dos “desidentificadores”, símbolos que quebram a carga negativa do atributo estigmatizador, é um expediente, muitas vezes eficaz. Nesse sentido adquire relevância sua explanação sobre o “encobrimento”, pois é importante que um indivíduo desenvolva estratégias de manipulação da informação sobre si, visando o encobrimento do seu estigma. O autor destaca que existe uma série de estigmas que fazem com que seus portadores o encubram, tornando o indivíduo mais reservado e cauteloso nos contatos e interações sociais, pois ele sabe que embora cumpra vários papéis sociais, esses

praticamente são subsumidos em função da descoberta do estigma. Segundo Goffman o encobrimento, ou seja, buscar recorrentemente esconder um estigma que torna a pessoa desacreditável, traz consequências psicológicas: ansiedade em função da iminência de ser descoberto; divisão entre duas lealdades – do novo grupo e do grupo estigmatizado –; atenção permanente para não revelar o estigma.

No bojo das estratégias de encobrimento ou eliminação dos signos que se tornam símbolos de estigma, entre os quais se destaca a mudança de nomes, tem-se a ambivalência de atitudes e comportamentos. Ou seja, as estratégias de encobrimento do estigma, para o autor, evidenciam os esforços de ajustamento do estigmatizado. Como uma “cobrança” imperceptível da sociedade é importante que o portador do estigma se aceite como um normal e, ao mesmo tempo, saiba se recolher naqueles momentos em que sua presença é desagradável. Nesse aspecto temos uma importante chave acerca das interações sociais e seus constrangimentos que se apresentam como reveladores de uma estrutura maior, cuja compreensão pressupõe um mergulho nos aspectos macrossociológicos da vida em sociedade. Não se trata unicamente de compreender os mecanismos da interação face-a-face, mas perceber que há uma trama de interações que compõe a estrutura social que, por sua vez, constrange o indivíduo aos lugares e papéis sociais com suas normas e regras. Ou seja, o que Goffman quer dizer é que independentemente da vontade do indivíduo existe uma estrutura que o conforma às normas. Como ele mesmo afirma não se trata de aquiescência e sim de conformidade. O lugar está dado e o estigma estruturalmente criado. Se o indivíduo em certo quesito não se enquadra, o autor dirá que em algum momento ele se sentirá indigno, incompleto, “fora do lugar”, para fazer um jogo de palavras com o tema tratado por Bourdieu.

Para concluir é importante destacar que, segundo Goffman, manipular o estigma é próprio da sociedade. Na realidade os papéis desempenhados pelos normais e pelos estigmatizados são recortes do complexo social. Assim, o estudo sobre o estigma deve ser entendido como uma perspectiva de compreensão da realidade social, na qual indivíduos e grupos continuamente estão expostos a uma dinâmica de contatos e interações onde o papel de “normal” e “estigmatizado” pode variar dependendo do lugar e do tempo na qual se inserem. Goffman afirma que, ao fim e ao cabo, o processo de estigmatização funciona como uma forma de controle social, que varia conforme o tipo de atributo diferencial. Especificamente em relação aos indivíduos que são estigmatizados pelo fato de residirem num determinado lugar – favela, por exemplo,

Goffman arrisca a explicação, dizendo que esse processo se daria como um meio de afastá-los das vias de competição e barrar o acesso aos bens, que Bourdieu chama de capital. E, mais ainda, ele afirma que a percepção que alguns indivíduos e grupos têm acerca de si como sendo “cidadão de segunda classe” é engendrada nos contatos com as instituições públicas da sociedade marcadas pelas representações sociais da classe média.¹¹

Fica bem claro, então, que os desviantes intragrupais, os desviantes sociais, os membros de minoria e as pessoas de classe baixa algumas vezes, provavelmente, se verão funcionando como indivíduos estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na interação face-a-face, e profundamente envolvidos nas várias resposta a essa situação. Isso ocorrerá pelo simples fato de que quase todos os adultos são obrigados a manter relações com organizações de serviço, não só públicas como comerciais, onde se supõe que prevaleça um tratamento cortês, uniforme, com base limitada apenas à cidadania, mas onde surgirão oportunidades para uma preocupação com as valorações expressivas hostis baseadas num ideal virtual de classe média (GOFFMAN, 1988, p. 157).

Conforme se tentou mostrar acima, é sob esses princípios teóricos que se estrutura a presente dissertação. O espaço físico é reflexo, ainda que distorcido, de um espaço social, que por sua vez resulta de luta pela posse de bens, serviços, e ganhos que podem ser de localização, proximidade a equipamentos, endereço prestigioso e ganhos de ocupação. Concorda-se com Bourdieu que reflete sobre os constrangimentos da proximidade física *vis-a-vis* as distâncias sociais, mas, principalmente, a partir das análises de Goffman sobre o estigma pode-se, além de analisar os diversos meandros do processo de construção das imagens sobre a favela, problematizar a medida exata do papel das interações cotidianas – face a face – na formação da teia que é a estrutura social.

Como já foi colocado, o objetivo aqui é compreender as representações sociais que são construídas pelos moradores de uma favela de Belo Horizonte – Vila Monte São José – sobre o espaço em que vivem. Ao analisar as imagens construídas sobre os nomes de seu local de residência, endereços, usos das expressões vila, morro, favela, bairro e comunidade, assim como ao refletir sobre o processo de ocupação do espaço e construção das moradias, perda de território – fruto de sucessivas remoções, relações com os moradores dos bairros do entorno, processo de urbanização e redes sociais e

¹¹ Lícia Valladares (2005) afirma que as representações sociais sobre a favela são construídas pelas elites, que ao longo da história no Brasil se debruçaram sobre esse fenômeno social.

avaliar suas relações com o fenômeno do tráfico de drogas, pode-se ver que, morar no espaço favela transcende a luta diária pela sobrevivência. Presos a uma estrutura que os coloca numa posição subalterna, o grande desafio é construir alternativas simbólicas que os insira na cidade e os afaste do rótulo marginal. Carlos (1996) coloca que a metrópole e a cidade não são lugares, pois não podem ser vividas em sua totalidade. O lugar seria mais bem pensado como o espaço que se habita e se ocupa. A favela é espaço de vivência e de intrincadas relações sociais que são urdidas no cotidiano. É a partir dela que se vive e se pensa o viver, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno.

2.2 Favela: uma solução de moradia para a população pobre

No Brasil, as transformações ocorridas, principalmente entre os anos 1950 e 1960, se devem ao intenso fluxo migratório – contingentes expressivos da população – que se deslocou do campo para a cidade, redundando nas grandes aglomerações urbanas onde vivem milhões de pessoas (KOWARICK, 1979, PENZIM, 2001, FRANÇA E BAYEUX, 2002) Aqui se insere toda a problemática, pois ao contrário do esperado pelos planejadores da cidade, esta não se configurou num todo orgânico, mas num conjunto de coletividades que devem ser pensadas em suas especificidades. Em relação à habitação no Brasil, é possível dizer que o país acompanhou tendência mundial de acelerado crescimento urbano e deterioração das condições de vida da população de baixa renda. “Entre as décadas de 40 e 90 a taxa da população urbana passou de 26,35% para 80%.” (FRANÇA E BAYEUX, 2002: p. 01)¹². Os resultados desse crescimento rápido das cidades, aliado a um quadro de pobreza urbana, no que tange ao lugar de moradia, foi de um contingente populacional significativo sem acesso a serviços básicos de infra-estrutura, saúde e educação, vivendo em moradias de má qualidade em locais destituídos de espaços públicos.

¹² Mike Davis (2006, p. 191) afirma que dois terços da população global desde 1950 foram absorvidos pelas cidades e que hoje estas crescem “no ritmo de um milhão de bebês e migrantes por semana.”

A definição oficial para favela foi elaborada pelo IBGE, nos anos 50 e, embora escape às características atuais do fenômeno, seus parâmetros definidores ainda são suscitados quando se denomina alguma localidade como favela, quais sejam: inexistência de propriedade da terra, uma vez que se localizam em terrenos baldios, loteamentos clandestinos, morros e encostas, habitações construídas sem traçado nem arruamento, em número superior a cinqüenta e destituídas de serviços públicos essenciais.

A definição dessa instituição leva em consideração parâmetros físicos que, cinqüenta e oito anos depois, ainda são utilizados como base para analisar e formular políticas e programas públicos de urbanização de vilas e favelas. Uma contribuição interessante para a discussão da favela em seus aspectos físicos é dada por Jacques (2002)¹³. Segundo ela, não obstante ser a estética da favela utilizada como inspiração para a sociedade, por exemplo, na música e na arquitetura, ela ainda é tratada como algo que deve ser modificado e transformado em bairro. Na realidade há um autoritarismo acadêmico, uma vez que se parte do princípio que somente ocorrerá integração – no caso ao bairro, também chamado de “cidade formal” – se ocorrer uma adequação urbanística seguindo os cânones da ciência. Na verdade, suas características precisam ser conhecidas para que intervenções sejam propostas. A partir disso, ela estabelece três figuras conceituais para caracterizar a favela. A primeira seria o “fragmento” e tem estreita relação com a casa, no caso, barraco. Sua confecção, sem projeto prévio, utiliza materiais que a princípio não são destinados à construção de moradia, assim como o processo de construção se dá de forma fragmentária. Seu sentido originário é o imediato abrigo – próprio e o da família. Dessa forma, é somente o tempo que alterará essa precariedade original. Esse tempo é o dia-a-dia possível de se ter hora vaga, amigos que possam ajudar e dinheiro disponível.

Outro conceito ela chama de labirinto e se refere ao conjunto de barracos. Como não foi projetada previamente e seu crescimento ocorre de forma fragmentária e flexível, a favela está sempre em transformação. O último conceito – rizoma – se relaciona com a forma de crescimento. A forma de ocupação dos espaços vazios demarca um tipo de territorialização diverso daquele que ocorre nos bairros. Utilizando

¹³ Não obstante afirme que fará uma descrição da favela considerando elementos sociais, econômicos e culturais, como se verá a seguir, tais são somente superficialmente abordados, restando uma ênfase nos aspectos físicos da mesma. De qualquer forma o artigo utiliza figuras conceituais que servirão de base para uma discussão mais aprofundada no próximo capítulo.

a metáfora, a autora afirma que ao contrário da cidade que se assemelha a uma árvore que cresce a partir da raiz, a favela cresce numa lógica da erva, se espalhando horizontal e verticalmente. Essa territorialização, segundo Jacques se dá em três níveis: pela própria forma de ocupação do espaço vazio; pela disposição dessa ocupação que subverte a lógica da cidade: na favela, as periferias – regiões fronteiriças com os bairros são valorizadas e os centros são desprezados; e pelo transbordamento, uma vez que grande parte dos moradores das favelas são trabalhadores no resto da cidade.

As favelas se desenvolvem como o mato que cresce naturalmente nos terrenos baldios da cidade, os barracos como ervas, aparecem discretamente pelas bordas e acabam ocupando todo o espaço livre rapidamente. Esse tipo de ocupação gera uma situação oposta ao que acontece nas cidades convencionais, pois nas favelas, na maioria dos casos, a periferia dos terrenos ocupados é mais valorizado e antigo do que o centro geográfico. As favelas são acêtricas, ou melhor, excêtricas. A periferia, fronteira que separa a favela da cidade formal, passa a funcionar simbolicamente como um “centro”, concentrando a maior parte dos comércios e serviços. Além disso, as favelas transbordam os terrenos que elas ocupam, sobretudo pelas relações diversas estabelecidas com o resto da cidade, principalmente as trocas culturais e coletivas, mas também, de uma maneira sutil, pelas relações individuais. (2001, p. 03).

Por fim a autora vai destacar que subjazem aos três elementos norteadores da estética da favela as idéias de movimento e ação. Ou seja, a estética própria às favelas, considerando os conceitos de fragmento, labirinto e rizoma, se expressa no movimento seja daqueles que a percorrem, ou daqueles que nela vivem e a transformam cotidianamente. Nesse sentido, esses elementos pensados por Jacques ajudam a pensar a favela como algo além dos parâmetros definidos pelo IBGE assim como além das definições dos planejadores urbanos. Sua idéia de fragmento, labirinto e rizoma revela que, por trás da estética da favela há, conforme mostra Kowarick (1979) e Burgos (2002), uma solução de moradia para a população pobre que não é desorganizada em si, mas se constitui num “microsistema” hierarquizado, dependente e diferenciado que se organiza a partir de princípios específicos.¹⁴ Todavia, essa solução varia de cidade para cidade e dentro da mesma cidade não se tem, como veremos adiante, favela, mas favelas.

¹⁴ Wacquant apresenta similitudes com essa reflexão ao analisar a lógica do gueto negro americano. Segundo ele, esse é quase um sistema carcerário, que “se organiza a partir de dentro, mas encontra sua origem e sua força de imposição em seu exterior.” (1997, p. 186)

2.3 A solução favela no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte.

No Rio de Janeiro, segundo Silva e Barbosa (2005), desde o ano de 1865 há relatos que apontam a existência de algumas habitações em morros e encostas da cidade. Entretanto, o ano de 1897 tem sido usado como marco do surgimento das ocupações nos morros, principalmente devido ao surgimento do Morro da Providência que tinha o nome de “Morro da Favella” – arbusto típico do sertão nordestino.¹⁵ Nesse período a grande preocupação da sociedade e do Estado eram os cortiços localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro, consequência de um crescimento acelerado da população – no período de 1870 a 1890 esta tinha aumentado em 120% – e de uma grave crise habitacional. Os cortiços eram vistos como focos de doenças e lugar para “refúgio” de bandidos.

Valladares (2005) afirma que alguns estudos apontam o cortiço como o “germe” da favela, seja no padrão das construções ou na ocupação ilegal dos morros a partir da demolição dos cortiços, ocorrida com a reforma urbana executada pelo prefeito Pereira Passos, no início do século XX. As primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro se concentravam em sua área central, próximas aos locais onde havia maior oferta de trabalho. A sua expansão, ocorreu primeiramente em direção à zona norte, seguindo a linha do trem. Em 1920, segundo Silva e Barbosa (2005, p. 32) já havia mais de 100 mil pessoas residindo nesse tipo de habitação. No referido período as favelas passaram a ocupar, no imaginário das pessoas, o lugar que anteriormente era do cortiço: lugar que deveria ser extinto, pois não se coadunava com a cidade moderna, capital do país.

A partir de 1930 até 1945, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, há uma mudança na forma de olhar a favela. Como “pai dos pobres” Getúlio inclui a favela nos planos de intervenção governamental. Surgem nessa época os parques proletários que tinham como objetivo se tornar uma alternativa habitacional provisória à favela, numa clara linha civilizatória que redundaria na transferência definitiva para conjuntos, que não foram construídos. Embora esse período demarque uma mudança de atitude do governo em relação às favelas, uma vez que propôs uma alternativa habitacional e não a pura e simples remoção, a precariedade e provisoriaidade se tornaram definitivos e gerou

¹⁵ Na seção 2.5 trará uma discussão mais aprofundada das representações sociais sobre a favela no qual se inclui as associações entre esse tipo de arbusto e as favelas.

descontentamento por parte dos moradores de outras localidades que passaram a se mobilizar para evitar a transferência.

Nas décadas de 1950 e 1960 tem-se a expansão vertiginosa das favelas, no Rio de Janeiro, principalmente em função do crescimento vertical da zona sul que, por sua vez, pedia um número crescente de trabalhadores da construção civil, que fixava residência perto dos locais de trabalho. A partir de 1964, com a ditadura militar, inicia-se uma política remocionista das favelas da cidade. Segundo Silva e Barbosa (2005, p. 44-45) e Queiroz e Lago (2002, p. 08), essa política explicitava as relações entre os militares e os grandes interesses imobiliários, uma vez que o alvo das remoções eram as favelas localizadas em regiões de alto valor, zona sul, por exemplo, para investimentos por parte desses grupos. Todavia, as favelas continuaram crescendo.

Segundo Silva e Barbosa (2005), a partir do final dos anos 1970, em função de fatores tais como preocupação de instituições internacionais com o crescimento da população residindo em condições precárias nas periferias das grandes cidades, pressão da igreja católica, por meio das pastorais, queda no ritmo de crescimento da construção civil em função da crise econômica, crescimento dos movimentos reivindicatórios e aumento da população favelada acima ao da população não favelada, inicia-se uma nova fase. Nesta o governo reconhece o direito à sua existência e passa a investir em programas de urbanização, tais como o Favela-Bairro, implantado a partir de 1990.

Esses programas aliados ao processo de redemocratização do país deram novo impulso ao associativismo nas favelas que, por sua vez, redundou em melhorias significativas na qualidade de vida da população residente nas mesmas, em aspectos relativos ao acesso à água, esgoto, iluminação elétrica, asfaltamento e pavimentação de ruas e becos, coleta de lixo, creches, escolas e postos de saúde. No Rio de Janeiro, segundo Silva e Barbosa o item que coloca em xeque a questão da apropriação do espaço nas favelas da cidade diz respeito à titulação da propriedade. Já Burgos (2007) infere que o “grande nó” desses programas de urbanização está estreitamente relacionado à presença do tráfico de drogas que ameaça a integração entre a cidade e as favelas.

A cidade de São Paulo, por sua vez, apresenta um padrão diferente de surgimento e expansão das favelas. Pasternack (2006) propõe a seguinte periodização: entre os anos 1940 e 1960 surgiram favelas na cidade. Nesse período, segundo a autora,

não há senão estatísticas sobre o fenômeno. A partir dos anos 1970 as favelas se expandem e o governo propõe como alternativa alojamentos provisórios, além das remoções. Nos anos 1980 programas estaduais, municipais e federais de urbanização são implantados, tais como PROFAVELA e PROMORAR, entre outros. Já em meados dessa década há uma retomada das remoções e construção de moradias populares em parceria com a iniciativa privada. E, a partir dos anos 1990 passa-se à urbanização das favelas por meio de programas municipais.

O surgimento tardio das favelas no município de São Paulo, conforme se viu acima, pode ser explicado tomando como base o padrão de segregação proposto por Caldeira (2000). Ela estabelece três etapas de diferenciação social e espacial – segregação – no município de São Paulo. A primeira, do final do século XIX até 1940 caracterizou-se pela ocupação de uma pequena área urbana com diferenciação social expressa no padrão das moradias: as elites e classes médias ocupavam casas próprias na parte mais alta da cidade. Já os trabalhadores, em sua maioria, imigrantes europeus, moravam em casas alugadas, cortiços e casas de cômodos próximos das fábricas.

Na segunda etapa que vai dos anos 1940 a 1980, por ela denominada “forma centro-periferia” (2000, p. 211) a diferenciação social aparece na ocupação, por parte das classes alta e média, dos bairros centrais possuidores de toda a infra-estrutura urbana, enquanto os pobres vivem precariamente nas distantes periferias. Nesse período, a partir de intervenções urbanas o governo altera a forma de ocupação do espaço de São Paulo. Abertura de avenidas, remodelação da área central, implantação de linhas de ônibus levaram à expulsão dos trabalhadores do centro, com a consequente expansão da cidade em direção à periferia. É nesse momento que, segundo a autora, dissemina-se a cultura da casa própria. Para empresários e governo, depois da Revolução de 30, havia o interesse em reduzir despesas com aluguel e lançar as bases, por meio da moradia, da idéia de estabilidade social. Destaca-se que essa valorização da aquisição da casa própria atingiu ricos e pobres. Os primeiros adquiriram casas nas regiões centrais com, como já foi dito, toda a infra-estrutura. Aos segundos restou a aquisição de casas em loteamentos irregulares, distantes do centro, sem infra-estrutura e sem planejamento urbano de expansão.

A terceira etapa, visível a partir dos anos 1980 ela chama de “enclaves fortificados” e se caracteriza pela proximidade espacial, mas com a distância social impressa nos muros, cercas, tecnologias de segurança, entre outros expedientes

utilizados para afugentar os “desconhecidos”. As mudanças no padrão de ocupação do espaço, segundo Caldeira, começaram ocorrer a partir da crise econômica e da abertura política. Ao contrário de estarem domadas nas periferias, as classes trabalhadoras se organizaram em movimentos que reivindicavam melhorias na qualidade de vida. À medida que as periferias iam melhorando, também aumentava o valor de suas terras. Esse fato, aliado ao declínio econômico, fez com que o sonho da casa própria só fosse possível nas favelas. Concomitantemente, as classes média e alta tiveram como opção de moradia os condomínios fechados que ocupam grandes lotes com áreas verdes, com todo tipo de equipamentos de uso coletivo e com segurança reforçada, seja com muros, cercas e/ou segurança privada.

Antes da sua fundação Belo Horizonte já tinha favelas. Cidade planejada para ser a capital do Estado, em substituição a Ouro Preto que, devido à sua topografia gerava problemas de acesso e expansão, desde a sua fundação, traz a marca de um lugar planejado e construído considerando a conciliação das elites e seus projetos de poder. Em sua análise sobre as favelas em Belo Horizonte, no período de 1897 a 1945, Guimarães (1991) analisa que, não obstante ser antigo o desejo de mudança da capital, somente a partir da proclamação da república com a consequente descentralização administrativa, Minas Gerais pode transformar esse sonho em realidade, muito embora tal realidade tenha se construído em meio a conflitos políticos, uma vez que a mudança da capital envolvia interesses favoráveis e contrários à mesma. A construção de uma nova capital, assim como a contratação de mão-de-obra estrangeira, em substituição à escrava e construção de estradas para escoamento da produção, expressariam a aurora de uma nova ordem, na qual grupos econômicos emergentes e conservadores continuariam a ter primazia na condução dos negócios do Estado.

A escolha de Belo Horizonte como local para implantação da nova capital do Estado ocorreu em meio a conflitos e disputas e Aarão Reis, engenheiro vindo do Rio de Janeiro, foi nomeado chefe da comissão responsável pela elaboração do projeto. Guimarães identificou duas etapas que estruturaram o projeto da nova capital: num primeiro momento tem-se como norte o cientificismo, a centralização e a utopia. É nessa fase que se pensou nos aspectos técnicos, tais como abastecimento de água, esgotamento sanitário, acessos e estéticos relacionados ao “fluxo visual”. Para a autora, essa primeira etapa da construção da cidade tem estreita relação com os princípios sanitaristas e higienistas que nortearam reformas em cidades tais como Paris e Rio de

Janeiro. Ela também destaca dois fatos importantes dessa fase: o projeto da capital já estava pronto antes da definição do local onde ela seria construída e os aspectos sociais, tais como os locais para moradia dos trabalhadores, não era aventados em tal projeto.

A utopia de uma cidade moderna, organizada e voltada para a burocracia administrativa do Estado se deparou, no período anterior à sua inauguração, com o problema de alojamento das pessoas – em boa parte imigrantes estrangeiros – que vinham trabalhar em sua construção. Como os alojamentos provisórios não comportavam o contingente de trabalhadores e famílias que chegavam à cidade, a própria comissão construtora da capital autorizava edificações provisórias. Assim surgiram as primeiras cafusas e barracos¹⁶ na cidade de Belo Horizonte. Segundo Guimarães, antes da inauguração a capital já contava dois aglomerados de cafusas: “Córrego do Leitão (no Barro Preto) e Favela ou Alto da Estação (em Santa Teresa), ambas na zona urbana” (1991, p. 70).

Numa segunda fase, por ela chamada de “liberalizante” (1991) a centralização do primeiro momento cede lugar aos arranjos oligárquicos e às concessões. Na realidade, o projeto de Aarão Reis estabelecia um roteiro mais geral de ocupação e padronização dos projetos, tais como tamanho dos lotes e ruas, tipos de construção levando em conta a salubridade e higiene do espaço. À medida que a comissão organizadora do projeto foi perdendo autonomia, concessões políticas começaram a ser feitas. É nesse momento também que em virtude da falta de espaço projetado para moradia dos trabalhadores encarregados de construir a cidade, se expande as invasões de terrenos com a construção de barracos e cafusas.

É possível dizer, sobre a fase acima descrita, que ela era liberalizante na medida em que retira autonomia da comissão encarregada de gerenciar o projeto de construção da capital e transforma os lotes e áreas da cidade num objeto de barganha política. Contudo, é também liberalizante, no que tange aos trabalhadores, pois se caracterizou por disputas e remoções das áreas consideradas nobres: desde que não ocupassem as áreas urbanas, os trabalhadores pobres estariam livres para ocupar e comprar terrenos nas áreas suburbanas. Nesse aspecto, Guimarães destaca que o padrão de ocupação e expansão da cidade, não obstante ter sido pensado do centro para a periferia, na

¹⁶ “Cafusas são casas de barro, cobertas de capim; os barracos são feitos de tábua, cobertos de capim ou zinco e ambos podem estar localizados ou não em áreas invadidas. Barracões são construções em alvenaria levantadas, em geral, nos fundos de outras casas.” (1991, p. 64-65)

realidade, se caracterizou pelo inverso na medida em que as áreas urbanas – dotadas de infra-estrutura – ficavam esvaziadas e as demais áreas eram desordenadas e precariamente ocupadas.

Um elemento fundamental na expansão das cidades são os meios de transporte. Em São Paulo foram os ônibus, no Rio de Janeiro os trens e em Belo Horizonte as linhas de bonde¹⁷. Todavia, a precariedade na oferta do serviço, segundo Guimarães, foi um dos fatores responsáveis pela formação de favelas na área central da cidade. É nesse momento que se inicia a prática da remoção de favelas dessas áreas. Ao contrário do que ocorria no Rio de Janeiro, que tratava as remoções como caso de polícia, em Belo Horizonte o expediente adotado pelo poder público era a concessão de lotes em áreas suburbanas, distantes do centro e enquadrados numa série de normas para a construção das habitações e manutenção do asseio e higiene, embora a cidade não tivesse à época, ocorrência de epidemias, expressando tais cuidados um modismo próprio do início do século XX.

Na verdade, a preocupação do poder público com a questão da moradia e da higiene para o trabalhador prendia-se mais a uma visão estética do que a uma visão social. As cafuas comprometiam a imagem de Belo Horizonte, o que provocou a adoção de um conjunto de medidas legais cujo objetivo era preservar a concepção da cidade-modelo e, em especial, a zona urbana que era o seu “cartão de visita”. Nesse sentido, toda a atenção achava-se voltada para esse setor, embora parte dele ainda nem estivesse demarcado, ao mesmo tempo em que se permitia que a zona suburbana fosse ocupada desordenadamente (1991, p. 100).

Tendo como principal objetivo preservar a concepção de cidade modelo da modernidade, expedientes não foram poupadados, tais como alterações, via decretos, dos zoneamentos da cidade, remoção das cafuas das áreas centrais e concessão de lotes na zona suburbana. Esses, na realidade, expressavam o caráter segregacionista que permeou a criação e expansão da cidade. Ou seja, o padrão para a criação e ocupação da cidade era baseado em princípios, velados, em algumas épocas e explícitos em outras, elitistas e segregacionistas, pois a população pobre, encarregada de construção da cidade, nem foi cogitada como ocupante desse espaço chamado Belo Horizonte. À

¹⁷ Park (1987) destaca a importância dos meios de transporte e comunicação na organização social e industrial da cidade moderna. Segundo ele, se antes a natureza das relações era primária, face-a-face, com esses elas se tornam indiretas, secundária, impessoais.

medida que a cidade se tornava uma realidade concreta tal padrão emergia: as áreas centrais destinadas à ocupação da elite e, cada vez mais na periferia, a população pobre.

Em outro texto Guimarães (1992) observa que esse padrão de segregação vai até a década de 1950. Nesse período, sob diferentes matizes e justificativas, a cidade se mostrou pouco acolhedora aos moradores de favelas e aberta aos apelos de um mercado imobiliário em expansão. A dinâmica incluía a remoção destas para áreas periféricas, sem infra-estrutura, deixando de lado somente aquelas que não apresentavam interesse do ponto de vista imobiliário, localizadas nas partes altas ou de difícil acesso.

Somente a partir dos anos 50 inicia-se uma mudança no tratamento da questão: passa-se a encarar a favela, considerando seus aspectos sociais. Nesse momento adquire relevância o papel das associações de moradores de favelas e da igreja católica na organização do movimento de resistência às remoções. Ou seja, o espaço favela passa a ser pensado para além do seu valor para o mercado imobiliário. Entretanto, com o Golpe de 64, segundo Guimarães, houve um recrudescimento desta postura e novamente a remoção retorna à ordem do dia da política pública de urbanização da cidade. A tabela abaixo dá um panorama das primeiras favelas de Belo Horizonte até os anos 1980, período em que nova postura no trato das favelas ocorre junto ao poder público.

Época de surgimento	Favela	Localização	Época da remoção
1895	Alto da Estação	Floresta	1902
1895	Córrego do Leitão	Barro Preto	1902
1902	<i>Barroca</i>	<i>Barro Preto</i>	1942
1910	Praça Raul Soares	Barro Preto	1935
1920/1945	Pedreira Prado Lopes	Lagoinha	1942
1920	Perrela	Santa Efigênia	1982
1922	São Jorge (Morro das Pedras)	Jardim América	
1930	Pindura Saia	Cruzeiro	
1930	Senhor dos Passos	Lagoinha	
1935	Acaba Mundo	Sion	
1935	Alto Vera Cruz	Vera Cruz	
1935	Palmital	Lagoinha	
1935	Universidade	Santo Agostinho	1960
1935	Santo André	Lagoinha	
1940	Buraco Quente	Carmo Sion	
1941	Cabana Pai Tomaz	Vista Alegre	
1942	Marmiteiros	Padre Eustáquio	
1942	<i>Morro do Querosene</i>	<i>Luxemburgo</i>	
1944	Pombal	Serra	1982
1945	Edgar Werneck	Horto Florestal	1982
1948	Pau Comeu (Aparecida)	São Lucas	
1950	Buraco do Peru	Carlos Prates	

Figura 1 – “As primeiras favelas de Belo Horizonte - Época do surgimento e remoção (1895/1950)”
Fonte: GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios. In XVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1992. Grupo de Trabalho Estudos urbanos, representações e políticas públicas.

A partir da década de 1980 – com a redemocratização do país – o poder público elabora programas de urbanização que têm como eixo norteador o reconhecimento do direito dos moradores de favela a ocupar aquele espaço. Belo Horizonte foi pioniera na implantação de uma lei conhecida como Lei do PROFAVELA, que regulariza as

ocupações em áreas públicas municipais – incluindo favelas e conjuntos habitacionais favelizados. Nesse período também foi criada uma instituição – URBEL – responsável, até hoje, não somente pela execução deste programa, mas de outros voltados para a urbanização de favelas. A análise feita por Guimarães sobre essa nova fase das relações entre o poder público e as favelas vê avanços. Todavia, ela diagnostica que não houve conforme previsto e alardeado a real inserção da favela na cidade. Ou seja, esta ainda permaneceu sendo um espaço diferente dentro da cidade.

Se houve uma melhoria nos padrões de urbanização e atendimento de serviços básicos, se o programa de regularização de áreas e de titulação prossegue, ainda que lentamente, garantindo a propriedade, todas essas ações, no entanto, não foram capazes de promover a integração das áreas de favela à malha urbana. Estas continuam sendo diferenciadas, especialmente as localizadas na zona sul da cidade e, cada vez mais, identificadas como áreas de criminalidade. Hoje faz parte da história das grandes cidades brasileiras a utilização das favelas como redutos do tráfico de drogas e abrigo de quadrilhas, sofrendo seus moradores uma dupla pressão – a dos marginais que ali vivem e da polícia que realiza “batidas no morro” à procura de bandidos (1992, p. 15).

Tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo e Belo Horizonte é possível ver semelhanças no padrão de expansão da cidade e na concomitante separação dos pobres dos benefícios da mesma. A matriz “centro-periferia” observada por Teresa Caldeira em São Paulo pode ser reconhecida no processo de expansão de Belo Horizonte. Entretanto, os contornos extremos do descaso com a população pobre dessa cidade vêm à luz considerando que esta, diferentemente das outras, foi planejada. De outra forma pode-se dizer que Belo Horizonte retrata uma situação que ocorre na sociedade como um todo, qual seja, considerar as favelas como algo diferenciado da cidade, uma vez que ela não estava nos planos dos gestores e das elites.

Ao analisar a origem e a evolução das favelas numa cidade planejada, fica claro que não houve, por parte dos gestores, a preocupação com os contingentes de trabalhadores que vieram trabalhar na construção de Belo Horizonte, originando as favelas. A partir das observações dos autores acima citados e considerando dados da pesquisa empírica, como se verá a seguir é possível afirmar que o problema não está resolvido. Há uma concepção de cidade que separa os espaços e rotula as pessoas de acordo com o padrão e a localização da sua habitação, mesmo que essas localidades

passem por todo um processo de urbanização e até regularização da propriedade, a segregação somente fica escamoteada.

Esse breve histórico, obviamente, não dá conta da heterogeneidade das favelas no que tange aos seus aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos. Mas, ao rever a literatura sobre as favelas, sem pretender esgotar o assunto, adquire-se elementos para melhor compreender o fenômeno das favelas, assim como articular uma discussão sobre as imagens que os moradores da Vila Monte São José elaboram sobre o lugar em que residem.

Temos, inicialmente, estudos cuja discussão está estreitamente relacionada aos conceitos elaborados por Bourdieu no que tange abordar a cidade como resultado da organização social do espaço. Nesses é possível verificar os efeitos de uma dinâmica que aproxima territorialmente e distancia socialmente. Analisando, especificamente, a Cruzada São Sebastião, conjunto habitacional popular, construído no bairro do Leblon, pela Arquidiocese da cidade do Rio de Janeiro, em 1955, para receber famílias da favela Praia do Pinto, Ribeiro et al (2002) afirmam ser essa localidade um enclave popular em um bairro de classe média alta. A afirmativa se sustenta na análise dos processos de distanciamento, segregação e estigmatização recorrentes a que estão submetidos os moradores dessa localidade, seja por meio das práticas de demarcação do uso dos espaços públicos, desconhecimento da presença da população e atos de violência simbólica que visam marcar a posição de distanciamento social e a inadequação deste conjunto naquele espaço. A pesquisa realizada permitiu verificar a assimilação do estigma, por parte dos moradores do conjunto, assim como a necessidade de eleger grupos, dentro do mesmo, para transferir essa distinção e marca negativa. Especificamente, os autores relatam o preconceito em relação aos migrantes nordestinos, que se estabeleceram tardivamente no local, chamados de “favelados”, “animais” e “índios”. Tal fato revela a não passividade dos indivíduos e grupos à segregação e uma das estratégias utilizadas para minimizar seus efeitos.

Como se sabe, as populações não são submetidas passivamente às práticas de estigmatização e segregação residenciais. Com efeito, os grupos sociais sobre os quais são atribuídos um estigma negativo associado a certas características do seu território de moradia buscam escapulir do isolamento utilizando vários expedientes individuais (RIBEIRO et al, 2002, p. 10).

O artigo demonstra que proximidade territorial não redonda em interação entre os moradores do conjunto e os moradores do bairro. Ao contrário de pesquisas realizadas na França e no Uruguai¹⁸, nas quais foi detectada a incorporação de atitudes e comportamentos como referências, assim como um aumento nas oportunidades que redundariam na crença em uma estrutura aberta a todos os que estejam afeitos a se esforçar para criar um efeito de vizinhança. Os autores afirmam que efeitos positivos não foram verificados na Cruzada São Sebastião em função da proximidade com os moradores do Leblon. Assim como analisado por Bourdieu que, como já foi dito anteriormente, vê uma estrutura pouco afeita a aberturas e mudanças, Ribeiro et al. observaram que há uma pressão social sobre esses moradores que, em grande medida, paralisa qualquer possibilidade de percepção da situação de segregação e adoção de atitudes visando mudanças.

Em outro estudo Ribeiro e Lago (2000) discutem a forma como o tema da favela se apresenta, atualmente, no meio acadêmico. Essa posição é compartilhada com outros autores, como veremos a seguir, e se refere ao fato de considerar que, após o advento do tráfico de drogas e da violência, voltou-se a pensar a favela como um problema e a partir de uma concepção que a encararia como algo distinto do restante da cidade. Segundo eles, essa retomada da “(di)visão” da cidade, na realidade, expõe imagens de senso comum que estariam sendo re-apropriadas pelo discurso científico que, por seu turno, estaria jogando por terra uma teoria crítica que, na década de 70, buscou desmontar os argumentos dualistas sobre as favelas, pesquisando seus laços de coesão, seja em relação à família, à vizinhança, às associações. Para eles é necessário desconstruir essas imagens que opõem a favela à cidade “segundo a pegada analítica proposta por Wacquant” (2000, p. 18), que consistiria na identificação dessas categorias de senso comum; reconstrução da história destas categorias com vistas a identificar suas funções na sociedade brasileira; análise do discurso público acerca da marginalidade, visando identificar as linhas de gestão da pobreza e análise do espaço social da favela em suas dimensões sociais, demográficas, ambientais e urbanísticas em relação ao espaço social da cidade, com o intuito de identificar situações de exclusão e segregação. Este último tópico é por eles utilizado no artigo e corrobora uma situação de segregação e divisão entre favelas e bairros no que tange às dimensões sociais e econômicas da população.

¹⁸ Os autores citam pesquisas realizadas por Bidou-Zachariasen em Lyon e Kadtman em Montevidéu.

A análise da situação das favelas frente a dos bairros sugere a existência de importante divisão no espaço social da cidade do Rio de Janeiro. A divisão favela/bairro parece ser a expressão espacial das notórias desigualdades que marcam a sociedade brasileira, já que concentra os segmentos sociais que apresentam maiores desvantagens no acesso às oportunidades: os mais jovens, os não-brancos e os de baixa escolaridade (RIBEIRO e LAGO, 2000, p. 19).

Ainda buscando compreender a forma como se organiza o espaço social da favela frente a um bairro e os percalços deste processo de aproximação e distanciamento que marcam essas interações sociais, o artigo de Piccolo (2006), fruto de um estudo realizado na favela Parque Vila Isabel, se detém naquilo que ela chama de “gramática nativa”, ou seja, os nomes que os moradores utilizam para designar a favela e como a utilização desses varia de acordo com o fim almejado, expondo uma instrumentalidade na ação e no discurso dos agentes. Em conexão com esse fato ela analisa as interações que ocorrem entre os moradores da favela e os moradores do bairro vizinho de Vila Isabel. Segundo a autora, tal relação constitui uma matriz de análise que ancora e reforça as representações sobre a dicotomia cidade/favela que, atualmente, se constrói a partir do tema da violência, mas que não se resume a essa mera oposição entre bandidos e mocinhos. Piccolo observa que tal (di)visão reproduz e realimenta as imagens de que na cidade existe o lugar da ordem e o lugar da desordem. Há um movimento pendular de aproximação e distanciamento seja em relação ao bairro vizinho, seja com outras instituições – ONGS e Estado – que se expressam nos termos que os moradores utilizam para designar a favela, tais como “morro”, “comunidade”, “favela”, “rua” e “asfalto”. A utilização desses termos expõe a luta que os moradores travam entre eles e contra os outros pela posse dos capitais simbólico, econômico e social.

Numa outra perspectiva, há uma série de estudos que propõe uma imersão profunda em determinadas localidades¹⁹. Neste aspecto, um trabalho fundamental é aquele realizado por Alba Zaluar (1985) no Conjunto Habitacional Cidade de Deus, construído para assentar famílias removidas de várias favelas do Rio de Janeiro. Na primeira fase do trabalho seu objetivo era pesquisar as representações acerca da pobreza, relacionadas ao consumo das unidades domésticas.

¹⁹ Alvito (1999) utiliza o termo localidade elaborado pelo antropólogo Anthony Leeds. Este, para ele, é mais abrangente que o termo estudos de comunidade – mera utilização de métodos utilizados no estudo de tribos em realidades distintas, e consistiria na apreensão das diversas redes de relações sociais.

Em relação a esse aspecto, Zaluar mostra que o pensar a segurança, o consumo, a moradia faz parte de um processo de re-significação de modelos e ideologias que muitas vezes são gerados por grupos externos para se resguardar e marcar diferenças em relação aos pobres. Especificamente sobre a moradia, a autora afirma que esse processo se torna visível, na medida em que a casa entra na contabilidade dos pobres como um item secundário diante dos outros gastos que são mais prioritários. Sendo assim, muito antes de denotar baixa coesão social ou ausência de “espírito coletivo”, a casa para os pobres urbanos tem valor de uso, mas também tem valor de troca.

Já na segunda fase de sua pesquisa o foco foram organizações – associações de moradores e agremiações recreativas e de lazer. Na observação desse cotidiano de pobreza e trabalho árduo, convivendo lado a lado com a violência de uma “guerra” entre quadrilhas, Zaluar pode atestar a heterogeneidade geográfica e simbólica do lugar, assim como tomar contato com a palavra “revolta” que expressava um sentimento de deterioração econômica, social e política, próprio dos anos 1980 e uma forma de marcar seu lugar no mundo.

Ainda nessa linha de imersão profunda na localidade, Marcos Alvito (1999) estudou Acari. Lá ele procurou reconhecer os planos organizacionais micro e macrossociológicos entendendo, no entanto, que estes podem ser encontrados de outras formas e em outros arranjos em outras favelas. Primeiramente ele destacou as relações existentes entre a localidade e as “instituições supralocais” – igrejas, ONGS, agências governamentais, aparato de segurança, mídia, entre outras –, que possuem um conjunto de regras e arranjos que possibilitam o relacionamento unificado com as diferentes comunidades. Já no plano microssociológico ele estudou as áreas de vizinhança ou, melhor dizendo, os subespaços dentro do Complexo de Acari, formados por favelas e conjuntos habitacionais que variam de número, conforme a instituição ou grupo focalizado. Tal fato expõe a dificuldade de se constituir uma identidade, haja vista a diversidade de localidades, as múltiplas redes de relações e a própria territorialização empreendida pelos agentes governamentais. Sobre o espaço físico, Alvito expõe a complexidade da localidade Acari, “uma colcha de pedaços” que possui lógica e significado para seus moradores. “Cada um desses pedacinhos, na verdade, encerra em si uma rede de relações firmemente entrelaçadas, cujo ponto de partida é a vizinhança.” (Alvito, 1999, p. 193) Na compreensão dele essas microáreas dão suporte a uma série de

atividades e delimitam espaços de circulação dentro das diversas localidades que compõem Acari, carregados de conteúdo simbólico.

Nesse artigo Alvito analisa a complexidade da relação entre tráfico de drogas e microáreas de vizinhança. Ele observou os problemas decorrentes do sentimento de solidariedade e pertencimento que se restringe às microáreas e a lógica do tráfico, calcada na idéia de expansão. Ou seja, para se manter e expandir, o negócio do tráfico trabalha com duas vertentes: a lógica da lealdade, vizinhança, pertencimento e a lógica da guerra que se sustenta na conquista de novos territórios e no extermínio do inimigo.

2.4 As representações sociais sobre a favela

Discutir as imagens que os moradores de uma favela constroem acerca do seu lugar de residência pressupõe compreender as representações sociais existentes sobre favelas no Brasil. Como se verá em detalhes no terceiro capítulo, é no bojo de um movimento de incorporação de algumas imagens e negação de tantas outras existentes sobre esse lugar que os moradores significam e re-significam cotidianamente a favela. Essa compreensão se ampara nos trabalhos de Jovchelovitch (1995), Minayo (1995) e Porto (2007), segundo os quais as representações sociais se manifestam por meio das palavras, sentimentos e condutas que acabam por se institucionalizar. Elas devem ser analisadas considerando as estruturas, os comportamentos sociais e as interações cotidianas, ou seja, quando a vida social assume “dimensão pública”.

Ao revisar a história sobre as imagens que a favela suscita Lícia Valadares (2005) analisando, especificamente, as representações sociais sobre a mesma, estabelece uma periodização sobre o tema. Um primeiro momento, por ela identificado como origem do mito fundador das representações sociais sobre a favela, é relacionado ao Povoado de Canudos tal como descrito por Euclides da Cunha em 1902. Nesse livro, tem-se a descrição do Povoado de Canudos, onde, em oposição ao mar, surge o sertão. Para Valadares essa obra causou um impacto na elite intelectual brasileira, na medida em que contrapôs à civilização litorânea, o mundo inóspito do sertanejo. Embora a obra seja posterior ao Morro da Favella, as imagens marcantes do livro foram capazes de

permitir aos intelectuais compreender e interpretar a favela emergente. Ou seja, desejosos de entender o fenômeno da pobreza urbana objetivada nos espaços físicos favela e cortiço²⁰, profissionais ligados à imprensa, literatura, medicina, direito, engenharia e filantropia, praticamente criaram uma nova divisão entre a cidade e a favela.²¹

O segundo período caracteriza-se pelas imagens associando tais lugares à “doença”, patologia social a ser combatida. A discussão sobre salubridade e higiene, coadunou-se com o discurso da engenharia. Ou seja, tanto médicos quanto engenheiros, que viam no meio ambiente a fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos, passam a apresentar soluções para o tratamento dos males urbanos. Na realidade eles propunham uma intervenção racional e técnica na favela com vistas ao bom funcionamento da cidade.

Já o terceiro período surge com a revolução de 30 que re-significou as classes populares e a favela. Ao contrário da república velha, dominada pelas oligarquias rurais com forte influência européia, a era Vargas caracterizou-se por forte nacionalismo e desconfiança em relação a tudo que viesse de fora. Embora fosse uma ditadura, Vargas preocupou-se com a criação de uma rede de proteção ao trabalhador, de cunho populista. Ou seja, a favela se configura agora como o espaço da necessidade e, logo, do cuidado.

O florescimento das Ciências Sociais no Brasil redunda num novo período para se compreender o lugar denominado favela, principalmente enfocando a favela como “lugar” de coesão em vários níveis institucionais: família, associações e vizinhança. Assim era a visão que os favelados tinham de si e de sua vida associativa e justificavam

²⁰ As principais características que permitiram a associação entre Canudos e a Favella se relacionavam aos seguintes aspectos: acesso difícil; crescimento desordenado; ausência do Estado ou de outras instituições públicas; ausência de propriedade do solo; vida política marcada pela presença de um chefe; imagem da favela como sinônimo de morro, no sentido geográfico e metafórico – “bastião da resistência”; consideração de que havia um todo indiferenciado, ou seja, a comunidade condicionando comportamentos; associação com comportamentos imorais, promíscuos, indolentes, ou seja, espaço da desordem; ao risco de contágio – o perigo de a imoralidade comprometer a ordem do entorno. Assim como Canudos, a favela era considerada um espaço da liberdade.

²¹ O tema da urbanização no Brasil apresenta, em suas diversas perspectivas analíticas, a marca da informalidade. Desde um desenvolvimento social, econômico e político calcado na exclusão, quanto aspectos relacionados à falta de planejamento e gestão das áreas urbanas, dentre outros, contribuíram e contribuem para esse cenário que não é exclusivo às camadas mais pobres das cidades. Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, no livro Raízes do Brasil, afirma que o processo de criação das cidades na América Espanhola teve como traço marcante “o ato definido da vontade humana”, ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde uma “aversão congênita” ao ordenamento definiu, muitas vezes, um traçado urbano segundo o capricho e o desleixo dos seus moradores.

sociologicamente sua inclusão. Esse é o momento em que se delineia uma nova forma de representação e conhecimento sobre a favela. Suas principais características são a valorização da favela como comunidade e a pesquisa incluindo trabalho de campo e uso dos demais métodos das ciências sociais.

Enquanto nos anos 1970 e 1980 o foco eram os movimentos sociais, em 1990 um novo e perigoso tema chega à agenda das pesquisas sobre a favela: a violência. O fenômeno da violência, o tráfico de drogas e armas reconfigurou as representações sobre a favela. A universidade tem debatido intensamente as possíveis explicações para tal fenômeno. Seja o ethos da masculinidade, a violência como forma de sociabilidade, o papel da pobreza e da desigualdade, a invisibilidade do “pobre”, a segregação sócio espacial, a retomada da dualidade morro e asfalto, ou a exclusão social e a cidadania parcial, o fato é que, atualmente, falar em favelas pressupõe tratar da questão violência, principalmente no que tange ao tráfico de drogas, e lidar com o retorno dos estereótipos que tratam seus moradores como marginais e bandidos, não somente jogando por terra um esforço intelectual realizado, principalmente, pelas ciências sociais, mas também constrangendo parte da população residente em favelas àquilo que Bourdieu (1997) chamou de “esforço de transplantação” para elaborar imagens que os desvinculem de tal estigma.

Em relação ao que foi acima descrito, uma das grandes contribuições para tal discussão é feita por Zaluar (1985; 1999; 2004; 2006). Ela identifica a coexistência de duas imagens em relação à favela: lá é o lugar da riqueza artística e o lugar da falta que desencadeia tanto sentimentos humanitários, quanto preconceito e medo. É importante destacar que, não obstante tais imagens, a favela continuou a crescer e a se expandir. E, com sua “marca” da dualidade perpassando as imagens que se iam construindo sobre ela: favela como sinônimo do arcaico, do bárbaro, do pobre, do rudimentar, em contraposição à cidade legal, racional, civilizada, rica, tecnológica. Essa dualidade pode ser resumida na contraposição usual entre “favela e asfalto”.

Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, “o outro” distinto do morador civilizado da primeira metrópole que o Brasil teve (ZALUAR, 1999, p. 08).

Rinaldi (1999) faz uma discussão sobre a dualidade das representações acerca do morador das favelas. A partir da etnografia, a autora procurou discutir a importância da oratória no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, como advogados e promotores vêem os favelados e como incorporam representações sociais no ambiente de trabalho. Nesse sentido o tribunal do júri foi pensado como um universo relacional, no qual estão presentes as nossas representações sociais. Assim, partindo das imagens usuais sobre favelados – relativas à higiene, à pobreza, à marginalidade e à delinqüência – Rinaldi buscou verificar até que ponto os membros do tribunal articulam sua oratória baseados nessas representações. Merece destaque a atribuição de um caráter democrático ao tribunal do júri, uma vez que dele participam membros do campo jurídico e leigos, o júri. Todavia, ela afirma que há uma atuação personalizada e hierarquizante, tendo o juiz o poder de escolher “os cidadãos comuns” que farão parte do referido júri.

No tribunal a autora reconhece existir uma encenação, na qual cada parte (defesa ou acusação) luta para se consagrar e obter diferenciação, distinção, não obstante esta não ser possível. Dessa forma, privilegia-se a oralidade, a habilidade do falar, muitas vezes até desconsiderando as provas técnicas, em nome de uma verdade construída pela argumentação que apela aos valores sociais, a princípio, norteadores da decisão do júri. Nesse sistema, a autora considera a distinção entre pessoa e indivíduo, elaborada por Da Matta (1986), na qual a primeira alude a uma dimensão tradicional e moral das relações sociais e o segundo contempla as leis universais e a racionalidade, para destacar, considerando a posse ou não de capitais, a construção de quatro tipos de pessoas ou grupos. No primeiro o acusado é reconhecido como uma pessoa, considerando seu capital econômico ou cultural, e a vítima é um indivíduo que não tem reconhecido seus direitos, por exemplo, um morador de favela. No segundo, o réu não possui capital econômico e cultural e a vítima sim. Já no terceiro, ambos são reconhecidos como possuidores de capital e no quarto, ambos não os possuem.

Sua observação mostrou que os julgamentos que envolvem os três primeiros tipos são mais trabalhados, longos, e há esforço de distinção e diferenciação. Já no último caso, geralmente feito por defensores públicos, são rápidos e às vezes os juristas não têm conhecimento mais profundo do caso. A exceção ocorre nesse caso quando os envolvidos, embora estejam no mesmo espaço social, chamam a atenção da imprensa,

opinião pública, enfim, casos que envolvem direitos humanos. Ou seja, os profissionais do direito variam sua atuação quanto varie a posição social do réu e da vítima.

Especificamente quando se trata de discutir caso que envolva morador de favela, a autora chama a atenção para a emergência de todas as representações usuais sobre esse espaço: lá é lugar de desordem, sujeira e marginalidade ou é o lugar do pobre coitado. Ou seja, tendo como pano de fundo tais representações, a argumentação variará conforme seja feita por alguém que defenda ou acuse. Assim, o morador da favela pode ser “pobre, mas honesto”, vítima do sistema, da sociedade ou traficante, marginal, facínora. Na negociação das diferentes imagens sobre o morador de favela, busca-se a condenação ou anulação da pena.

Ser morador da favela é trazer a “marca do perigo”, é ter uma identidade social pautada pela idéia da pobreza, miséria, crianças na rua, família desagregada, criminalidade, delinqüência. Tais imagens são realimentadas pelos veículos de informação, que trazem notícias sobre o “morro” sempre do ponto de vista negativo, enfatizando o tráfico de drogas e a violência (RINALDI, 1999, p. 307).

Retornando às análises de Zaluar, é possível dizer que, desde o livro *A Máquina e a Revolta* (1985) ela refuta essas representações, ao mostrar que a favela é um lugar onde há heterogeneidade de grupos e redes de relações, assim como processos identitários que se opõem a essa visão homogeneizadora sobre a mesma. Para Zaluar as divisões geográficas e simbólicas internas à favela, tais como aquelas referentes às áreas e entre trabalhadores e bandidos, resumem um processo social de construção de identidades eivado de ambigüidades, conflitos e tensões. Essa forma de pensar a cidade, na qual os espaços são divididos, fechados e contrastados, como se cada um tivesse uma identidade reificada, permeou a pesquisa urbana. Fazendo a crítica ao uso dos conceitos de segregação e exclusão espacial, ela afirma que as relações sociais comportam tamanha diversidade social, cultural, política e econômica, que a “classificação bipolar” oferece poucos instrumentos para pensar os problemas. Considerar a favela a partir desse enfoque não abrange a complexidade das metrópoles, das relações sociais e da favela. Para pensá-las temos que considerar “os estranhos não convidados, os que carregam as marcas do ambíguo e do misturado, os que partilham ao mesmo tempo da proximidade das relações morais e da distância do que não se conhece, firmando um terceiro elemento entre amigos e inimigos” (Zaluar, 1999, p. 20).

É importante, porém, destacar que em artigos mais recentes²² a autora traça um retrato sombrio da favela em decorrência do aumento da criminalidade e do tráfico de drogas. Ela observa que aspectos tais como relações de vizinhança, redes e associações de lazer e cultura, responsáveis pela integração da população e que desempenhavam um papel de valorização das localidades, sofreram um duro golpe com o aumento da criminalidade dentro das favelas, cujo ethos valoriza a virilidade, a bravura e a “disposição”.

É justamente esse novo ethos que vai provocar um desastroso empobrecimento de sua vida social, no qual desaparecem outras figuras masculinas até então valorizadas, respeitadas e influentes no local. O bom jogador de futebol, o bom sambista, o bom pai de família, o trabalhador habilidoso e o malandro esperto que dividia com todos esses personagens o poder no bairro estão deixando de ser referência para o adolescente pobre que se torna um “revoltado”, aquele que não ouve ninguém, que não obedece nenhuma regra socialmente aceita. O poder do bandido armado na grana é incontestável. Todos eles o temem. O adolescente que procura seus espelhos vê cada vez mais apenas essa figura que ostenta todos os atributos do poder que não admite oposição – a arma na cintura –, bem como objetos mais cobiçados do consumismo atual – o carro do ano, as roupas de grife, o brilho do pó (ZALUAR, 2006, p. 64).

Para compreender a força com que retorna as representações que atribuem às favelas o estigma da violência e da criminalidade é importante retomar as análises de Teresa Caldeira (2000). Ao discutir a “fala do crime”²³ ela vai buscar a origem das representações sociais sobre a favela que a atrelam ao perigo. Segundo ela, o fato das favelas surgirem a partir da invasão de terrenos pode explicar tal relação. Mesmo considerando que as moradias construídas na favela sejam similares àquelas encontradas nas periferias, o fato das terras serem obtidas ilegalmente nas favelas marca o atrelamento do *favelado* à usurpação, ilegalidade, informalidade. “(...) excluídos do universo do que é adequado, eles são simbolicamente constituídos como espaços do crime, espaços de características impróprias, poluidoras e perigosas” (2000, p. 80). Para Caldeira o surgimento dessa “fala do crime” ocorre juntamente com a emergência dos limites da modernização brasileira. Ou seja, percalços econômicos vividos a partir dos anos 1980 levaram as pessoas a ter que lidar com mudanças abruptas e, muitas vezes, negativas nos seus padrões de vida, gerando pessimismo, desilusão e incerteza.

²² Ver, por exemplo, Zaluar, 2006.

²³ “Narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como referência.” (2000, p. 9)

Em relação a esses problemas a autora percebe nessa época o afloramento de análises ambíguas, seja na atração por autoridades fortes, não obstante a democratização do país, ou nos discursos pessimistas sobre a incompletude da modernização, aliados a uma euforia com o progresso – mediante a urbanização das periferias e maior participação popular. Tais ambigüidades, para ela, alimentam a “fala do crime” e estabelecem um discurso no qual símbolos de distinção são utilizados para justificar preconceitos, estigma e distância.

A distância social é marcada de várias maneiras. Ela pode ser criada materialmente através do uso de grades, que ajudam a marcar uma casa própria como algo claramente distinto de cortiços e favelas. O uso de cercamentos ainda oferece o sentimento de proteção, crucial em tempos de medo do crime. Mas concepções depreciativas dos pobres também cumprem a função de criar distanciamento social: elas formam uma espécie de cerca simbólica que tanto marca fronteiras quanto encerra uma categoria e, portanto, previne as perigosas misturas de categorias (2000, p. 70).

Na realidade, Caldeira enxergou uma dificuldade das classes média e alta não somente com a deterioração de suas condições sociais, mas também, com a incorporação das classes trabalhadoras no mundo do consumo e da cidadania política. A crise econômica fragiliza essas fronteiras, alimentando sentimentos de desordem e incertezas, reforçando o estabelecimento de marcas de distinção e preconceito. Ou seja, a autora afirma que há um refinamento dos expedientes passíveis de reforçar as diferenças. Num contexto de aumento de violência não somente o medo aumenta, mas também os instrumentos que depreciam e diferenciam indivíduos e grupos. Nesse sentido, a “fala do crime” tem como objetivo estabelecer que o criminoso é de um lugar do qual ele, vítima, não faz parte e, por isso, deve ficar entre os seus, melhor dizendo, distante. É a partir desse tipo de operação mental que tudo o que é impróprio é visto como originário da favela.

No curso dessa linha argumentativa, pode-se delinear um contorno dramático dessa situação ao tomar como foco de análise os moradores das favelas que, não tendo repertório alternativo para contrapor tais imagens incorporam discursos discriminatórios e, conforme se discutirá no próximo capítulo, de forma instrumental, ambígua e eivada de tensões pensa o seu lugar – a favela – a partir das representações usuais sobre a mesma. Entretanto, antes de tal análise e, justamente para enriquecê-la é importante discutir os resultados da pesquisa coordenada e organizada por Machado (2008).

O tema da pesquisa gira em torno da descrição dos efeitos da violência tanto criminal quanto policial na sociabilidade dos moradores das favelas do Rio de Janeiro. Ela parte de uma reflexão coletiva que busca mostrar como os moradores das favelas lidam cotidianamente com a contigüidade – inescapável e extremamente danosa – com os bairros armados ligados ao tráfico de drogas e com o assédio, violento, da polícia e das milícias²⁴, no que tange às interações com as populações que não residem nas favelas e na própria confiança mútua. Para o autor essas circunstâncias redundam em confinamento territorial. Eles são produzidos por eventos que estão fora de controle e que ocorrem em graus e intensidades variados, mas em intensidade muito maior do que aqueles que atingem o restante da cidade. Para se ter uma idéia da situação, ele observa que nas favelas até o direito fundamental de ir e vir está comprometido em virtude da truculência dos bairros e da polícia. Em relação às representações sociais sobre a favela, fica cada vez mais perceptível o ressurgimento das imagens que associam favela a lugar das “classes perigosas”. Se antes o receio era de que a revolta “dos morros” chegassem à cidade e abalassem as estruturas burguesas, atualmente o medo se reifica nas imagens de que a favela é local de violência descontrolada. Tal visão, por sua vez, legitima a repressão e a utilização da polícia como instrumento de confinamento. Ou seja, não se espera que o aparato de segurança regule as relações sociais e sim que impeça as possibilidades de interação e, até mesmo, encontros sociais. Para o autor, atualmente o desprazer do encontro, detectado por Simmel nas cidades modernas, alcançou uma potência muito mais elevada.

Em relação aos moradores das favelas, tem-se que vivendo sob cerco – de bandidos e de policiais – há um empobrecimento e uma desestabilização da sociabilidade, seja em seus lugares de moradia, assim como em seus locais de trabalho. Tal fato redonda na fragilidade da ação coletiva, perda de influência na arena pública, impossibilidade de vocalização e, principalmente, corroborando os dados dessa pesquisa, “num esforço prévio de limpeza simbólica” buscando retomar a possibilidade de poder falar e reivindicar e ter a confiança do outro.

²⁴ As milícias são grupos paramilitares formados por policiais da ativa ou ex-policiais, bombeiros, entre outros que atuam com forte armamento em locais diferentes de suas residências. Não são, segundo o autor, rejeitados, pois sob sua proteção há maior sensação de segurança nas localidades. Machado os compara a empresas do capitalismo aventureiro, tal como tratado por Weber no sentido em que cobram pela proteção e controlam algumas atividades econômicas locais.

As hipóteses norteadoras da pesquisa se dividem em dois eixos: um primeiro afirma que o confinamento geográfico e simbólico dificulta a sociabilidade e o funcionamento institucional de forma unívoca. Nesse sentido o autor trabalha com a noção de sociabilidade violenta, que seria uma inversão do princípio, elaborado por Elias, de que há uma íntima conexão entre o processo que culmina no monopólio do uso legítimo da força por parte do Estado e o desenvolvimento do autocontrole dos “impulsos do self” por parte dos indivíduos.²⁵ O segundo eixo postula que a truculência policial ocorre por meio de uma delegação das classes abastadas que querem tais “classes perigosas” distantes de seu convívio. O resultado desse duplo é a segregação e o estigma. É importante destacar que na discussão dessas hipóteses algumas teses são discutidas e refutadas, quais sejam: os bando de traficantes não substituem o Estado, não obstante suas presenças marcantes; é falaciosa também a afirmação de que a contigüidade – nesse caso se referindo à proximidade física, laços de parentesco e vizinhança, relações econômicas e políticas – redundem em conivência, banalização da violência, aceitação e legitimidade às ações violentas dos traficantes. Outra tese refutada pela pesquisa diz respeito ao fato de as noções sobre violência urbana terem vínculo jurídico. Na realidade o autor afirma que tais noções estão estreitamente atreladas às representações sociais e não a definições jurídicas o que altera, sobremaneira, o imaginário sobre a favela. No decurso desse raciocínio tem-se que, embora o tráfico de droga se espalhe pela cidade, é na favela que ele, considerando os pontos de varejo do comércio de drogas, atinge maior predominância. Sendo assim os conflitos pelo controle do território²⁶ são, cada vez mais, violentos e armados. Em decorrência disso há alteração na forma de atuação policial nestes lugares. É nesse ponto da análise que Machado elabora o conceito de “sociabilidade violenta” para dizer da constituição, por parte de alas mais estáveis e poderosas de traficantes localizados dentro das favelas, de

²⁵ Zaluar (1998) desenvolve análise similar sobre a inversão do processo civilizatório. Segundo os passos de Elias ela afirma que o etos da civilidade, da pacificação dos costumes e do autocontrole das emoções seria mais claro em países nos quais o “monopólio legítimo da violência” estaria assegurado nas mãos dos Estados nacionais, como os países europeus. Nesses haveria uma valorização da resolução dos conflitos no plano simbólico e a partir de regras convencionadas, tais como as existentes no jogo parlamentar e nas disputas esportivas. Países onde o Estado é fraco na manutenção de tal monopólio, como Estados Unidos os laços locais, familiares, étnicos e de vizinhança tendem a se sobrepor e gerar baixos sentimentos de culpa quando se usa abertamente a violência nos conflitos. No caso do Brasil ela elenca uma série de elementos, tais como o futebol, o sincretismo religioso, o “mito do homem cordial”, nossa experiência parlamentar desde a república, o militarismo que mesclou clientelismo e corrupção e o samba que por meio das agremiações e disputas nos desfiles carnavalescos que, entre outros, podiam nos remeter um processo civilizatório nos moldes europeus. No entanto, segundo ela, a partir dos anos 1980, com a chegada da cocaína tudo se esfacelou e esse processo retrocedeu.

²⁶ O autor considera nesse caso o comércio varejista da droga, em seus diversos pontos fixos, também conhecidos como bocas de fumo. (2008, p. 21)

uma forma de vida autônoma, distanciada dos demais moradores que impõe uma ordem social calcada na submissão dos mesmos. Ele destaca que essa forma de vida pode se agrupar em bandos ou facções, não possuindo eixos claros e estáveis de hierarquia e moralidade a ser seguida. “Na “sociabilidade violenta”, quem tem mais força usa os outros, assim como artefatos (armas, etc.), para impor sua vontade, sem considerar princípios éticos, deveres morais, afetos etc.” (2008, p. 21)

Ao considerar que as favelas são núcleos de “sociabilidade violenta”, o autor destaca que os moradores também estão expostos a uma dupla subjugação; na sociedade em geral são os setores inferiores na estrutura e na sociabilidade violenta, são submetidos à truculência dos bandos de traficantes. Ou seja, é sob cerco que os moradores das favelas vivem com todos os seus agravantes no que tange ao medo e à desconfiança, seja da polícia e suas operações, ou dos traficantes. Especificamente em relação aos traficantes tem-se que não existe a famosa “lei do tráfico”, pois sejam crias ou não da comunidade, o que vigora são os humores e disputas entre eles. A sociabilidade violenta tem gerado, entre os moradores das favelas, dificuldade na vocalização das reivindicações. “Silêncio, evitação e diferentes formas de omissão em relação ao tráfico e aos traficantes não podem ser tomados como evidência de passividade ou desinteresse. Constituem antes, dispositivos de defesa diante das ameaças à segurança pessoal” (MACHADO, 2008, p. 25). No entanto, tais expedientes são vistos pelos moradores da cidade como conivência e concordância com a atuação do tráfico e, pior ainda, como elementos que estimulam a delegação implícita do uso da violência e da truculência por parte da polícia.

A consequência das situações geradas pela sociabilidade violenta é a tentativa de antecipação das regras desses grupos, inclusive criando, nos últimos tempos, “um enriquecimento dos repertórios simbólicos”, tal como um manual de sobrevivência na selva que possibilita a identificação das fronteiras – reais ou simbólicas – entre favelas e, dentro delas, a percepção dos grupos a dominar o local. Se internamente há o manual de sobrevivência, em relação ao restante da população da cidade, compete aos moradores de favelas desenvolverem todo um repertório simbólico que os limpe moralmente das conexões entre contigüidade e conivência.

No trabalho de aprofundamento da compreensão sobre o tema do tipo ideal sociabilidade violenta, Machado afirma que a violência urbana não se reduz ao crime comum ou a violência em geral. Em seu bojo há um elemento de força que é visto como

aquele que interrompe a normalidade das relações e rotinas cotidianas. Tal caráter faz com que ela não se limite à simples descrição de fato, mas carregue uma dimensão normativa que informalmente se institucionaliza. Ou seja, a categoria violência urbana é uma representação social e como tal não é passível de uma descrição neutra. Ela está imbuída de uma dimensão que envolve relações sociais, padrões de conduta, identificação de agentes e reconhecimento de um padrão típico de sociabilidade. Atualmente, o ator da violência urbana é o traficante de drogas em função de sua atividade ser mais estável e duradoura do que outras e, pelo fato da ponta final do comércio de drogas estar completamente baseada na submissão pela força. Deve-se atentar para o fato de que a força não é meio para obtenção de interesses, mas princípio sob o qual se estrutura a ação.

A partir do momento em que a força se torna princípio não há, segundo o autor, nada que distinga as diferentes esferas da vida. Especificamente em relação à dimensão subjetiva têm-se as manifestações emocionais mais imediatistas, a objetivação e instrumentalização do outro e a redução quase que completa da produção de sentido. Essa descrição tanto se assemelha àquela descrita por Hobbes (1979) acerca do estado de natureza, na qual os homens enxergam o outro como mero objeto que Machado alude ao fato das organizações criminosas não terem qualquer lastro com as categorias gangue e máfia uma vez que inexistem laços de amizade, honra e lealdade. Ao contrário, essas se organizam numa cadeia de submissão que se forma e estrutura no desequilíbrio de força, não havendo espaço para a constituição de laços. É plausível destacar que embora Machado veja a sociabilidade violenta como um traço da sociedade brasileira, ela incide e afeta mais diretamente as populações que residem em favelas.

É assim que muito mais que se estruturar a compreensão sobre o fenômeno favela, se vive o cotidiano nesse lugar. A partir desse momento será possível corroborar, por meio da pesquisa realizada com os moradores da Vila Monte São José, que falar em favelas envolve a compreensão das estratégias de sobrevivência que não se esgotam no plano físico do seu traçado, nem no cotidiano do trabalho, da autoconstrução, do sacrifício de apertar orçamento para erguer uma parede, da alegria de conseguir ter um “canto para se abrigar”, mas é também falar da luta inglória de distanciamento do estigma que associa pobreza e favela a crime e vadiagem. Nessa luta vale tudo, inclusive conviver de forma ambígua com bandidos, para não morrer e incorporar todo o repertório que os discrimina para falar das outras favelas, num esforço sobre-humano

de se dizer diferente, mais próximo daqueles atributos que a sociedade considera bom e saudável, mas com uma certeza que brota no fundo de que todo esforço é vão. Na realidade, mais dia menos dia, a conta de morar na favela chega. Não interessa se lá é lugar urbanizado, regularizado, pequeno, cheio de gente trabalhadora. No fundo, bem no fundo eles sabem: lá ainda é favela.

3 AS FAVELAS NO BELO HORIZONTE

3.1 A favela na cidade de Belo Horizonte hoje

Belo Horizonte é hoje uma metrópole. Segundo dados do IBGE (2007) a cidade possui 2.412.937 habitantes, distribuídos em 330,95 Km², divididos em nove regiões administrativas – Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Essa distribuição da cidade a partir da década de 1980 tinha como objetivo principal a descentralização administrativa para gerar maior rapidez na resolução das questões pertinentes às mesmas (Figura 1). Embora essas regiões sejam heterogêneas, isto é, possuam especificidades em relação aos aspectos geográficos, sociais, econômicos e históricos, em um aspecto elas se igualam: o fenômeno da favela está presente em toda a cidade independentemente da região (Figura 2).

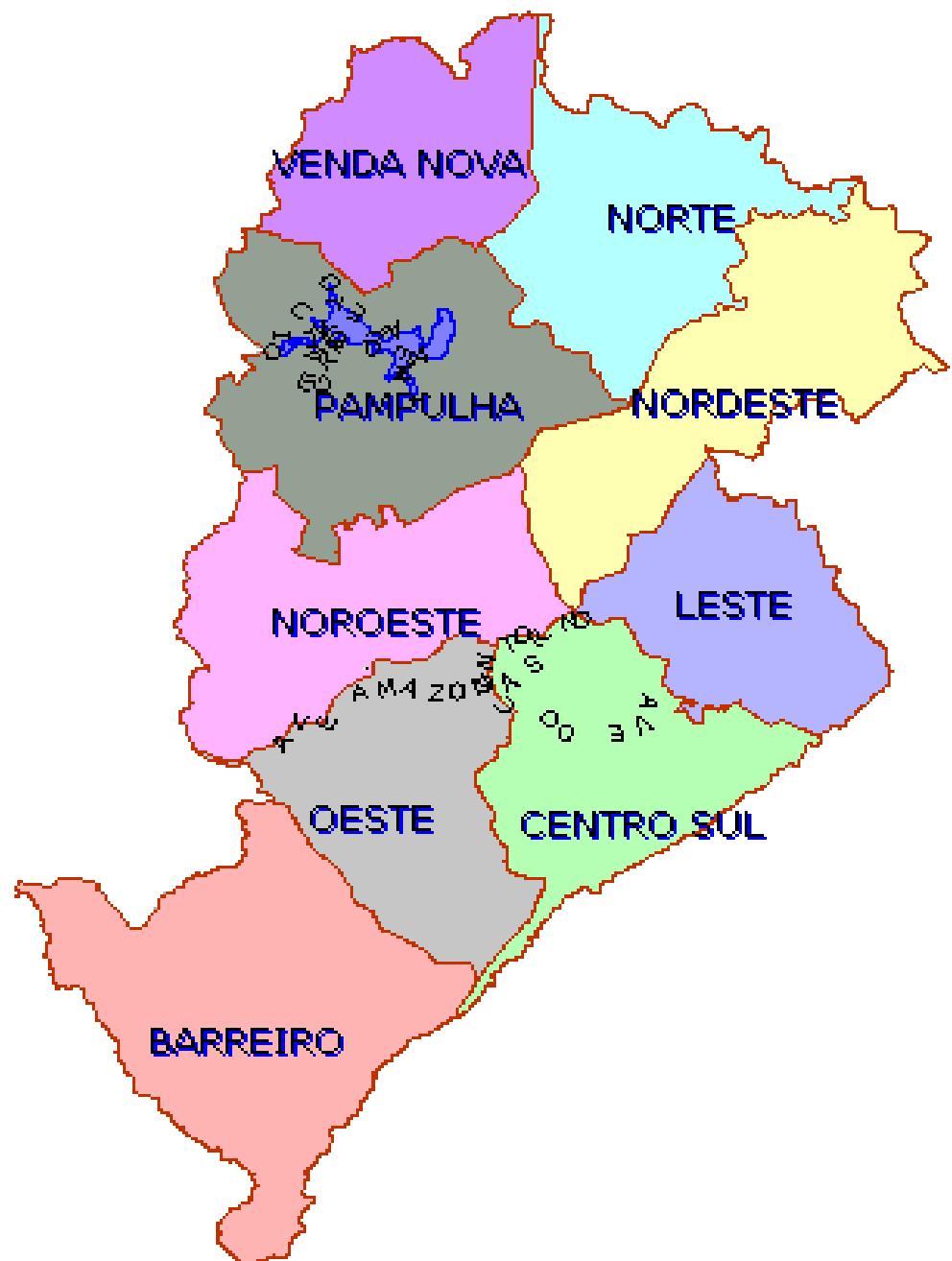


Figura 2 - Mapa das Regiões Administrativas de Belo Horizonte
Fonte: Intranet.geo.pbh/webmapa. Acesso em 06/05/08.

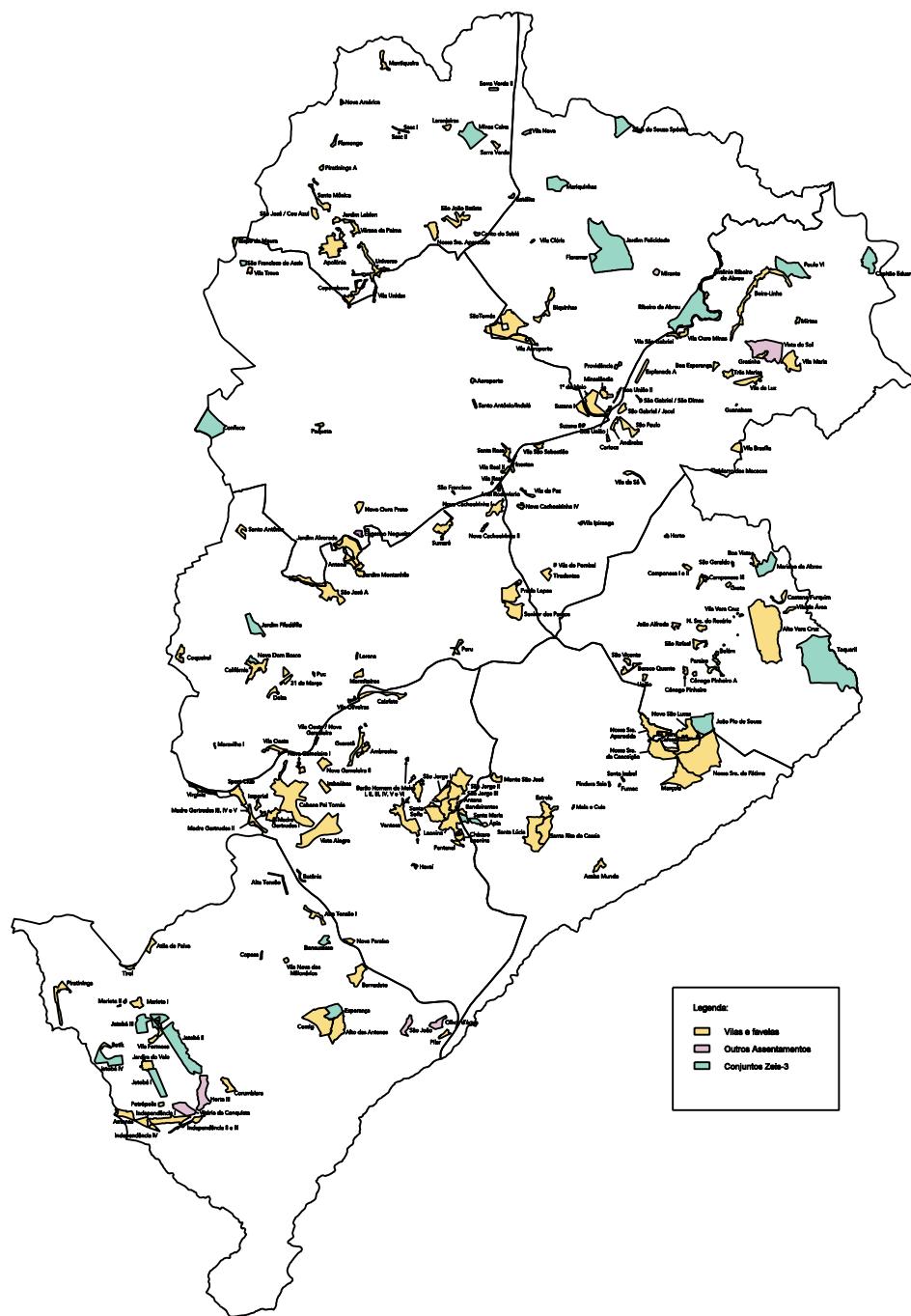


Figura 3 - Mapa das ZEIS 1 e 3 em Belo Horizonte

Fonte: Cia Urbanizadora de Belo Horizonte, 2008. Universo de Trabalho da URBEL

No capítulo 2, a partir das análises de Guimarães (1992), verificou-se que a redemocratização do país nos anos 1980 representou avanços, não obstante a autora afirmar que tais fatos não diminuíram o estigma sobre esse lugar. Nos anos 1990, como já foi dito anteriormente, principalmente a partir da chegada da Frente BH Popular ao poder municipal ocorreram avanços significativos na melhoria das condições de vida nas favelas de Belo Horizonte, na participação dessas populações no processo de tomada de decisão e no reconhecimento, por parte do poder público, do seu direito à cidade. Primeiramente, há que se destacar a criação de uma legislação que, em consonância com o Plano Diretor, estabeleceu as normas e condições para uso e ocupação do solo – Lei N° 7.166. Nesta Lei o território do município foi dividido em zonas que definiam seus potenciais de adensamento, bem como suas demandas de proteção ambiental, preservação cultural, histórica, arqueológica e paisagística. Em disposição adicional a esta lei, em dezembro de 2000, efetivou-se a delimitação dos zoneamentos pertinentes às vilas, favelas e conjuntos habitacionais construídos pelo poder público para a população de baixa renda, Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS 1 e ZEIS 3. Entendidas como “regiões desordenadamente ocupadas por população de baixa renda” (Lei 8137/2000), sob essa nova nomenclatura, elas passam a ser alvo do poder público na promoção de programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária e jurídica com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e sua integração à malha urbana.

Ao longo da década de 1990, então, foram implantados planos e programas pelo poder público com o intuito de urbanizar esses lugares, tais como Plano Global Específico que estabelece diretrizes de intervenções urbanísticas, sócio-econômicas e jurídicas a partir de um amplo diagnóstico realizado no lugar e Orçamento Participativo no qual a partir das diretrizes estipuladas pelos Planos Globais e de uma discussão pública, demandas por obras, construção e reformas de equipamentos urbanos e comunitários são escolhidos, executados e fiscalizados – com a participação dos moradores das vilas e favelas contempladas – a partir de uma metodologia de mobilização popular realizada por técnicos da Prefeitura.²⁷ Todavia, as discussões ocorridas ao longo da elaboração do Plano Diretor da cidade, que preconizou a criação da Lei 7.166 e o consequente estabelecimento da necessidade de efetuar urbanização em

²⁷ Esta metodologia pressupõe a organização de Grupos de Referência compostos por moradores locais que acompanham as reuniões para discussão dos temas pertinentes ao programa executado e demais eventos que buscam mobilizar, esclarecer, informar e acompanhar o andamento do mesmo.

favelas a partir de um diagnóstico e levantamento de prioridades, demonstraram que havia a necessidade de um maior conhecimento sobre o universo das vilas, favelas e conjuntos habitacionais construídos pelo poder público para a população de baixa renda. Ou seja, as informações eram escassas e sem padronização.

Em decorrência de tal constatação e conforme definido no Plano Diretor, no ano 2000, o Centro de Estudos Urbanos da Universidade Federal de Minas Gerais – CEURB – apresentou à Prefeitura, um Plano Estratégico de Urbanização das Zonas de Especial Interesse Social – mais conhecido como *PLANÃO* – que consistiu na caracterização deste universo no que se referem à sua evolução numérica ao longo dos anos 1991, 1996 e 1998, aspectos urbanísticos, geomorfológicos, legais e demográficos, caracterização sócio-econômica e organizativa da população e também na formulação de diretrizes de intervenções, visando por um lado apresentar instrumentos de atuação e, por outro, uma discussão sobre a natureza política de tais intervenções²⁸. É importante destacar que esse estudo se configura como um dos únicos capazes de dar uma visão panorâmica das favelas de Belo Horizonte a partir dos anos 1990, pois, após sua realização, tanto em nível acadêmico como público o que existe são estudos quantitativos pontuais sobre favelas da cidade e que, por terem metodologias diferentes, não permitem, muitas vezes, comparações e inferências gerais sobre o universo. Esse plano, inclusive, até hoje tem servido como base de dados no âmbito do poder público, como referência no estabelecimento de algumas das diretrizes de intervenção.

Consoante aos objetivos desta dissertação, convém destacar alguns pontos apresentados na pesquisa quantitativa realizada pelo *PLANÃO*, pois eles têm estreita conexão com o objeto da mesma. Primeiramente ressalta-se que há 10 anos os dois principais problemas enfrentados pelos moradores das favelas e conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público de Belo Horizonte eram relativos às dimensões que são passíveis de tirá-los do estigma vinculado ao espaço no qual residem, quais sejam: falta

²⁸ A partir do Censo Demográfico 2010 as favelas de Belo Horizonte serão consideradas setores censitários. Tal fato permitirá estudos sobre esse universo, pois, até o momento, um dos principais desafios enfrentados para estudos sobre as favelas, considerando os dados produzidos pelo IBGE, diz respeito aos critérios adotados por esse instituto na definição dos setores censitários. De base eminentemente operacional, tais setores, muitas vezes englobam partes de favelas – denominadas por eles de assentamentos subnormais – e parte de bairros, demandando ponderações e compatibilização com outras bases de dados visando a correção de possíveis distorções. Tal deságio foi enfrentado pelo CEURB na realização do *PLANÃO* que além de empreender tal tarefa, realizou pesquisa quantitativa com uma amostra de 3.820 questionários, aplicados junto aos chefes de famílias residentes em vilas e conjuntos habitacionais, cujos resultados são representativos para as regionais da cidade e analisou dados produzidos pelo poder público.

de segurança (35,1%) e falta de urbanização, aqui entendido como falta de saneamento, serviços urbanos, pavimentação de becos, ruas e iluminação pública (32,8%). Cabe destacar que, não obstante a falta de segurança ser apontada como principal problema em todas as regiões da cidade, na Centro-Sul, onde se insere a Vila Monte São José, esse problema tem índice significativamente superior aos das demais. Ou seja, entre os entrevistados dessa região, 45,1% citaram a falta de segurança como principal problema, seguidos de 28,2% que respectivamente, citaram saneamento básico, serviços urbanos e urbanização. Em relação à urbanização, segundo opinião de 45,0% dos entrevistados em vilas e favelas, as ruas e becos são pavimentados. Já para 76,2% dos entrevistados, há iluminação pública nestes locais.

À época da pesquisa realizada pelo CEURB, no que se refere à pavimentação de ruas e becos e iluminação pública, aferida a opinião dos entrevistados obteve-se que: 45,0% afirmaram que as vias em frente às suas casas são pavimentadas, contra 55,0% que informaram o contrário. Já 76,2% informaram haver iluminação pública nas mesmas e 23,8% não as possuem.

Em relação ao padrão das moradias, ocorreu a avaliação dos entrevistadores a partir de parâmetros previamente estabelecidos que considerassem os materiais empregados nas paredes, pisos e coberturas, num gradiente que ia do “precário (parede de adobe e/ou madeira, piso de terra batida e/ou madeira, cobertura de lona e/ou lata); regular (parede de alvenaria parcialmente revestida e/ou não revestida, piso de madeira e/ou cimento, cobertura de zinco e/ou amianto); boa (parede de alvenaria revestida e/ou parcialmente revestida, piso de cimento e/ou cerâmica, cobertura de laje e/ou telha de cerâmica).” (CEURB, 2000, p. 97) Assim, segundo a avaliação dos entrevistadores, 51,4% das moradias em vilas e favelas eram boas, 42,9% eram regulares e 5,1% eram precárias. Sobre as moradias merece destaque o fato de na região Centro-Sul ocorrer o maior índice de moradias com dois pavimentos: 40,7% dos chefes de família, entrevistados nesta região.

O CEURB aferiu junto aos entrevistados o tema da realização de reformas nas moradias e sobre isso apurou que 63,8% dos entrevistados já haviam realizado obras nas residências, principalmente relativas ao aumento no número de cômodos. É interessante destacar que a autoconstrução foi citada por 37,2% dos entrevistados como alternativa para a realização das mesmas, seguida de perto pela contratação de mão-de-obra: 37,0% e pela construção com a ajuda de parentes e amigos, 22,8%. Se considerarmos que o

processo de autoconstrução, em algum momento conta com a participação de, além dos próprios membros da família, parentes, amigos, vizinhos e até mesmo, pessoas desconhecidas – conforme foi explicitado na pesquisa de campo realizada na vila Monte São José e será discutido no próximo capítulo, pode-se sugerir que o fenômeno da autoconstrução, na realidade, abrange 60,0% da realidade construtiva das moradias amostradas e expressa os limites financeiros aos quais está exposta a população de baixa renda residente em vilas e favelas. (KOWARICK, 1979; GUIMARÃES, 1991).

Em relação aos anos 1990 é possível reconhecer o esforço do poder público em conhecer para intervir, haja vista os estudos realizados que possibilitaram identificar especificidades entre as vilas e favelas distribuídas nas nove regiões da cidade e, até mesmo, dentro das localidades. Ou seja, não obstante a aparente homogeneidade que paira sobre a favela – “lugar de pobreza” –, o *PLANÃO* não somente identificou diferenças, como também sugeriu que nos estudos pontuais a serem realizados nas localidades, houvesse, por parte do poder público, o esforço em mais bem compreendê-las com o objetivo de melhorar sua atuação. Nos últimos anos, todavia, tem-se verificado alterações seja na qualidade da participação (RIBEIRO, 2001; MELO 2008), seja nas formas de intervenção do poder público, pois, se antes foram privilegiadas ações pontuais por meio do OP, a partir 2006, conforme já descrito na introdução, vê-se a captação de recursos federais e externos para grandes intervenções – chamadas intervenções estruturantes – que reconfiguram radicalmente o espaço físico e social de algumas favelas da cidade, com aberturas de avenidas, remoções expressivas de famílias para conjuntos habitacionais, outras localidade e municípios da RMBH, quando não a remoção completa de favelas. Na realidade, sob o discurso da requalificação urbana e completa inserção na formalidade, ou seja, na cidade, o poder público tem priorizado as diretrizes técnicas da arquitetura e da engenharia generalizantes, as quais, em algumas situações, desconsidera as especificidades locais e o aprofundamento da discussão com os moradores, provocando o questionamento acerca do caráter autoritário das formas como ocorrem tais intervenções²⁹. (ROSA, 2006) (MARQUES, 2001)

²⁹ No lançamento do Programa Vila Viva, em 2008, o ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, em discurso, afirmou que a cidade seria a primeira no Brasil a transformar as favelas em bairro. Em 2009 esse programa foi ampliado para três aglomerados da cidade, mas em dois deles têm ocorrido reclamações quanto à forma de negociação com os moradores e o valor das indenizações oferecidas., inclusive com ameaça de solicitação de instauração de CPI na câmara municipal (Rádio Itatiaia, 25 de maio de 2009).

Um elemento expressivo do que acima foi dito, diz respeito às nomenclaturas técnicas que são utilizadas para designar a favela *vis-a-vis* os nomes dados às favelas por seus próprios moradores. A idéia da favela como algo que não faz parte da cidade está expressa nas designações técnicas para o lugar tais como “assentamentos subnormais” e “cidade informal”. Em Belo Horizonte, os técnicos que atuam na área de políticas urbanas, além de criarem o termo ZEIS 1 para designar as vilas e favelas, costumam chamar de vila toda favela que possua um mínimo de urbanização e de aglomerado uma área conurbada de favelas. Destaca-se que essa nomenclatura é introjetada pelos moradores que passam a utilizá-las em seu cotidiano e, como veremos no próximo capítulo, servem como elementos de desidentificação com o lugar favela. Por outro lado, os nomes dados às favelas de Belo Horizonte pelos seus moradores, em grande medida, sinalizam um tom jocoso e de duplo sentido que expressam a precariedade das condições de vida nestes lugares. “Cabeça de Porco”, “Buraco Quente”, “Pindura Saia”, “Pau Comeu”, “Buraco do Peru”, “Vietnã”, “Marmiteiros”, “Morro do Papagaio”, “Rock in Rio”, “Quiabinho” e “Morro do Querosene” são alguns nomes populares de favelas em Belo Horizonte. Todavia, após alguns anos, em virtude da demanda por nomes oficiais e menos pejorativos, estes são alterados e em boa parte para nomes religiosos: Vila Nossa Senhora da Conceição, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila Senhor dos Passos, Vila São Miguel, Vila Santa Rita e Vila Monte São José. Assim, por exemplo, de favela Morro do Querosene, tem-se a Vila Monte São José.

Atualmente, segundo dados da Cia. de Belo Horizonte – URBEL (2008)³⁰ – existem 174 favelas em Belo Horizonte, perfazendo um total estimado de 350.566 habitantes distribuídos em 97.012 domicílios. A tabela 1 mostra a evolução das favelas na capital considerando as décadas de 1990 e 2000. É possível ver que, em 16 anos, o número de favelas cresceu significativamente. Tal fato pode ser imputado à falta de resolução do problema da habitação para as populações de baixa renda, fato que confirma a favela como alternativa de moradia para a população pobre. As regiões que

³⁰ O “Universo de atuação da URBEL” são as vilas, favelas e conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público antes de 1994 distribuídos pelas regiões administrativas da cidade contendo estimativas de população, área e número de domicílios. É importante destacar que esse levantamento se organiza a partir de diferentes fontes de informação que, por sua vez, foram coletadas em datas diferentes; algumas favelas levantadas não apresentam dados sobre população e número de domicílios; algumas localidades, por exemplo, Taquaril, Mariano de Abreu, entre outros, para a URBEL, não são consideradas como favela e sim conjuntos habitacionais que sofreram processo de deterioração e perda das características físicas, portanto, não estão considerados no cálculo acima. Os dados referentes à população são estimados levando em consideração a base da qual foram retirados.

apresentaram um aumento no número de favelas foram Barreiro – surgimento de oito favelas entre 1991 a 2008 –; Nordeste – registro de cinco novas favelas no mesmo período; e Oeste com oito novas favelas entre 1991 a 2008. Já nas regiões Leste, Norte e Venda Nova houve, nesse período, uma redução no número de favelas.

Tabela 1
Evolução das favelas nos anos 1990 e 2000

Regionais	1991	1996	1998	2008
Barreiro	14	15	16	22
Centro-Sul	16	16	16	17
Leste	21	21	21	19
Nordeste	22	23	23	27
Noroeste	22	22	22	22
Norte	9	9	8	8
Oeste	20	21	21	28
Pampulha	11	12	12	13
Venda Nova	19	19	19	18
Total	154	158	158	174

Fonte: Elaborado a partir de dados do PLANÃO (2000) e Universo de Trabalho da URBEL (2008)

O cruzamento dos dados do *PLANÃO* com aqueles produzidos pela Urbel (2008) mostra que, aliado ao aumento geral do número de favelas na cidade, aumentou o número estimado de domicílios e de habitantes nessas localidades, respectivamente de 75.190 domicílios em 1996 para 97.012 em 2008 e de 312.267 habitantes estimados em 1996, para 350.566 habitantes estimados em 2008. Atualmente, a população residente em favelas representa 14,5% da população da cidade e a densidade domiciliar estimada é de 3,6 habitantes por domicílio (Tabela 2). A região Centro-Sul, onde se situa a Vila Monte São José, embora seja a sexta em número de favelas, é a segunda em termos de estimativa de população e número de domicílios, o que demonstra adensamento e verticalização. A Centro-Sul e a Oeste – com maior número de favelas, domicílios e população estimada – são as regiões mais antigas da cidade e mais próximas do centro da capital, fato que possibilita inferir que são regiões que, por agregarem melhores

condições de vida no que tange à oferta de equipamentos, serviços públicos e oportunidades para geração de trabalho e renda, atraem maior número de pessoas.

Tabela 2
Favelas de Belo Horizonte distribuídas pelas Regiões Administrativas

Regional	Número de favelas	Número de domicílios	Número de habitantes	Densidade domiciliar
Barreiro	22	8.192	28.506	3,5
Centro-Sul	17	18.463	67.630	3,7
Leste	19	11.653	43.130	3,7
Nordeste	27	7.073	29.546	3,7
Noroeste	22	11.818	46.946	3,9
Norte	8	6.763	20.576	4,4
Oeste	28	22.799	78.257	3,4
Pampulha	13	2.168	7.482	3,0
Venda Nova	18	8.083	28.493	3,5
Total	174	97.012	350.566	3,6

Fonte: Elaborado a partir do Universo de Trabalho da URBEL, 2008.

Especificamente sobre a região Centro-Sul, destaca-se o fato de ela possuir dois grandes aglomerados de favelas³¹: Aglomerado da Serra (Marçola, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Novo São Lucas e Santana do Cafetal) e Aglomerado Barragem Santa Lúcia (Santa Rita de Cássia, Santa Lúcia e Estrela)³², assim como pequenos enclaves favelados em bairros de classe alta, tais como as favelas Acaba Mundo no bairro Sion, Santa Izabel no bairro Serra, Pindura Saia e Fumec no bairro Cruzeiro e Monte São José no bairro Cidade Jardim.

³¹ Esse termo é utilizado por técnicos da Prefeitura para se referir a um conjunto de favelas, ao contrário de um uso que vem sendo disseminado, principalmente pela imprensa, para se referir a qualquer favela.

³² As outras regiões que possuem aglomerados são: Noroeste que possui um aglomerado – Jardim Montanhês (Antena, Jardim Alvorada, Jardim Montanhês), Norte – um aglomerado – São Tomaz (São Tomaz, Vila Aeroporto) e região Oeste que também possui um aglomerado – Morro das Pedras (Antena, Chácara Leonina, Leonina, Pantanal, Santa Sofia, São Jorge I, São Jorge II, São Jorge III).

3.2 A Vila Monte São José – caracterização.

Como já foi dito a Vila Monte São José está situada na Região Centro-Sul da cidade. Ela é limitada pelos bairros Luxemburgo e Cidade Jardim. O acesso a ela se dá pela Avenida Raja Gabaglia e a favela é imperceptível para quem passa pelo local em virtude do grau de inclinação do terreno em relação a essa Avenida, importante corredor de trânsito da cidade de Belo Horizonte. Pode-se dizer que a Vila Monte São José é um enclave no meio de bairros de classe abastada. Ela é uma das favelas mais antigas da cidade. O processo de ocupação no Morro se iniciou na década de 1940 e é resultado das consecutivas remoções da favela da Barroca, que se localizava no bairro Barro Preto e que foi totalmente removida em 1942. O seu processo de extinção – à época era a única favela existente na zona urbana da cidade – iniciou-se aproximadamente nos anos 1920. Segundo Guimarães (1991) a Barroca trazia consigo o fato curioso de estar sempre em movimento. Ela foi formada em 1902 na região do Barro Preto e à medida que ia sendo removida, se formava em outro lugar nas proximidades.

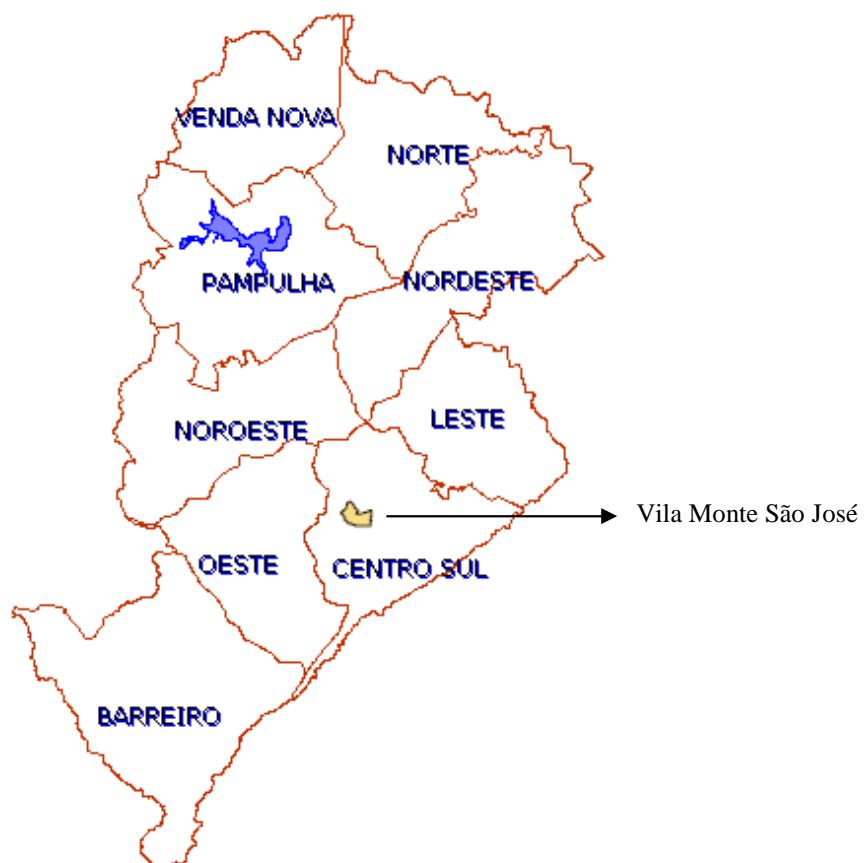


Figura 4 – Localização da Vila Monte São José.
Fonte: Intranet.geo.pbh/webmapa. Acesso em 15/07/09.

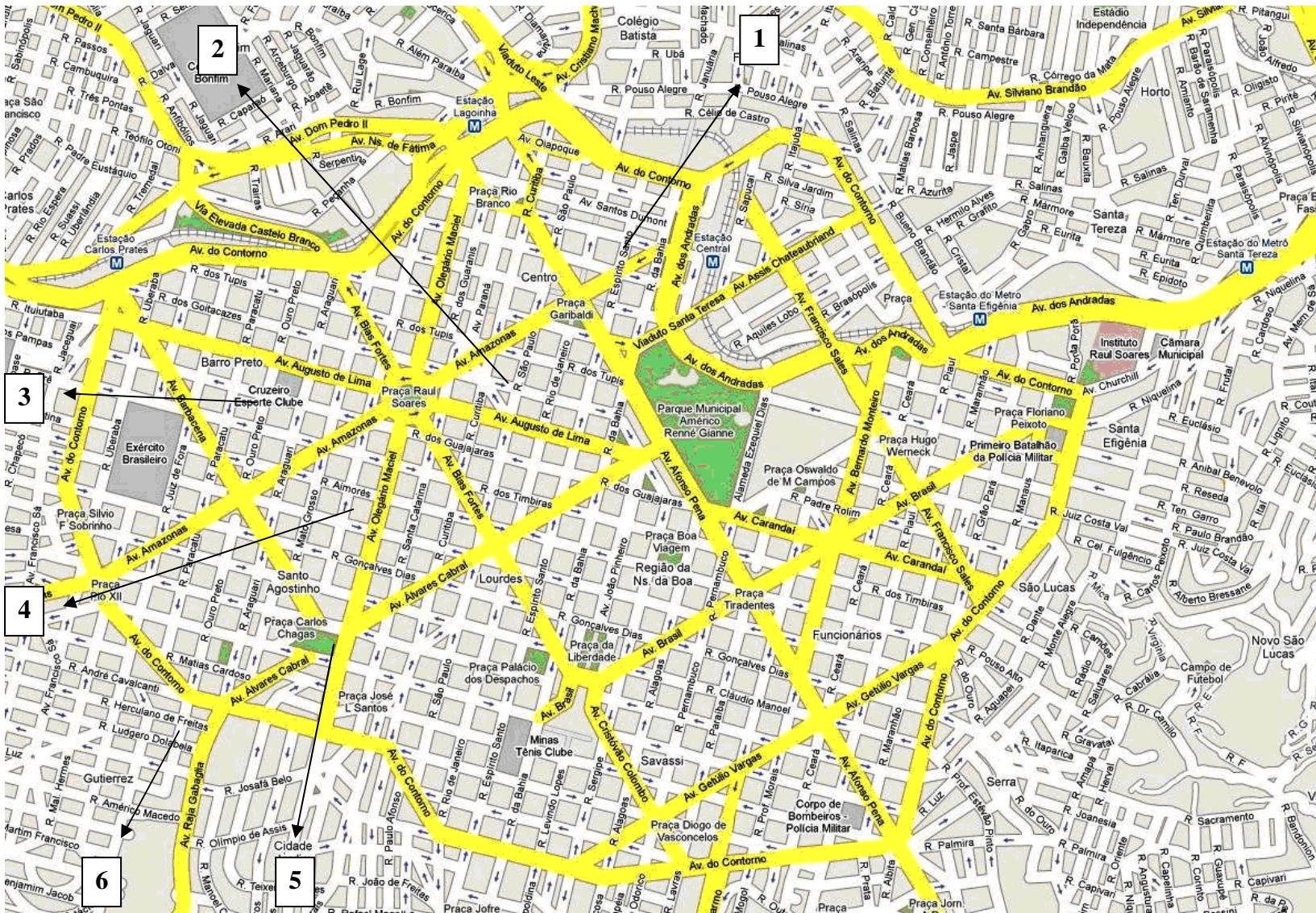


Figura 5 - Mapa do deslocamento da Favela Barroca
Fonte: Elaborado a partir de GUIMARÃES (1991, p. 239).

Em 1942 a favela da Barroca se localizava nos terrenos onde hoje se situa a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Com sua extinção, parte dos moradores formou a favela dos Marmiteiros na região Noroeste da capital³³ e o restante, que não concordou com o deslocamento para aquele local, praticamente atravessou a Avenida do Contorno e formou o Morro do Querosene, atual vila Monte São José, na área onde hoje se situa a Avenida Raja Gabaglia. De acordo com o depoimento de uma moradora da vila, seu pai – “Seu Nonô” –, que residia de aluguel na favela da Barroca, foi um dos primeiros ocupantes da área. Segundo suas recordações, além deles só existia uma casa, habitada por uma senhora que tinha um centro espírita. De resto havia somente um sanatório para tuberculosos – atualmente é o Hospital Madre Teresa – e mato. Nessa época, segundo ela, as ruas do bairro Cidade Jardim estavam sendo abertas e seu pai construiu uma casa para a família, além de vários barracos para alugar. Ao longo da pesquisa de campo não foram poucas as referências a este senhor. Era visto como um homem dinâmico, festeiro e que ajudava várias pessoas que ali chegavam. Ele tinha também um centro espírita, fundou uma escola de samba na vila e promovia diversos campeonatos de futebol.

Nessa época ele mexia com carroça e aí já estava começando a abrir as ruas na Cidade Jardim... Ali pra baixo, onde é que é a escola de odontologia; subindo... Ali era uma lagoa imensa e aí pegou pra aterrarr, ele mexia com carroça, aí pegou pra aterrarr e fez um barracão aqui na Rua Assembléia (principal rua da vila). (...) Na época papai invadiu. Ele foi um dos primeiros moradores. (Cibele, 70 anos)

De acordo com o relatório técnico contendo o histórico dessa ocupação (URBEL, 1994), os primeiros moradores ocuparam lotes grandes que hoje configuram pequenos condomínios familiares. É interessante destacar que as maiores dificuldades encontradas pela prefeitura no processo de regularização da vila estão relacionadas com esses “condomínios familiares”, pois em boa parte os primeiros ocupantes já faleceram e os herdeiros não entram em acordo sobre a titularidade.

No quintal aqui é tudo meus parentes. Aqui são sete famílias que moram no mesmo lote. Aqui é como se fosse um condomínio né. (Alessandro, 59 anos)

³³ A vila dos Marmiteiros foi quase toda removida em decorrência das chuvas em 1980. O governo do Estado criou um conjunto habitacional, em outro município para receber as famílias removidas. Atualmente, a vila é formada 272 domicílios, residência de uma população de 1.142 habitantes.



Figura 6 - Foto Aérea do Morro do Querosene em 1969
Fonte: URBEL, Intranet. Foto aérea. Acesso em maio de 2007.

Durante cerca de trinta anos a favela cresceu e viveu sem qualquer infra-estrutura urbana. A água era coletada numa bica situada na atual Avenida Prudente de Moraes, não havia pavimentação de ruas e becos, luz, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Todavia, embora as condições de vida fossem difíceis havia uma intensa vida cultural, com salões para baile, escola de samba e realização de muitas festas comemorativas. Moradores mais antigos lembram-se dessa época com um misto de nostalgia e desejo de esquecimento, pois na relação entre precariedade e festa percebe-se o fortalecimento dos laços de vizinhança e a união que, como veremos adiante, são vistos como escassos nos dias de hoje, não obstante a melhoria das condições de vida.

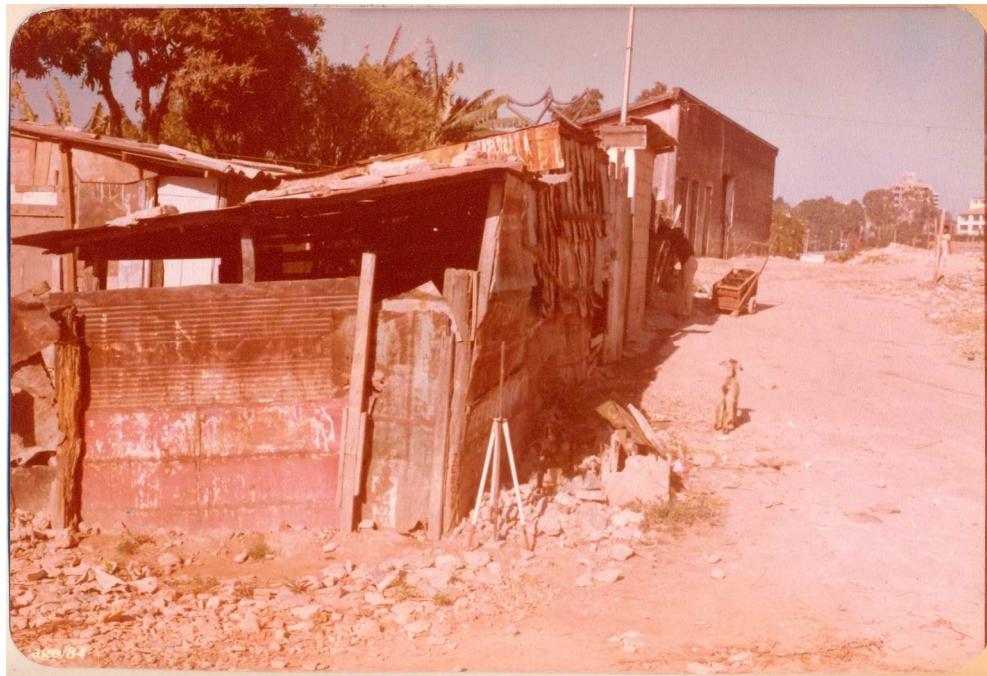


Figura 7 - Cruzamento das ruas Assembléia e Sete Câmara em 1984

Fonte: Relatório da Delimitação da AEIS. Sudecap, 1984. In Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.



Figura 8 - Rua Sete Câmara em 1984

Fonte: Relatório da Delimitação da AEIS. Sudecap, 1984. In Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.



Figura 9 – Rua Assembléia em direção à Avenida Prudente de Moraes em 1984

Fonte: Relatório da Delimitação da AEIS. Sudecap, 1984. In Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.



Figura 10 – Rua Assembléia em direção á Avenida Prudente de Moraes em 1984

Fonte: Relatório da Delimitação da AEIS. Sudecap, 1984. In Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.



Figura 11 - Rua Assembléia em direção à Avenida Raja Gabaglia em 1984

Fonte: Relatório da Delimitação da AEIS. Sudecap, 1984. In Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.



Figura 12 - Beco Eucalipto em 1984

Fonte: Relatório da Delimitação da AEIS. Sudecap, 1984. In Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.

A partir da década de 1970 até 1999, houve um vigoroso processo de remoção de famílias da vila. Por variados motivos: implantação da Avenida Raja Gabaglia, implantação de quartel do exército, abertura de ruas no bairro Cidade Jardim, retirada de famílias residentes em área de risco geológico e execução de obras do Orçamento Participativo, a Vila Monte São José nesse período perdeu 70% do seu território e, consequentemente, dos seus moradores. A ampliação do bairro Cidade Jardim, além de interferir na diminuição do território da vila³⁴, por suas características e público alvo – o bairro foi estruturado para ser local de grandes mansões e há toda uma legislação que restringe a perda de tais características tais como o tamanho dos lotes, impedimento para a construção de prédios, obrigatoriedade de arborização dos passeios e proibição de estabelecimentos comerciais – também trouxe, para aqueles que permaneceram na vila, a convivência com vizinhos que não os queriam lá.



Figura 13 - Casa parcialmente demolida em 1984

Fonte: Relatório da Delimitação da AEIS. Sudecap, 1984. In Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.

Conforme carta transcrita abaixo e relatos dos moradores entrevistados é possível dizer que a proximidade física redundou em um tipo de interação extremamente

³⁴ Algumas entrevistas relatam casos de famílias que foram removidas para a construção de uma escola – Colégio São Paulo –, abertura de ruas e formação de lotes a serem vendidos. Uma entrevistada, inclusive, contou que foi removida da Rua Manoel Couto para a construção das mansões. Com o dinheiro da indenização, mudou-se para a Região de Venda Nova, posteriormente para o Estado do Mato Grosso. Quando retornou para a cidade de Belo Horizonte, com o dinheiro arrecadado com a venda das terras que possuía naquele Estado, não conseguiu adquirir casa novamente na região de Venda Nova e teve que voltar a viver na favela.

hierarquizada, pois não obstante o desejo de remoção da favela daquele local há que se destacar que boa parte dos moradores da vila trabalha ou presta serviços nas casas daquele bairro e de outros circunvizinhos.

OS MORADORES (...), INFRA-ASSINADOS, VÊM EXPOR PARA REQUERER O QUE SEGUE:

a) que a população remanescente da FAVELA MORRO DO QUEROSENE (...) vem interferindo nos direitos de habitação e vizinhança do contingente populacional requerente, em decorrência de criação de porcos em condições absolutamente precárias, como ocorre em favelas além de outros animais que ficam soltos pelas ruas, tais como vacas, cabras e cavalos;

b) que a favela, nessa área, antes diminuta, vem se expandindo a cada dia, e as pocilgas, também, em número e crescimento bastante expressivos, têm aumentado insuportavelmente o índice de poluição atmosférica da região, degradando seriamente a qualidade de vida dos moradores requerentes;

c) que a degradação do ambiente, em decorrência das pocilgas, de um lado, e dos dejetos e lixo acumulados pelo contingente populacional da Favela, de outro, determinam naturalmente a proliferação de moscas e pernilongos que alcançam proporções alarmantes em determinadas épocas do ano.

Pelo exposto, vimos respeitosamente requerer dos Órgãos competentes da Prefeitura os bons ofícios para autorizar;

a) de imediato, o extermínio de todas as pocilgas existentes com base em lei municipal em vigor;

b) a erradicação da Favela da área em questão.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 10 de maio de 1983. (Processo 40.797, de 13 de junho de 1983: providências com a favela Morro do Querosene – R. Perdigão Malheiros e outras, B. Cidade Jardim, Belo Horizonte, 1983. Acervo APCBH, Secretaria de Ação Comunitária

Segundo relato dos moradores é a partir de 1985 que se inicia o processo de urbanização da vila. As imagens abaixo, feitas na década de 1990, mostram uma intensa movimentação de moradores em mutirões para abertura e alargamento de becos e em vistorias em áreas de risco geológico. Mas, além disso, elas mostram um padrão habitacional ainda precário e, principalmente, homens, mulheres e crianças nas ruas, ou seja, se apropriando deste lugar de movimento e interação social em claro contraste com o quase deserto dos dias atuais, como veremos adiante.



Figura 14 - Mutirão no Beco Coqueiro

Fonte: Registros fotográficos de mutirões em áreas de risco geológico em data não identificada. Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.³⁵

³⁵ As fotos 13 a 18 constam do arquivo de registros fotográficos do Centro de Documentação e Informação da URBEL. Embora não tenha conseguido identificar a data exata destas imagens, é possível afirmar com segurança que são da década de 1990 e posteriores ao ano de 1994, pois foi neste período que houve a estruturação do Programa estrutural de Áreas de Risco que tinha como eixo de trabalho e de mobilização social a realização de mutirões para limpeza de becos, retirada de entulhos e abertura dos mesmos.



Figura 15 - Mutirão no Beco Eucalipto

Fonte: Registros fotográficos de mutirões em áreas de risco geológico em data não identificada.
Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.



Figura 16 - Mutirão nas proximidades da Rua Sete Câmara

Fonte: Registros fotográficos de mutirões em áreas de risco geológico em data não identificada. Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009

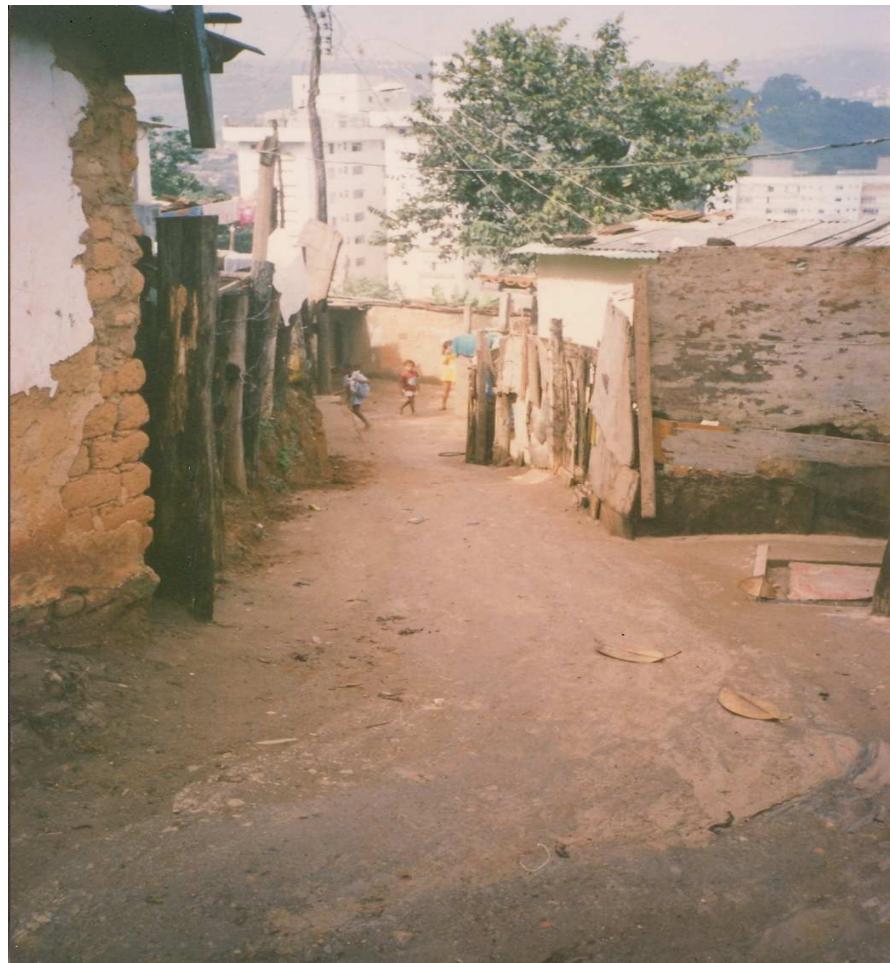


Figura 17 - Beco Eucalipto

Fonte: Registros fotográficos de mutirões em áreas de risco geológico em data não identificada. Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.



Figura 18 - Beco Alegria

Fonte: Registros fotográficos de mutirões em áreas de risco geológico em data não identificada. Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.

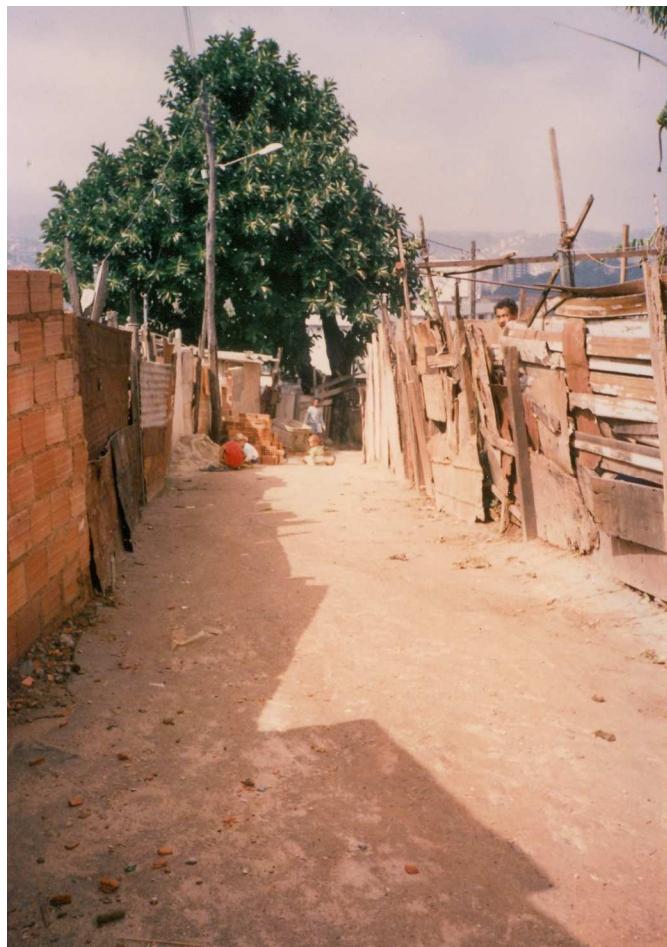


Figura 19 - Beco Alegria

Fonte: Registros fotográficos de mutirões em áreas de risco geológico em data não identificada. Centro de Documentação e Informação – SIT/URBEL, 2009.

As ameaças constantes de remoção da favela, algumas consumadas, outras não, fez com que eles tenham sido pioneiros na conquista da regularização fundiária³⁶ por meio do Programa Orçamento Participativo, em 1994, antes mesmo de demandarem e conquistarem obras de urbanização, tais como pavimentação de ruas e becos, construção de galpão para atividades sociais³⁷ e implantação de rede de drenagem e esgoto. Os dados coletados pelo cadastramento socioeconômico, realizado pela Prefeitura para este programa, mostram que a maioria dos moradores da vila adquiriu seus lotes nas décadas de 1980 e 1990, não obstante ser nesses períodos que os moradores entrevistados revelaram ter ocorrido o maior volume de remoções.

³⁶ O Programa de regularização fundiária desenvolvido pela Prefeitura de BH consiste na transferência da titularidade dos lotes para seus ocupantes localizados em terras públicas municipais e, em alguns lugares – a Vila Monte São José aqui se inclui –, assistência jurídica nos processos de usucapião.

³⁷ Em visita realizada no dia 23/01/08 verificou-se que o galpão encontra-se abandonado e depredado.

Tabela 3
Ano de aquisição do lote – Vila Monte São José

Ano	Frequência	%	% Válido
Até 1950	7	2,3	2,7
De 1951 a 1960	18	6,1	7,1
De 1961 a 1970	19	6,4	7,5
De 1971 a 1980	27	9,2	10,6
De 1981 a 1990	83	27,9	32,3
De 1991 a 1999	102	34,7	40,1
Total	257	86,5	100,0
Não respondeu	40	13,5	
	297	100,0	

Fonte: Elaborado a partir do Cadastro Geral de Ocupantes, URBEL, 1999.

Atualmente, a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006), com base no Censo 2000, verifica-se a existência de uma população de 868 habitantes, distribuídos em 202 domicílios que perfaz uma densidade domiciliar de 4,3. A vila tem uma população marcentemente formada por migrantes, principalmente oriundos do Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, assim como de algumas cidades da Região Nordeste do país. Em relação à situação ocupacional da população economicamente ativa pode-se afirmar que ela é basicamente formada por profissionais com baixa qualificação. A maioria se constitui em pedreiros, pintores, porteiros, empregadas domésticas, faxineiras, motoristas, entre outros e, em boa parte, prestando serviços nas casas e prédios dos bairros circunvizinhos.

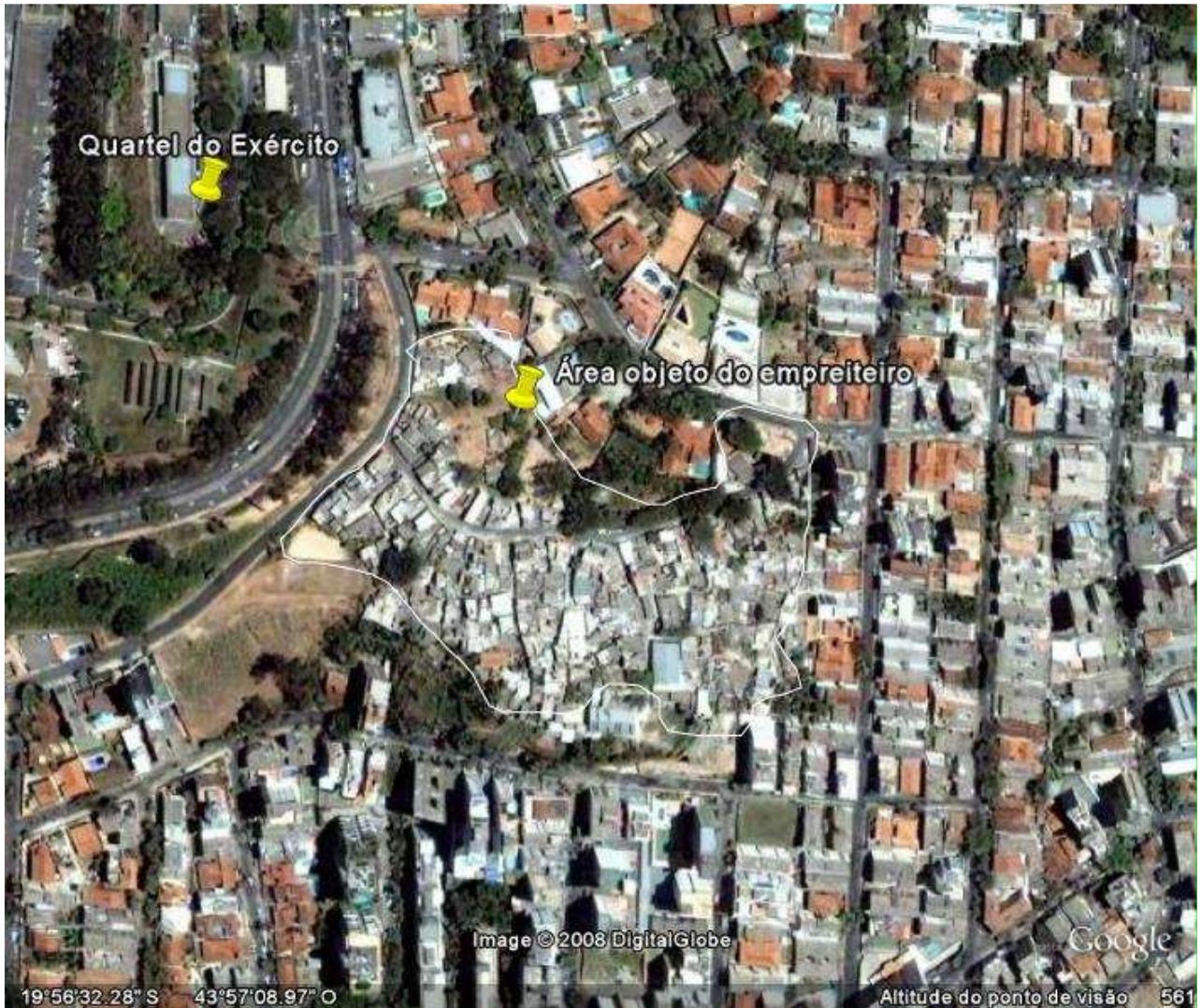


Figura 20 - Foto aérea da Vila Monte São José – 2008
Fonte: Google Earth, 2008³⁸

A vila atualmente é composta de uma rua principal chamada Rua Assembléia – onde está localizado a maior parte comércio local, composto basicamente por sacolão, mercearia, bar, loja de jogo do bicho, loja de biscoitos e três igrejas evangélicas – e pelos becos Pachá, Coqueiros, Sossego, Alegria e Paz, onde se localiza a igreja católica, a sede da associação dos moradores, a creche Recanto do Menor que recebe, em período integral, crianças na faixa etária de 0 a 14 anos, não somente da Vila, mas também de outras localidades e alguns bares. Ao contrário das fotos anteriores, ao longo do dia a Vila apresenta ruas praticamente desertas.

³⁸ A área objeto do empreiteiro refere-se a um conjunto de lotes – totalizando aproximadamente 10.000 m², localizados em área que não foi regularizada, logo permanece como terra pública municipal, cujas benfeitorias, que desde o ano de 2005, estão sendo compradas por um empresário da construção civil que objetiva construir um shopping center no local, segundo informações dos moradores. Concomitante a tal aquisição, este empresário abriu um processo de permuta de lotes junto à Prefeitura, no qual ele oferece uma área de 33.000 m² no Bairro Heliópolis, na Região Norte da cidade, em troca da referida área.

Os horários de maior movimento durante a semana são pela manhã, no horário do almoço e no fim da tarde, quando sempre há uma intensa movimentação de pessoas nas ruas e becos. É possível perceber que essa movimentação ocorre nos momentos de ida e volta para o trabalho ou escola. Ou seja, as pessoas estão em trânsito. Já pessoas paradas nas portas, conversando, são vistas esporadicamente e, na maior parte das vezes, são homens mais velhos ou ligados ao tráfico de drogas. Também, em comparação com as imagens de épocas anteriores, é flagrante a verticalização e adensamento da vila. Ou seja, hoje em dia na Vila Monte São José são comuns os lotes com mais de um domicílio, assim como são raras as residências com um único pavimento.



Figura 21 - Rua Assembléia em direção à Avenida Raja Gabaglia em 2009
Fonte: Foto da autora, 2009.



Figura 22 - Beco da Alegria em 2009
Fonte: Foto da autora, 2009

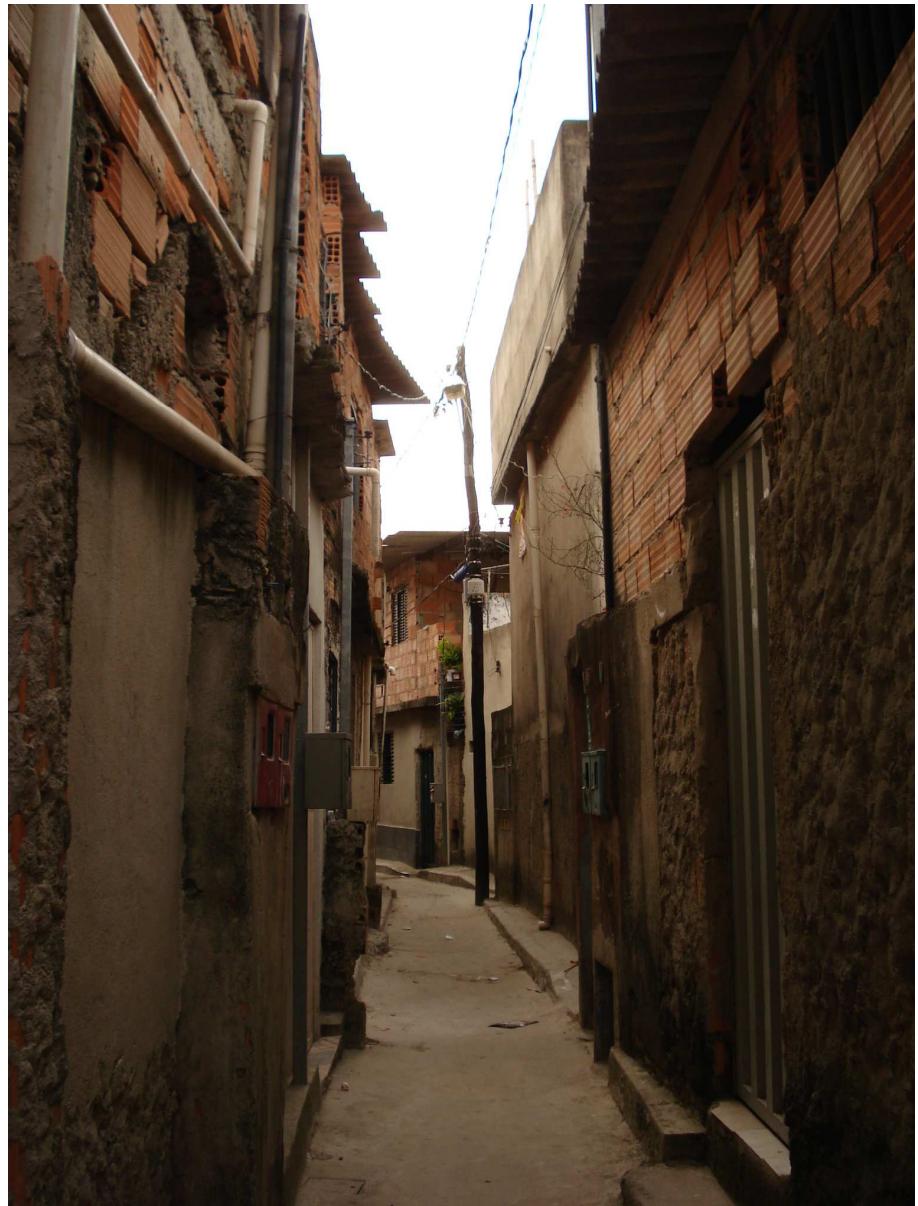


Figura 23 - Beco do Sossego em 2009
Fonte: Foto da autora, 2009



Figura 24 - Encontro dos Becos Alegria e Sossego em 2009
Fonte: Foto da autora, 2009

Sobre a presença do tráfico, há que se destacar que na vila durante os dias da semana, tal presença é muito discreta. Eles ocupam o espaço da rua ostensivamente nos finais de semana e a noite. Todavia, a partir do momento em que ocorreu apreensão de armas no galpão da Prefeitura, houve uma mudança na postura das pessoas envolvidas nesse comércio. Eles passaram a manter grupos numa esquina durante todo o dia. Sobre o galpão conquistado pela população da vila no OP/1995 é interessante destacar que durante um período ele foi utilizado por uma ONG que ministrou cursos de trabalhos manuais e esportes. No entanto, com a saída desta instituição, ele não foi apropriado pelos moradores e acabou sendo completamente depredado. Maria – presidente da associação culpa a Prefeitura por não ter transferido para a

associação a responsabilidade pelo zelo, manutenção e desenvolvimento de atividades no local. Mas, quando ocorreu uma tentativa de apedrejamento do galpão da Creche – que fica na mesma rua do outro galpão –, um morador do local não se constrangeu e chamou a polícia.



Figura 25 - Rua Assembléia com início de “movimento” em 2009³⁹
Fonte: Foto da autora, 2009.

³⁹ Movimento é uma gíria que designa o comércio ilegal de drogas.



Figura 26 - Galpão conquistado no OP/1995 em 2009

Fonte: Foto da autora, 2009. Em setembro de 2008, a polícia encontrou armas e munições escondidas no local. Na placa está escrito: “Centro Comunitário da Vila São José. Uma conquista da população no OP/95”, Foto da autora, 2009.

Nos finais de semana, por outro lado, vêem-se aos sábados muitas pessoas nas ruas durante todo o dia, seja lavando carros, seja paradas, “batendo papo”, seja em trânsito: saindo e chegando com compras de supermercados ou passando arrumados para passear. No domingo pela manhã várias pessoas se dirigem às suas igrejas – Capela da Paróquia Santo Inácio, Evangélicas Deus é amor, Cristã do Brasil e Assembléia de Deus. Após as celebrações, conversam um pouco nas portas desses templos. Já no período da tarde, as ruas da vila voltam a ficar quase desertas.



Figura 27 - Capela Santo Inácio de Loyola, localizada no Beco Pachá
Fonte: Foto da autora, 2009



Figura 28 - Igreja Deus é Amor, localizada na Rua Assembléia em 2009
Fonte: Foto da autora, 2009.

A maioria das casas da vila possui dois pavimentos: a verticalização, a co-habitação e a condominização – grupo de casas com um único portão de acesso à via pública – são uma constante na vila. As imagens abaixo mostram as diferenças no padrão de acabamento das casas, assunto que será discutido no próximo capítulo. As imagens abaixo também dão a noção exata da proximidade física da Vila com os bairros de classe abastada e a separação física entre eles.

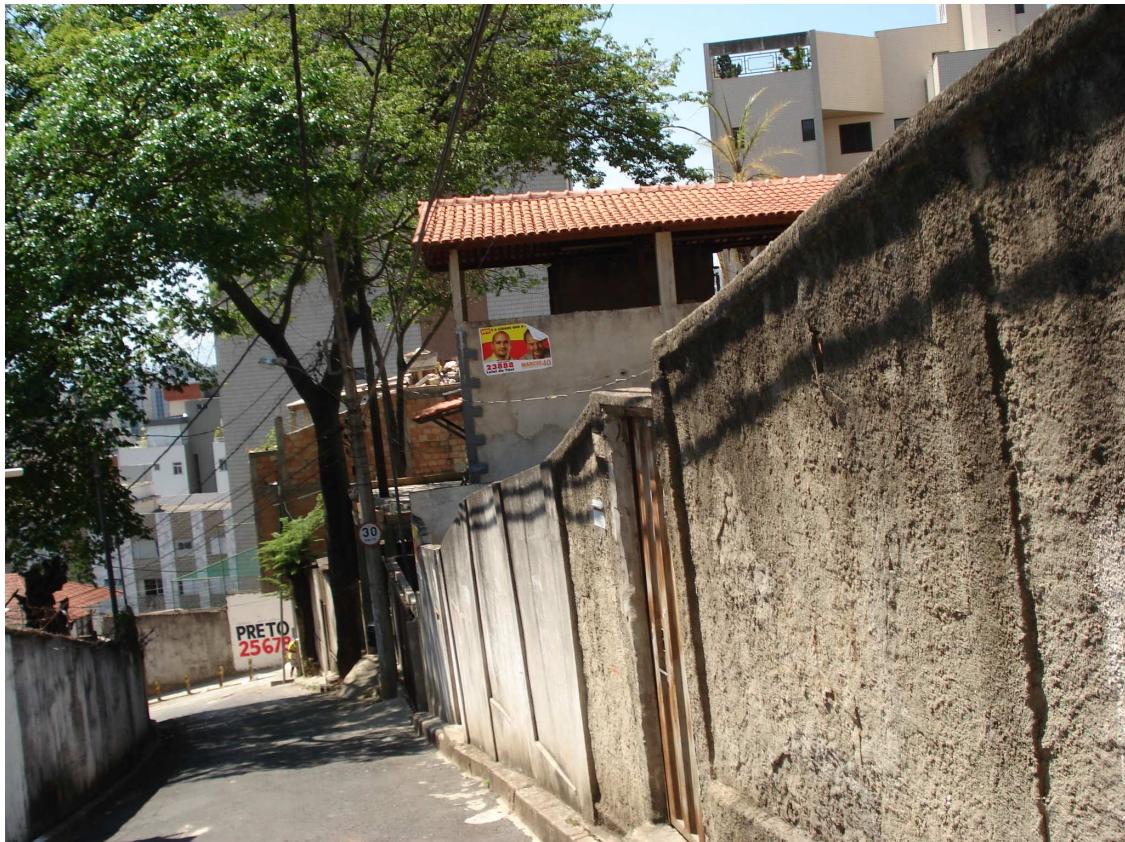


Figura 29 - Rua Assembléia sentido Avenida Prudente de Moraes em 2009

Fonte: Foto da autora, 2008.

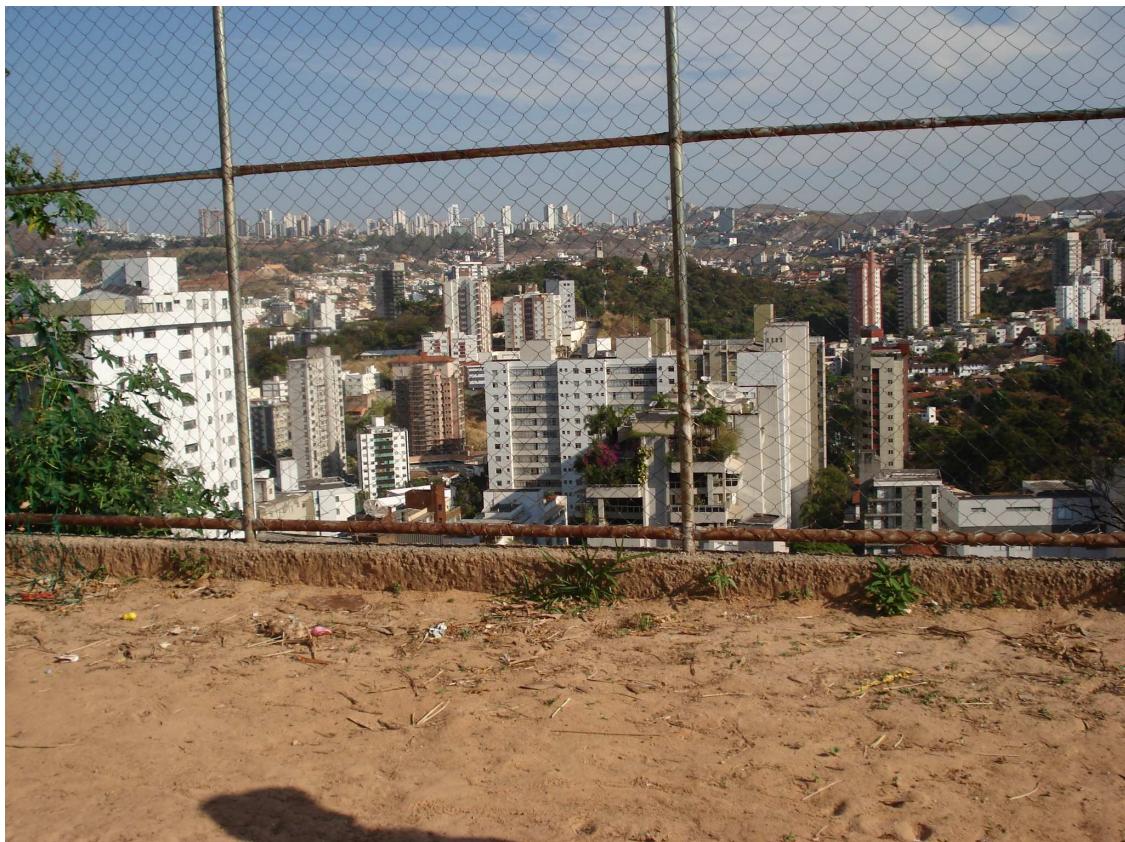


Figura 30 - Quadra de futebol da vila. Ao fundo vista dos bairros Luxemburgo e Belvedere

Fonte: Foto da autora, 2008. Destaca-se que o formato desta quadra é triangular.



Figura 31 - Beco do Sossego com vista para a vizinhança do Bairro Luxemburgo
Fonte: Foto da autora, 2009.



Figura 32 - Beco Eucalipto em 2009
Fonte: Foto da autora, 2009



Figura 33 - Beco Eucalipto em 2009
Fonte: Foto da autora, 2009

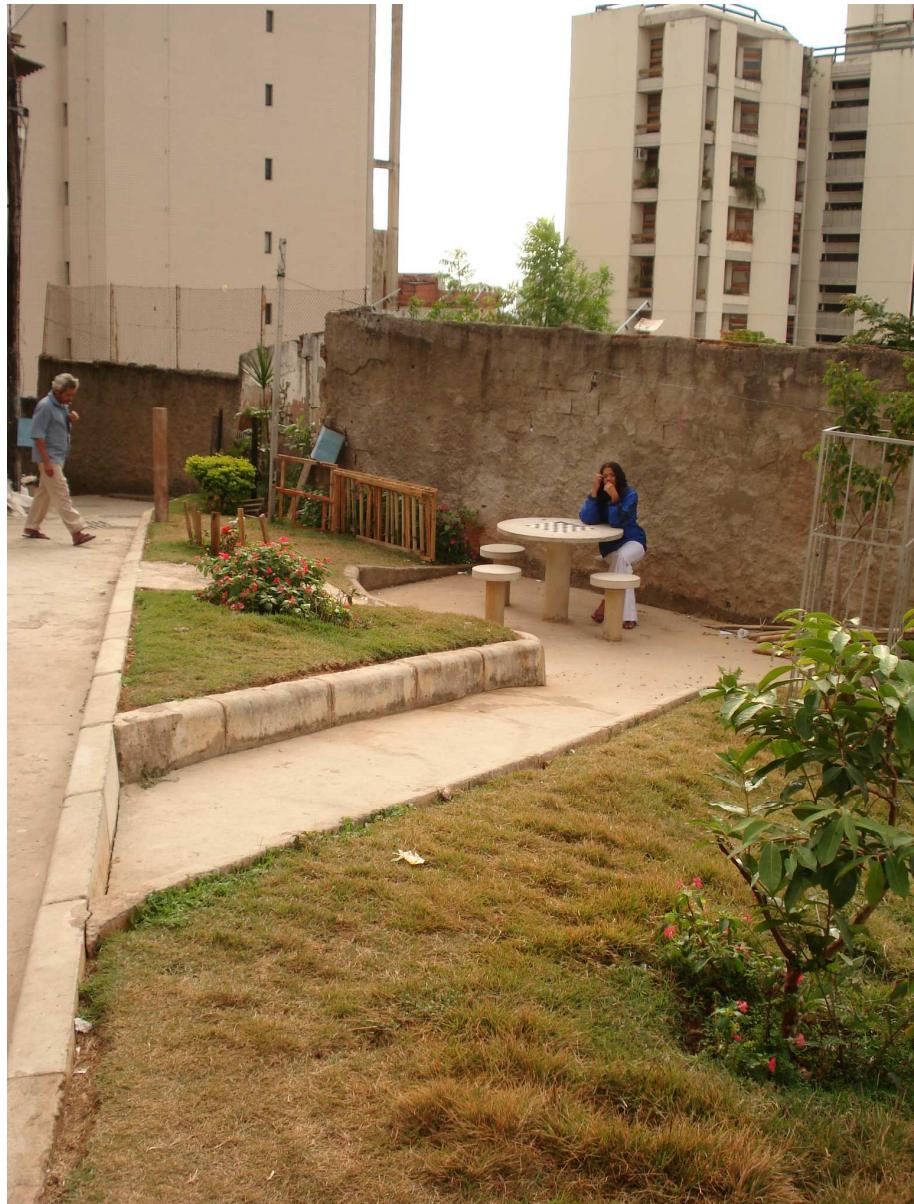


Figura 34 - Praça localizada no Beco Coqueiro
Fonte: Foto da autora, 2009.⁴⁰

⁴⁰ Inaugurada em janeiro de 2008, esta praça, localizada na divisa da vila com o bairro Luxemburgo (Rua Perdigão Malheiros) atendeu ao mesmo tempo uma demanda feita pelos moradores para urbanização do Beco Coqueiros e também aos vizinhos dos prédios que se sentiam incomodados com a vizinhança que, segundo eles jogavam lixo na encosta. Para a realização desta obra, 11 famílias foram removidas do local.



Figura 35 - Rua Assembléia sentido Avenida Prudente de Moraes

Fonte: Foto da autora, 2009. O muro à esquerda separa a Vila das mansões da Cidade Jardim e ao fundo, à direita, encontra-se a Igreja Cristã do Brasil.

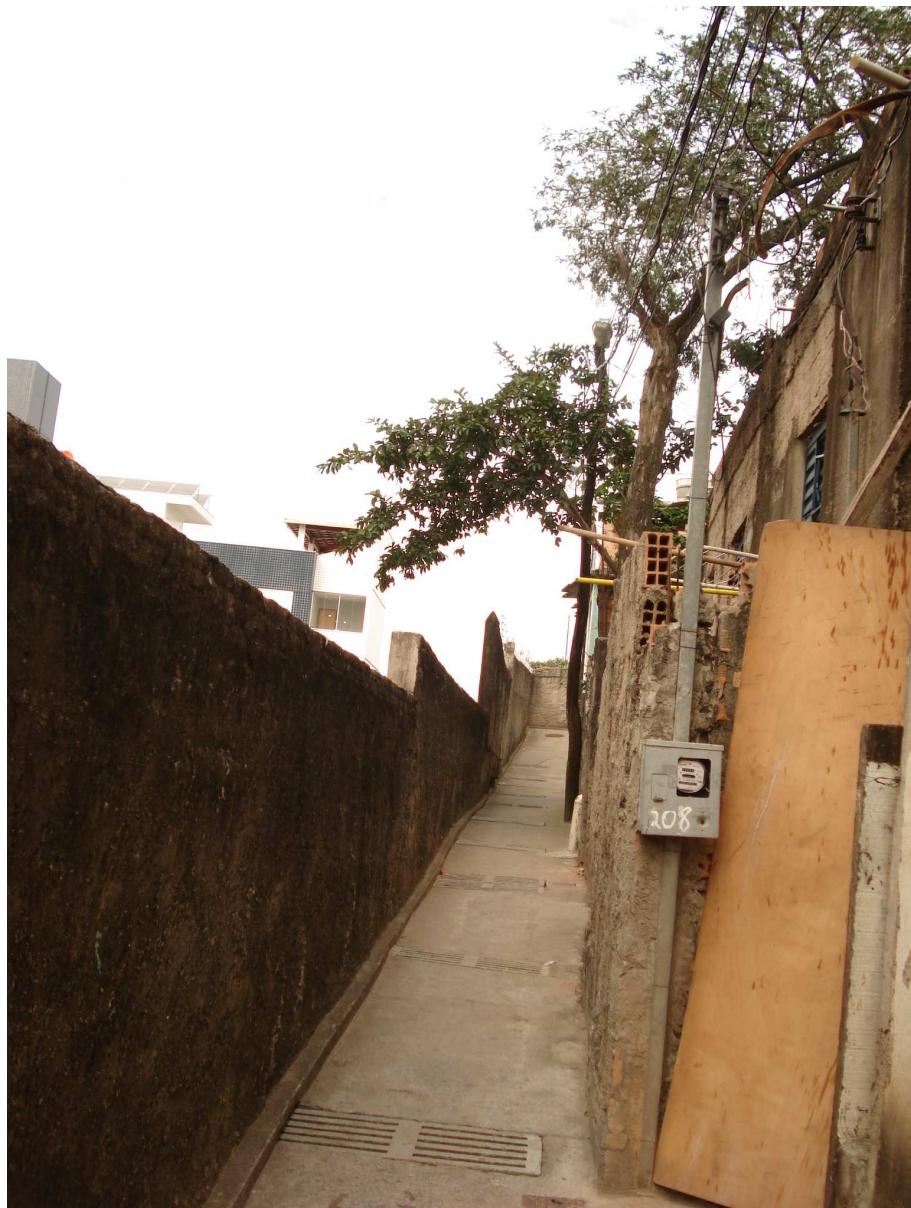


Figura 36 - Beco Coqueiro em 2009

Fonte: Foto da autora, 2009. Ao longo do beco existe um muro que separa a Vila dos prédios do Bairro Luxemburgo.

Essa é a vila Monte São José que, com ares de cidade interiorana e dilemas próprios às grandes cidades, possibilitou descortinar uma das janelas que permitem mais bem compreender o processo de construção das imagens sobre a favela. Como se verá no próximo capítulo, esse processo é eivado de ambigüidades e tensões e, atualmente, em Belo Horizonte, tem adquirido centralidade nos debates em função de um novo modelo de intervenção e urbanização em favelas.

4 REFLEXOS DO ESPELHO PARTIDO: AS IMAGENS A PARTIR DO NÓS E DOS OUTROS

E eu digo: do jeito que vocês vivem aqui eu vivo lá. Eu vivo tranquilo, tranquilo, tranquilo. Quem faz o lugar é a pessoa. (Petrônio, 35 anos)

Na Vila Monte São José, ao longo da pesquisa de campo, foi possível verificar que a construção das imagens sobre a favela se dá no bojo de dois pólos discursivos. De um lado estão aquelas variáveis que são articuladas de forma a estruturar uma imagem positiva da vila. A estas dou o nome de imagens a partir do “nós”, pois o processo de autoconstrução das casas, o tamanho do território, a localização, a urbanização da vila, a regularização da propriedade se constituem em elementos passíveis de apropriação para a elaboração de um discurso no qual, por meio do jogo de palavras e uso dos nomes *vila, comunidade, favela, bairro e morro*, os limpam moralmente (MACHADO, 2008) e os desidentificam do estigma da favela (GOFFMAN, 1988). No outro pôlo, nomeado imagens a partir dos “outros” se inserem aquelas variáveis que fogem ao controle dos moradores, tais como o tráfico de drogas existente na vila e a vizinhança rica, e os colocam no lugar que eles buscam não estar: a favela.

4.1 O Nós

Por fora, olha, pega e fala... Parece que a gente aqui é... Somos animais. Que não raciocinamos, não somos pessoas de bem. Não tem nada a ver. Como as outras pessoas possam imaginar: ah, a favela é diferente, são pessoas diferentes, pessoas mal educadas. Não, muito pelo contrário, são pessoas bem educadas. São pessoas comuns, só muda a quantidade, o poder aquisitivo de cada um. Porque do contrário, somos todos iguais. (Joana, 25 anos)

4.1.1 A casa

É a partir da Revolução francesa que a família e a casa adquirem papel central na vida dos indivíduos. A casa passa a ser pensada não somente como abrigo, mas como um bem indispensável para investimento e estabelecimento da individualidade. Segundo Sutil (2002) o

que unia a burguesia em ascensão, com sua avidez pelos detalhes arquitetônicos, e as classes populares, cujas casas tinham como objetivo fixar e controlar, era o princípio da afirmação por meio da posse de um lugar. No caso da Vila Monte São José é possível ver que ter uma casa vai além da posse. Ela é um elemento que envolve o processo de construção da edificação e titularidade da propriedade que, somado aos elementos urbanização, localização e os nomes que são utilizados para se referir à localidade formam um “nós” cuja dinâmica social permite uma compreensão sobre as imagens que os moradores da Vila Monte São José constroem sobre a favela.

A casa e a família são importantes pólos de concentração e de interpretação das informações sobre a sociedade. Segundo diversos autores, nessas dimensões da vida se produzem e se elaboram visões sobre o mundo, a cidade e seus lugares (CALDEIRA, 1984; DAMATTA, 1986; GUIMARÃES, 1991, CARLOS, 1996; PENZIM, 2001). No caso da população pobre, uma vez que são limitadas as outras formas de participação e de acesso à informação, tais dimensões adquirem centralidade. Ou seja, a renda, de certa forma, impõe constrangimentos à maneira de viver, inclusive influenciando diretamente no lugar que se vai morar. Assim como o baixo nível de renda dos moradores de uma localidade constitui-se numa característica de homogeneização das condições de vida nesse lugar, compartilhamento de situações que envolvem a construção de suas casas, sejam elas relativas ao espaço físico ou aos sacrifícios e comprometimentos de renda, em grande medida, contribui para a partilha das concepções de casa e de cidade. Dentre as várias privações que podem ser observadas nos locais de moradia da população pobre encontra-se a autoconstrução, processo que envolve o parcelamento da construção, comprometimento de vários membros da família e falta de apoio institucional. Esse processo acaba resvalando não somente no produto final, a casa, mas também na cidade. É claro que o espaço físico que se forma mediante o processo de autoconstrução se caracteriza pelo aspecto inacabado, improvisado e sem prévio planejamento.

Na vila Monte São José, assim como em outros locais, predomina o sistema da autoconstrução das moradias. É esse sistema que estabelece o padrão arquitetônico das residências, além, é claro, do tamanho reduzido dos lotes que em muitos casos, impõe a verticalização e o fato do lote e da casa ter, conforme destacado por Zaluar (1985), valor de uso e de troca.

A casa aqui era imensa. (...) Aí, minha mãe vendeu ali atrás pra minha irmã e aqui para um senhor que estava estudando pra padre. (...) Nessa época já morava eu, minha mãe e minha irmã. Ai minha irmã falou vende né, é uma pessoa boa... ai vendeu e a parte lá do fundo pra minha irmã. Ai minha irmã comprou outra, casou e foi morar em Lagoa Santa, a outra casou também e comprou uma coisa melhor, mais lá em cima e ai vendeu pra essa senhora. (Joana, 25 anos).

Ou seja, a casa é um bem que pode ser dividido ou ampliado – verticalmente – visando acomodar novos membros ou render um dinheiro para essas famílias. É também esse sistema que estabelece, para os moradores, um eixo identificador das diferenças sociais e econômicas entre ricos e pobres e fornece elementos para a naturalização da desigualdade. Ao contrário das casas dos bairros que são construídas com maior rapidez, pois há condições financeiras para poupança e investimentos em construção e reformas, lá elas levam anos para serem construídas e nunca são consideradas prontas: sempre está faltando alguma coisa, invariavelmente reboque, pintura ou outro detalhe do acabamento. Sua construção também envolve o sacrifício de outros itens, tais como alimentação, educação e lazer. Esses dois fatos podem justificar a consideração, de boa parte dos entrevistados, de que elas não são casas, mas barracos, típica moradia de pobre que se assenta no lugar favela.

Lugar onde mora gente pobre. Não podia pagar aluguel, gente... Por exemplo: eu toda vida morei em favela. Me criei aqui, que foi favela. Papai falava pra gente que ele não estava podendo pagar aluguel, fez até de lata mesmo porque ele não tinha condição e foi trabalhando, fazendo adobe, tanto que a casa lá é de adobe até hoje... Ai vai... A gente foi criando aqui. Uma comunidade que não... Eu pelo menos não tive estudo; ninguém lá em casa teve estudo porque não tinha condição... A vida de favela é muito boa porque a gente não pagava aluguel e morava de graça... (Cibele, 70 anos)

Aqui tem muito, igual essa aqui mesmo: é uma casa grande, mas se torna feia por falta de cuidado. Se as casas fossem tudo rebocadinho, pintadinho, bonitinha não parecia uma favela... A gente que é pobre... você não consegue comprar as coisas a vista. Você não consegue. Você não tem um cheque; se você comprar no cartão, você paga o dobro daquilo. Então você tem que ir maneiro... Tem que fazer devagar. Devagar, devagar, devagar... Porque falta condições. A gente trabalha e ganha pouco... Qualquer momento que você for tirar, falta alguma coisa dentro de casa. Como diz: a prioridade é para a mulher, para o filho e aí você vai deixando, vai descaprichando entendeu. (Petrônio, 35 anos)

Não obstante a percepção de que o processo de construção sempre ocorra pelo sacrifício de alguma coisa e pela falta de algo, a casa, embora de maneiras diferenciadas, para todos cumpre a função do abrigo, do lugar onde se pode descansar tranquilo e ser você mesmo após um dia de trabalho pesado. Ela é porto seguro, recanto de encontro da família e lugar de afastamento do mundo da rua, que se antes era apropriado pelos moradores, seja com as

crianças brincando nas ruas, do bate papo na porta de casa e com os bailes e festas a céu aberto, hoje se apresenta como um espaço de medo, dominado pelo tráfico de drogas. Na realidade, o sentido de abrigo dado pelos moradores à casa, em muito extrapola as considerações sobre a proteção contra as intempéries. Em diversos momentos fica clara uma alusão ao fato de que na casa você está resguardado de ver o que não quer, dizer o que não pode e conviver com quem não deve. Morar bem, na vila, implica um comportamento que resvala para o individualismo e o distanciamento com vistas a não colocar a vida em risco.

O processo de construção da casa, entretanto, envolve um aspecto que procura quebrar esse isolamento das famílias integrando os moradores e revivendo tempos idos de confraternização entre parentes, vizinhos e até mesmo estranhos, pois por meio dele, antes para fazer o adobe⁴¹ e hoje na alvenaria, conta-se sempre com a ajuda dos outros. O conhecido “bater uma laje” foi lembrado com alegria por todos os moradores entrevistados como um momento em que, até mesmo alguém que está a passar pela rua, se junta àquela família necessitada e dá uma ajuda. Depois, sempre vem como recompensa a feijoada, o feijão tropeiro, a cerveja e a cachaça. Nesse momento cessa todo o medo e o distanciamento para buscar refundar um sentido de pertencimento a uma comunidade. Outro fato observado na análise do processo de construção das moradias diz respeito ao orgulho com os resultados do trabalho coletivo e do esforço empreendido. Em diversas ocasiões fui convidada a ver a resistência e a durabilidade do adobe, assim como conhecer a vista da cidade no alto das coberturas, depois de subir por íngremes escadas.

O mutirão é para a laje. Nós fizemos duas vezes. O pessoal vem, ajuda. Às vezes a gente nem chama. Está passando na rua, para e ajuda. Depois toma a cachacinha dele, se tiver feijoada ele come e vai embora. (Moisés, 46 anos)

Não só aqui, mas em todas as casas. Aqui, em matéria de ajudar uns aos outros, a comunidade é bem unida. Marca um dia que vai bater a laje e aí junta. Isso é típico né... Aí junta e tem que fazer uma comida. Tem que fazer o almoço, a cervejinha. (Adriano, 26 anos)

Se a casa e o morar se constituem em elementos que definem o ser e o estar no mundo, o fato da vila já ter passado por processo de regularização fundiária é uma variável que, entre outras, como veremos, é utilizada por eles para se distanciar do estigma de viver em favela. Para os moradores, ter o título de propriedade do lote é o reconhecimento do direito de

⁴¹ Segundo foi explicado por alguns entrevistados, o adobe consiste no barro cru que é amassado, colocado em caixotes para secar. Várias casas visitadas ainda são, parcial ou completamente, desse material.

estar ali e o estímulo para melhorar a propriedade empreendendo reformas e adquirindo móveis e eletrodomésticos novos. Um aspecto interessante observado sobre a efetivação da propriedade da terra diz respeito ao sentimento que eles têm em relação aos moradores dos prédios e mansões do bairro Cidade Jardim. Explicitamente, ou não, eles consideram que esses os vêm como uma mancha a ser removida. E, já que é assim, a escritura e o registro de propriedade funcionam como um “tapa na cara do preconceito” (Adriano, 26 anos). Contudo, há incertezas sobre o poder desses papéis, considerando um passado de perda do território com remoção de famílias, as recentes investidas feitas por um empresário do ramo imobiliário com a compra da posse de alguns lotes da vila e abertura de um processo de permuta de terrenos, junto à Prefeitura e a sensação de que ali, realmente, não é lugar para eles: pobres e moradores de favela. Nesse ponto, contraditoriamente, a escritura é vista como uma forma de valorizar o lote em caso de indenização, caso ocorra alguma obra pública ou outro fato que os obrigue a sair.

Também é importante destacar que os moradores demonstram uma clara percepção sobre o mercado imobiliário da cidade, pois boa parte deles afirma que não possui o desejo de deixar o lugar devido às facilidades provenientes da sua localização e pela certeza de que sair significa ir para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Eu falo que eles estão fazendo aqui igual quando você toma sopa: indo pelas bordas. Todas as bordas aqui já foram retiradas. Então, só vai estreitando. (Joana, 25 anos)

Nós moramos aqui muito bem. Por nós não tem que sair para morar num Betim, numa Contagem, Esmeralda. Por isso é que eu acho que quem saiu naquela época lucrou. (Ela se refere aos moradores que foram removidos na década de 1980) Agora nós hoje se for sai leva prejuízo, porque nós não temos condição de compra um lugar bom. Mesmo que eles indenizem. O que eles indenizam hoje não dá. O povo hoje tem que lutar para fica aqui. (Cibele, 70 anos)

4.1.2 A vila e sua localização

Daqui vocês não vão nos tirar. Por mais que incomodamos. (Josefina, 49 anos)

A localização da Vila, seu estágio de urbanização e seu tamanho são fundamentais para a compreensão das imagens que os moradores fazem do seu lugar de residência. A localização, considerada privilegiada, representa um facilitador para a vida dos moradores. A

proximidade da Região Central, a facilidade para deslocamentos a pé, uma vez que entre a Vila e o Centro da cidade se gasta, aproximadamente 30 minutos, ou de ônibus – há várias linhas de ônibus que passam na Avenida Raja Gabaglia cujo destino são diferentes bairros e Regiões da cidade –, a existência de comércio diversificado, entre supermercados, farmácias, lojas de artigos diversos, três escolas públicas e posto de saúde localizado em rua próxima e com atendimento preferencial aos moradores da Vila são elementos considerados positivos e que agregam status à vila.

Mesmo as dificuldades advindas da localização em bairro de classe alta, tais como custo dos produtos e serviços na região, são contornados, justamente em função da facilidade de acesso ao centro onde são encontrados produtos e serviços mais baratos.

Esse sentimento de orgulho pela localização da vila é percebido por pessoas que não residem no local, muito embora eles considerem que essa, na realidade, pode significar perdas ao invés de ganhos em relação ao custo de vida. A citação abaixo, expressa a observação de uma pessoa que não reside no local – “de fora” –, mas lá trabalha, pois dá indícios de como o fato de estar localizada na região Centro-Sul da cidade se apresenta para os moradores como um diferencial positivo não obstante as perdas econômicas que tal localização engendra.

(...) Eles se sentem orgulhosos de morar aqui porque é uma região privilegiada. A Centro-Sul né, apesar de que eu não vejo nenhum privilégio nisso porque eles pagam caro por viver aqui. (...) Ora, um supermercado aqui é mais caro do que um supermercado de bairro, por exemplo, ou na periferia. É mais caro, muito mais caro. Tudo aqui é mais caro. Você vai à farmácia. Eu não compro nada aqui. Tudo aqui é muito caro. Então, quando eles não adquirem as coisas aqui, eles têm de ir ao Centro, no EPA da Curitiba, naquelas regiões onde os preços são mais acessíveis. Mas eu acho que eles pagam caro. Tem gente que tem casa fora daqui e não muda daqui porque é próximo do trabalho, é próximo de outras coisas que interessam a eles. E, nem falam que moram na Vila Monte São José. Eles moram na Cidade Jardim. Então, eles se sentem honrados de morar aqui. (Eulália, 36 anos - “de fora”)

Os conceitos de “estrutura de oportunidades” e “ativos” elaborados por Kaptzman e Filgueira (2001) propiciam uma melhor compreensão acerca dos bônus e dos ônus da localização da Vila Monte São José. Segundo os autores, as “estruturas de oportunidades” se caracterizam pelas probabilidades de acesso a bens e serviços, assim como ao desempenho de atividades. Elas têm estreita relação com o bem-estar da localidade uma vez que possibilitam não somente o uso dos recursos disponíveis num lugar, mas também o acesso a novos recursos. Quando eles falam de estruturas estão claramente se referindo a uma interdependência entre as três dimensões que compõem a vida: trabalho, educação e moradia.

Outro conceito, o de “ativos” – recursos cuja mobilização permite o aproveitamento das “estruturas de oportunidades” – existentes num dado lugar e num determinado momento. O par conceitual – “estrutura de oportunidades” e “ativos”, permite aos autores analisar essas três dimensões, cujas rupturas e transformações que estão ocorrendo, podem criar o isolamento dos pobres urbanos. Primeiramente eles tratam da dimensão do trabalho, que no plano individual reduz o acesso às informações e rede de contatos que possibilitam o acesso ao emprego. No âmbito coletivo há redução na capacidade de articulação e reivindicação dos trabalhadores. A dimensão educacional debilita o capital social individual tanto na formação de redes de reciprocidade e solidariedade, quanto na capacidade de estabelecimento de lealdades entre as classes média e alta em relação aos pobres. No plano do capital social coletivo essa dimensão reduz a participação da classe média na escola pública, debilitando a qualidade da mesma, no sentido da cobrança por serviços de qualidade. Por fim existe a dimensão residencial por ele considerada como passível de reduzir contatos entre as classes e fragilizando os parâmetros a serem utilizados como modelos, no plano individual. No que tange ao capital social coletivo, essa dimensão apresenta riscos de declínio das instituições locais e ausência de lideranças. (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2001, p. 16)

Já Almeida e D’Andréa (2004), a partir dos conceitos acima, analisam as redes sociais na favela Paraisópolis, em São Paulo. Eles observam que sua localização dentro do bairro Morumbi a torna atípica em relação ao conjunto das favelas da Região Metropolitana de São Paulo. Eles inclusive consideram sua localização como um ativo econômico, pois esse elemento minimiza a vulnerabilidade de seus moradores comparados aos de outras localidades, no que se refere ao acesso ao emprego. Lá, como cá, são celeiros de mão-de-obra para as mansões e prédios dos bairros circunvizinhos.

Assim como Almeida e D’Andréa observaram o fluxo de moradores da favela pelo Morumbi, invariavelmente de manhã e ao anoitecer, foi possível observar também tal dinâmica na Vila Monte São José. Tanto entre os entrevistados quanto em relação àquelas pessoas contatadas ao longo do trabalho de campo, raros eram os que não trabalhavam ou já haviam trabalhado nas residências da redondeza, seja como faxineira, lavadeira, pedreiro, porteiro, vigilante, babá ou empregada doméstica⁴². Todavia, se o bônus é um mercado de trabalho próximo, o ônus ele credita, assim como Ribeiro et al (2002) sobre o Conjunto

⁴² O vazio observado nas ruas e becos da Vila Monte São José sempre chamaram minha atenção durante o trabalho de campo. Um dos motivos para esse se deve ao fato de parcela significativa de sua população adulta estar trabalhando e as crianças e jovens da vila estarem na Creche Recanto do Menor, que atende de 0 a 7 anos em horário integral e de 8 a 14 em meio período. A outra razão será discutida mais adiante e tem estreita relação com a presença do tráfico na localidade.

Habitacional Cruzada de São Sebastião, aos percalços de tal proximidade, uma vez que ela não transpõe as diferenças sociais e nem anula o estigma de ser favelado. De qualquer forma os elementos positivos sobre a localização da vila são destacados pelos moradores em detrimento desses pontos negativos que, embora sejam percebidos, como veremos na segunda seção, no momento de elaborar suas imagens sobre o lugar são praticamente descartados. Assim, é possível ver que para os moradores da Vila Monte São José, o fato de estar localizada na Região Centro-Sul da cidade, próxima a uma série de equipamentos públicos, com facilidades de transitar pela cidade e dentro de um tradicional bairro de classe abastada que lhes fornece empregos são elementos que os distanciam do lugar favela. Mas esta variável não é a única nesse processo.

Aliado aos aspectos positivos da localização da vila, o processo de urbanização é outro vetor que influencia a construção das imagens sobre a localidade. Relatos sobre o passado falam de um tempo de muitas dificuldades – sem água, sem luz e sem pavimentação de becos. O nome Morro do Querosene, inclusive, surgiu nessa época devido ao uso das lamparinas a querosene. A partir de 1980, principalmente com a administração do prefeito Sérgio Ferrara (1986-1988), iniciou-se o processo de urbanização da vila, com a pavimentação de becos, implantação de água e luz.

(...) E foi formando as casas, foi melhorando. Agora vou te falar: água e luz foi muitos anos depois... Quando eu casei, não tinha água, agora quando eu voltei, em 59, não tinha água. Era uma torneira lá embaixo que a gente ficava na fila. Era uma brigaiada danada. A gente ficava a noite inteira pra apanhar água. Quem tinha mais lata aproveitava e enchia as lata tudo. Roupa também a gente lavava era de madrugada quando queria ir lá na bica. (Cibele, 70 anos)

Foi também nesse período que surgiu a associação dos moradores da vila. Sua formação ocorreu a partir de estímulos de “fora”. Segundo alguns moradores entrevistados, a partir de informações do ex-prefeito Sérgio Ferrara, que na época não era chefe do executivo, acerca de uma possível remoção de parte da vila para construção de um clube para os funcionários do Banco Central, houve o incentivo a que os moradores se unissem e formassem uma associação para defesa do território. Foi através dessa associação que se iniciou o processo de urbanização da Vila Monte São José. Instalação de água, luz e pavimentação dos becos foram benefícios conquistados nessa época. Os moradores mais antigos se lembram com respeito e admiração da figura do primeiro presidente – Gestal –, que segundo eles “batia às portas da prefeitura” e “com um megafone, chamava todos os

moradores para reuniões e excursões até órgãos da prefeitura para reivindicar melhorias” (Moisés, 46 anos).

O processo de formação da associação ocorrido na vila não foge ao de outros lugares do país, no que tange aos motivos – ameaça de remoção – e ao período década de 1980. Vale lembrar que foi nessa época que os movimentos sociais surgiram na cena política, com a redemocratização do país. Em Belo Horizonte, esse período foi marcado, no plano da administração pública por um processo de descentralização política e inclusão de instrumentos de participação direta no processo de tomada de decisões. Para Ribeiro (2001, p. 21) “nesse novo ambiente, vários programas foram levados a cabo pelas diferentes esferas de governo, envolvendo principalmente as comunidades urbanas de baixa renda em suas demandas mais prementes”.

Tal processo de descentralização, embora não redundasse em autonomia deliberativa e financeira, iniciou-se com a instituição de nove regionais administrativas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Posteriormente, no período de 1989-1992 foram criados os Conselhos Comunitários por Administração Regional e o Programa Participativo de Obras Prioritárias. Uma real ampliação da participação popular na gestão das políticas públicas ocorre a partir de 1993, com a chegada da Frente BH Popular, tendo a frente o Partido dos Trabalhadores, ao poder municipal. No que tange o objeto desta dissertação, destaca-se a incorporação da participação popular na definição da alocação de parte dos recursos destinados à urbanização de vilas e favelas, através do Programa Orçamento Participativo. Esse programa tinha como espinha dorsal ampliar a participação de grupos organizados de forma a que eles direta ou indiretamente definissem as prioridades, diretrizes, formulação e implantação do programa. Embora seja inegável que, nesses quatorze anos do programa Orçamento Participativo, os ganhos com a urbanização de vilas e favelas tenham se espalhado pela cidade e que na Vila Monte São José ele significou o coroamento de um processo de urbanização iniciada em 1980, com, inclusive, papel preponderante na construção das imagens sobre o lugar, deve-se destacar que alguns percalços são visíveis na Vila Monte São José.⁴³ No momento da discussão sobre qual obra seria pleiteada no

⁴³ Uma interessante discussão sobre os dilemas da ação coletiva no Orçamento Participativo é feita por Melo (2008). Segundo ele a estrutura e as condições para a execução do OP – obras em vilas e favelas – e o OPH – produção de moradias a serem distribuídas entre os núcleos de luta pela moradia – são diferenciadas. Dada a natureza distinta do bem a ser conquistado percebe-se organização e participação diferenciada nestes dois programas. Ou seja, a obra de urbanização, tem maior abrangência, é um benefício que pode ser apropriado por toda a coletividade. Sendo assim, segundo suas pesquisas, percebe-se um utilitarismo tipicamente olsoniano na ação coletiva dos moradores de vilas e favelas. Ao contrário, no OPH, há uma maior participação e

Orçamento Participativo não se viu uma grande mobilização e participação dos moradores⁴⁴, mas em outro, quando se fez necessária a presença de um grande número de pessoas para escolher delegados que elegerão tais obras, houve uma estrondosa participação dos moradores que lotaram ônibus e Kombis para “mostrar a força da comunidade”.

A figura 36 apresenta uma descrição básica das obras já conquistadas pela Vila Monte São José. É importante destacar que, para além dessas obras, a urbanização possibilitou a coleta de lixo e trânsito de ônibus na rua principal, muito embora essa linha de ônibus seja suplementar⁴⁵ e tenha como trajeto a vila Monte São José e o Aglomerado Morro das Pedras.

envolvimento dos interessados em todas as etapas de discussão e deliberação acerca dos bens a serem alcançados.

⁴⁴ O agente público numa reunião disse que estava lá para conamar a “comunidade” a participar do OP, pois sem participação ficará difícil a conquista do posto de saúde. No meio da reunião ele disse que as demandas por postos tinham sido estabelecidas pelo prefeito, principalmente naquelas localidades que os postos se encontram em áreas da igreja católica, pois a relação entre essas duas instituições não eram mais como antigamente.

⁴⁵ O sistema de ônibus suplementar foi criado pela empresa que gerencia o trânsito da cidade para substituir e extinguir o transporte clandestino na capital. Ele consiste em micro-ônibus cujas linhas fazem o transporte de passageiros bairro-a-bairro.

Ano	Escopo contratado	Escopo aprovado	Ano de conclusão	Valor
1994	Regularização fundiária e urbanização de becos	Regularização fundiária	1999	12.825,00
1995	Tratamento de área remanescente e construção de galpão	Tratamento de área remanescente e construção de galpão ⁴⁶	1997	81.382,86
1997	Drenagem, rede de esgoto, pavimentação e contenções da Rua Assembléia e do Beco Pachá	Urbanização da Rua Assembléia e Beco Pachá	2000	183.787,63
2003/2004	Urbanização (pavimentação, drenagem, esgoto sanitário e obras complementares) do Beco do Sossego (em toda a sua extensão) e da Rua Assembléia (do nº 94 a 280)	Urbanização (pavimentação, drenagem, esgoto sanitário e obras complementares) do Beco do Sossego (em toda a sua extensão) e da Rua Assembléia (do nº 94 a 280)	2007	159.066,26
2001/2002	Drenagem, contenção, pavimentação e escadaria dos becos: Alegria, da Paz, Eucalipto e Coqueiro	Urbanização (drenagem, contenção, pavimentação e escadaria) dos becos: Alegria, da Paz, Eucalipto e Coqueiro ⁴⁷	2008	574.425,64

Figura 37 – Relação de obras do Orçamento Participativo na Vila Monte São José

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponíveis nos Relatórios do Orçamento Participativo/URBEL. 2008.

Ou seja, não obstante a não utilização desse programa em sua plenitude, considerando as possibilidades de vocalização de demandas e aumento da participação popular no processo de tomada de decisão, nos aspectos físicos em suas obras de urbanização ele, para os moradores, representa uma possibilidade discursiva de distanciamento com o passado de precariedade e com outras localidades, sejam favelas ou bairros de cidades da Região

⁴⁶ O galpão, segundo informações da presidente da associação, assim que ficou pronto foi entregue pela prefeitura a uma ONG que lá desenvolveu diversas oficinas – capoeira, tricô, corte e costura, entre outras. Após a saída dessa entidade o galpão não foi apropriado por ninguém e hoje se encontra depredado e sendo utilizado pelos traficantes.

⁴⁷ Nessa obra foram removidas 11 famílias do Beco Coqueiro. No local, que faz divisa com prédios do bairro, foi construída quadra de areia e um pequeno jardim.

Metropolitana de Belo Horizonte, que eles consideram como periferia, que ainda não estão completamente urbanizados.

Aqui do jeito que está ta melhor do que muitos bairros por ai. A gente vê em Neves, Rosaneves que não têm urbanização nenhuma. Se bem que aqui é praticamente uma área central. Então, é até bom porque é mais higiênico e tudo mais. Porque quando bate a enxurrada e sai levando tudo lá pra baixo é dureza. Aqui a gente tem esgoto. Antigamente não tinha. Era um mau cheiro, uma coisa terrível. Tem a água, tem a luz. Também não tinha. Tinha um poste lá embaixo e outro lá em cima. Era um breu danado. Se bem que a gente conhecia todo mundo. Pelo jeito de andar já sabia quem era. Era igual cidadezinha do interior: todo mundo conhece todo mundo.
 (Marco Antônio, 59 anos)

É possível, em conexão com os aspectos analisados acima, introduzir a questão do tamanho do território e seus desdobramentos na construção das imagens sobre o lugar. A idéia inicial de que o processo de diminuição do território pudesse causar transtorno e sentimentos de perda, com a pesquisa de campo, caiu por terra. Na realidade, foi possível perceber, pelas entrevistas, que o tamanho do território, no caso deles reduzido por reiteradas remoções, também altera positivamente a percepção sobre a condição da localidade, assim como a definição do que seja favela.

É possível afirmar que as variáveis localização, urbanização e tamanho reduzido do território, juntamente com a presença de conflitos pelo controle do tráfico de drogas são os eixos norteadores dos discursos sobre o lugar. Elas são acionadas como justificativas para não ser uma favela, considerando toda a carga negativa que essa palavra contém, numa clara incorporação das representações sociais que usualmente são feitas sobre a favela. A vila Monte São José, pelo seu tamanho, reitera o *status* de lugar privilegiado. Lugares grandes, desorganizados, onde tem “bagunça”, dificuldades na urbanização e onde ocorrem disputas entre grupos rivais que procuram controlar o tráfico de drogas são favelas. Lá, sendo pequeno, urbanizado e bem localizado não é favela. Fica claro nesse aspecto que, para valorizar o lugar que residem, sempre olham para os moradores de outras vilas e favelas, principalmente para os vizinhos Aglomerado Barragem Santa Lúcia e Aglomerado Morro das Pedras. É interessante destacar que quando instados a falar dos vizinhos em termos comparativos, os discursos sempre se direcionam para o vizinho que se encontra residindo em favela ou bairros da periferia e não para aquele que está ao lado, nos bairros de classe média alta. É nesse aspecto que fica explícita a incorporação dos elementos discursivos que tratam a favela como estigma. Ou seja, os aspectos localização, urbanização e tamanho do território são utilizados pelos moradores, para elaborar um discurso que os distancia das demais favelas da cidade.

Entretanto, o uso desses elementos na elaboração da imagem do lugar como vila ou bairro não é feito sem pontos de tensão. **É recorrente a idéia de que lá não é bem um bairro, mas os fundos desse bairro.** Ou seja, não há ingenuidade, nem gratuidade nas concepções sobre a vila. Ao contrário, percebe-se o uso instrumental dos elementos de forma a se mostrar distante daquele lugar irremediavelmente relacionado ao vício, à criminalidade e à sujeira. Mas, ao mesmo tempo reconhece-se a distância econômica e social dos moradores do bairro, no caso Cidade Jardim. E, considerando esse aspecto eles não são vizinhos, pois não compartilham o mesmo tipo de espaço, nem são próximos em relação às condições econômicas. Dizendo de outra forma: são próximos fisicamente, mas distantes socialmente.

Araújo (2006), ao analisar as representações feitas pelos moradores do bairro Santa Felicidade em Maringá, verificou situação similar. Lá e cá os moradores constroem suas representações sobre o lugar a partir da vinculação com fatos do passado que remontam a uma situação de precariedade e seu consequente desenvolvimento e urbanização. Dessa forma, lá é um bairro como outro qualquer se se considera um passado de precariedade e o desenvolvimento do mesmo. Também, em relação aos problemas atuais, infere-se que não são diferentes de outros bairros da cidade. Nesse aspecto adquire relevância discutir os jogos com as palavras quando se trata de nomear o seu lugar, seja o endereço da casa, os bairros nos quais estão situados, os nomes da vila e seus conceitos de favela, vila, comunidade, morro, asfalto e bairro.

4.1.3 O lugar: seus nomes e apelidos

É isso mesmo: é beco, favela, quebrada, lá na minha quebrada, lá no morro. Eu procuro escolher bem os termos dependendo do ambiente, das pessoas que estou conversando. (Adriano, 26 anos)

Piccolo (2006) verificou na favela Parque Santa Isabel uma instrumentalidade no uso de uma nomenclatura que designa o lugar. As palavras morro, asfalto e comunidade, entre outras, segundo ela, fazem parte de uma “gramática nativa” que é utilizada conforme o momento e o interlocutor. Assim, por exemplo, o termo comunidade sempre tinha uso quando se pretendia afirmar para o público externo um compartilhamento de interesses entre os moradores da favela, fosse para agentes públicos, para ela, pesquisadora, ou para a imprensa.

Na vila Monte São José, ao longo da pesquisa de campo, também foi possível perceber que as narrativas sobre o lugar, fossem lembranças sobre o passado, ou sobre o cotidiano da casa, da vila, da presença do tráfico e da relação com a vizinhança abastada, invariavelmente, ocorriam em meio a um movimento pendular de distanciamento e aproximação. Os discursos, de alguma maneira, sempre procuraram distância do lugar favela e de um passado ruim, de precariedade e violência e, ao mesmo tempo, buscavam se aproximar daqueles aspectos que os colocam no nível de um bairro.

Analisando especificamente os termos favela, vila, bairro, comunidade, morro e asfalto, assim como os endereços das casas, utilizados e afirmados ao longo das entrevistas e conversas nas ruas e esquinas, foi possível perceber que esses são utilizados como recursos discursivos que buscam manipular a informação sobre o lugar de residência no momento da interação (GOFFMAN, 1988). Ou seja, durante a pesquisa empírica notei que, espontaneamente ou não, os moradores sempre procuravam, seja por meio do endereço declarado, ou no uso dos termos favela, vila, bairro e comunidade e na rejeição ou afirmação do “antigo” nome do lugar, reafirmar o distanciamento de uma situação de falta e precariedade e alçar ao status de diferentes das demais favelas da cidade, embora fique claro que em relação a alguns termos, essa utilização sempre tenha sido permeada por ambigüidades, inseguranças e divergências entre os moradores.

A palavra favela é rejeitada para nomear o lugar Monte São José. Como já foi dito anteriormente, para eles essa palavra designa lugares grandes, sem urbanização e com conflito em torno do controle do tráfico de drogas. Lá, já que é pequeno, urbanizado, regularizado e sem disputa pelo controle pelos pontos de venda de drogas, torna-se outra coisa: vila ou bairro, mas favela não. Os entrevistados rejeitam a terminação favela e, em alguns momentos, ao serem estimulados a analisar esses termos sugerem uma idéia de etapas evolutivas. Ou seja, um lugar passa de favela para vila e depois para bairro, conforme sua urbanização avança, seu tamanho diminui e cessa o conflito pelo controle do tráfico no local. Da mesma maneira, Freire (2007) verificou que, em Acari, a região mais urbanizada é representada pelos moradores de outras áreas como “Zona Sul” e que as pessoas que nela residem são vistas com comportamentos e modos de vida similares aos da classe média. Segundo a autora, para além de características materiais, tal diferenciação estabelecida pelos moradores faz referência a aspectos morais, uma vez que a população desta área compartilha daqueles valores comuns à classe média carioca, principalmente no que tange às representações sociais sobre a favela. Ou

seja, para ela os moradores destas áreas buscavam um reconhecimento das elites por meio da diferenciação daqueles considerados “favelados”.

Na realidade, na Vila Monte São José, o que se verifica é a introjeção do estigma e das representações sociais negativas sobre a favela e das concepções que advogam uma intervenção higienizadora, racional e técnica nas mesmas, pois a favela sendo considerada como algo que não faz parte da cidade, deve ser alterada para se incorporar à mesma. Ou seja, os vínculos entre favela e criminalidade – especificamente tráfico de drogas, desorganização e falta de urbanização – estão incorporados ao imaginário dos moradores e são tomados como referências discursivas para avaliar outros lugares da cidade e seu próprio local de residência, num claro movimento de desvinculação de tais representações por meio do uso de outra nomenclatura para o lugar.

Ao longo dos discursos, no entanto, percebe-se os lapsos que expressam as dificuldades da desidentificação, assim como a naturalização do estigma. As principais ambigüidades e dificuldades detectadas dizem respeito ao próprio uso do nome favela. Recorrentemente nomeava-se o lugar como favela e logo depois se consertava tal referência. Também, eram claras as inferências sobre o “estágio” da vila haja vista sua urbanização, “pacificação” do tráfico, redução de tamanho e também ao tipo de pessoa que ali mora ser diferente do morador de uma favela.

Eu acho que incomoda por causa de que aqui é a única favela que tem, vila né. É a única vila que tem é aqui embaixo. Mas favela é uma... É igual muitas pessoas falam: é uma favela. Imagino aquelas coisas sujas, desorganizadas como aqui não é. Tem os seus problemas, seus defeitos e alguma coisa assim, mas não é aquela coisa imensas... Pra mim favela é uma coisa muito grande. É como se fosse, por exemplo, vamos falar a Barragem Santa Lúcia, que engloba várias outras. Aqui não é. Aqui, pra mim, é uma vila. Aqui é uma coisa menor. Porque aqui, em quinze minutos você percorre aqui tudo...

- Aqui já foi favela?

Já. Já foi. Já teve disputa por tráfico... Essas coisas assim... Hoje, graças a Deus vivemos bem mais tranqüilos. Antes a gente não podia... Passava de certa hora a gente não podia sair na rua. Por causa dessas disputas, você tem medo de chegar e encontrar tiroteio ou coisas assim. Agora, hoje em dia... Faz anos, faz bastante tempo que a gente nem sabe o que é o barulho de uma arma de fogo aqui.

(Joana, 25 anos)

A partir do momento que ela tem essa regularização, ela tem essa estrutura que nos foi oferecido: ela tem água, ela tem luz, ela tem tudo o que você imaginar que o bairro tem, a vila também tem. Eu considero... Não falo bairro, eu falo vila né... Eu acho que a partir do momento em que ela é estruturada ela deixa de ser favela pra ser uma vila, um bairro. Eu vejo assim. (Josefina, 50 anos).

O que é uma vila para você?

A vila eu acho que é uma coisa mais organizada. Igual aqui: eu acho organizadinho.

Quem mora em vila?

A vila eu acho mais selecionada. Aqui por exemplo, se tiver uma pessoa de muito mau caráter, ele não cabe aqui dentro. Aqui é pequeno para ele. Aqui não fica. A gente já teve exemplo disso aqui sabe. A pessoa não fica. É pouco espaço, entendeu. (Petrônio, 35 anos)

Outro elemento que expressava a necessidade de cortar vínculos com a favela, mas, ao mesmo tempo, expunha as ambigüidades e dificuldades inerentes a tal operação tem estreita relação com o nome do bairro no qual a vila está inserida. Os bairros Cidade Jardim, Luxemburgo e Coração de Jesus funcionam como referências postais e discursivas para o público “de fora” com o intuito de cortar os vínculos com o lugar favela, facilitar abertura de crédito e conseguir empregos. Ou seja, eles servem como facilitadores no cotidiano, mas também como um “ideal de nós” (ELIAS, 2000) que os afastam do lugar favela. Todavia, tal utilização se dá em meio às incertezas acerca da real inserção em algum dos bairros citados. Essas ficavam claras por meio da falta de consenso acerca do bairro onde a vila está inserida – muitas vezes, uma mesma pessoa fez referências a bairros diferentes numa mesma frase –, além da alusão a uma inserção subalterna no bairro citado.

Hoje chama Monte São José, outros conhecem como São José ou Querosene. Agora só que aqui a gente não pode falar isso mais. Tem que falar é Cidade Jardim. Porque a Cidade Jardim... o pessoal conhece mais é como Cidade Jardim. (...)
O senhor acha que aqui faz parte da Cidade Jardim?

É. Nem que seja fundos, mas é. Nem que seja Cidade Jardim, fundos, mas é.
Aqui já foi favela?

Já. Hoje que aqui é uma favela melhorada. E ainda a gente considera como favela porque ainda tem muita coisinha pra fazer aqui: ajeitar os barracos, todo mundo murar suas casas direitinho, pintar, deixar tudo limpinho... Depois que acontecer isso eu vou falar que aqui não é favela. (Marco Antônio, 59 anos)

A senhora fala que aqui é vila ou é bairro?

Eu falo que é bairro. Bairro Coração de Jesus. Eu não falo que é vila nada não. Eu falo Rua Eucalipto, nº 100... Cidade Jardim ou Luxemburgo ou Coração de Jesus.
(Bela, 65 anos)

O uso da palavra comunidade também possui significados que sugerem uma homogeneidade de interesses na vila, uma união entre os moradores – seja por meio das relações de vizinhança ou de parentesco –, uma igualdade de condições e uma comunhão política. Entretanto, durante a pesquisa de campo ficou claro que essa união somente ocorria em momentos bem específicos, tais como nos relatos dos mutirões para “bater laje”, em um evento do Orçamento Participativo e em duas reuniões, chamadas pela presidente da

associação, para discutir a compra de alguns lotes da vila, feitas por um empresário do ramo imobiliário e o conseqüente espectro da remoção. Nas entrevistas, entremeadas às odes da comunhão, seja de interesses ou de igualdade, sempre surgiam declarações que denotavam existir na vila grupos que lutavam, surdamente, para impor sua “etiqueta”. Em função disso a alternativa declarada em entrevistas e observada no campo foi a partilha da norma “Eu não vejo nada, não escuto nada e não falo nada. Sei o que acontece aqui em casa.” (Moisés, 46 anos).

Já em relação à palavra morro que, diferentemente do Rio de Janeiro, não é muito utilizada, fica explícita uma divergência geracional entre os moradores da vila, pois ela remete ao primeiro nome da vila: Morro do Querosene. A utilização do antigo nome da vila, por alguns entrevistados mais velhos, tinha conexões com a nostalgia de um passado de união e festas e, por outros, com um passado de precariedade e violência a ser esquecido. Foi, inclusive, entre os entrevistados mais velhos que ficou explícita a necessidade de difundir um “ideal de nós” vinculado à negação do lugar favela, se comparados aos entrevistados mais jovens⁴⁸. Estes, embora tenham introjetado as avaliações acerca do que é favela, vila, bairro, comunidade e morro, afirmaram não se envergonhar do nome Morro do Querosene e, inclusive, utilizá-lo como referência de localização da vila, ou em situações nas quais precisam estabelecer distanciamento, impor respeito e mesmo para marcar a idéia de que, não obstante todas as mudanças, lá ainda é uma favela.

Quem mora no morro é cabrito. A gente mora num lugar mais alto né... Morro?... Hoje não tem morro aqui mais. Hoje não existe isso mais. Quem fala que mora no morro é cabrito, pois não tem como você falar que mora no morro. (Marco Antônio, 59 anos)

Não tenho mais vergonha de falar que moro aqui. Muito pelo contrário. Acho que é até motivo de orgulho porque se você inventa várias barreiras, vários obstáculos, mas se você é do morro, se você suou para adquirir as coisas, você aprende a dar mais valor e de repente até a sociedade valoriza mais. Quem tem tudo na mão não sabe o que é dar valor para aquilo. (...) Mas Morro do Querosene você pode saber que é na linguagem do malandro. (Adriano, 26 anos)

Não gosto desse nome porque lembra o passado. Você lembra que eu disse que não tínhamos luz? Todo mundo iluminava com lâmpada, igual lá na roça. Usava-se querosene pra iluminar a casa. Por isso que se chama Morro do Querosene. Eu não gosto. Eu acho que lembra o passado. Não é querer fugir das lembranças. Mas eu acho que a vida se renova constantemente. As pessoas têm que renovar e se adequar constantemente às mudanças. Por que esse apego a querosene, querosene? Eu não gosto.

⁴⁸ O nome Morro do Querosene é utilizado, atualmente, pelo pessoal envolvido no tráfico de drogas, que também chama a vila de Queró e Quero-Quero.

Quem usa esse nome?
O pessoal do rap. (Josefina, 50 anos)

Uma mulher falou pra mim “eu sou muito brava, sou da Barragem Santa Lúcia”. E eu falei: sou pior que você: sou do Morro do Querosene. Na brincadeira, entendeu. Só na brincadeira. (Sara, 43 anos)

4.2 Os outros

4.2.1 O tráfico

Minha mãe sempre fala: quem se junta aos porcos, farelo come. (Adriano, 26 anos)

No capítulo 2, ao se discutir os impactos do tráfico de drogas e da criminalidade⁴⁹ nas representações sociais sobre a favela, foi possível verificar que para além da reedição do estigma, por meio da alcunha “classes perigosas”, os vínculos construídos, no imaginário da população, entre favela e tráfico de drogas redundam na segregação dos moradores dessas localidades por meio das limitações físicas – muros, cercas e segurança privada –, da legitimação da repressão e truculência por parte da polícia e do empobrecimento da vida social e da ação coletiva (ZALUAR, 2006; CALDEIRA, 2000; MACHADO, 2008). A questão que a partir desse momento deve ser discutida é: quais os impactos que tais imagens produzem entre os moradores da favela e de que maneira eles pensam seu lugar de residência a partir dessa contigüidade com bandos de traficantes.

Para Leite e Oliveira (2005) a precariedade de acesso aos bens sociais, assim como a representação negativa da favela faz com que a “fala do crime” (CALDEIRA, 2000) ou a “cultura do medo” (SOARES, *in:* ATHAYDE ET AL, 2005) concorram para o isolamento dos moradores das favelas em relação à cidade e para reforçar a “lei do silêncio” imposta por bandidos no seio dessas localidades. Assim, tem-se a dificuldade de articulação das demandas coletivas por inserção na cidade e pela crítica às relações que ocorrem nas favelas entre

⁴⁹ Para uma discussão pormenorizada sobre esse assunto ver Zaluar e Alvito (1999), Zaluar (1998 e 2004), Leite e Oliveira (2005), Athayde et al (2005) e Machado (2008). Para os objetivos desta pesquisa vale ressaltar a concordância desses autores sobre o fato do tráfico de drogas ser um negócio oligopolizado que envolve o comércio, a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas, cuja ponta varejista encontra-se instalada nas favelas, com suas chamadas “bocas de fumo” e trazer, a reboque, um aumento no índice de furtos e homicídios. Todavia é importante destacar que tais autores concordam também que esse fenômeno não está restrito às favelas, ou seja, ele se espalha pela cidade e envolve diversos atores.

trabalhadores e bandidos. Aliado a isso existe o fato de que a população favelada é previamente criminalizada, redundando suas queixas em indiferença, suspeita e desrespeito e no crescente esgarçamento das redes que poderiam propiciar a ação coletiva. Segundo os autores, qualquer pessoa que tenha tido contato com literatura sobre favela se depara com dois tipos de narrativa: uma resultante da “cultura do medo”, que criminaliza e estigmatiza os seus moradores e outra que é articulada pelos próprios moradores desses lugares e que tem como objetivo promover uma “limpeza simbólica” que busca o distanciamento do crime, seja pela dissociação com seu lugar ou a partir de termos e repertórios discursivos que os distanciam do lugar favela. É no bojo dessas relações perigosas que os moradores de favelas passam a empreender o esforço de limpeza simbólica do estigma de viver na favela, sem possibilidade de “mobilidade e redenção”. Ou seja, atualmente, ao estigma inicial de inserção num determinado território está acrescido àquele que os vinculam a bandidos numa relação de convivência e consentimento.

Desde o início do meu trabalho de campo, na vila Monte São José, tive a oportunidade de conviver com a articulação entre a “lei do silêncio” e a “limpeza simbólica” por meio das falas, posturas e comportamentos dos moradores. O tema tráfico de drogas sempre foi espontaneamente abordado pelos entrevistados. A princípio um dos objetivos da pesquisa era investigar até que ponto os moradores empreendiam reformas nas residências – colocação de muros, cercas ou grades – em virtude da violência. Todavia, no decorrer da pesquisa de campo, sempre quando perguntava sobre como é a vida na vila, invariavelmente, surgia, no meio da resposta, a afirmação de que a localidade possui venda de drogas como em qualquer lugar da cidade. Era perceptível a necessidade que os entrevistados tinham em me dizer que lá existe o fenômeno, porém é “lugar tranquilo”, “sem roubos e homicídios há quatro anos” e que o “pessoal” não “mexe com os moradores”.

Não. O pessoal daqui nunca foi de fazer nada contra o outro. Igual: eles ficam no canto deles... Não mexem com ninguém. É igual a uma loja que você vai: se você for bem atendido você volta. O lema daqui é como se fosse isso: uma loja, você vai, você é bem atendido, sem medo e sem nada. Então, você é bem atendido, você volta sempre... Conquistando os clientes... (Joana, 25 anos)

Também eles rechaçavam qualquer vínculo entre as reformas e violência. Segundo eles, estas, quando ocorriam eram de ordem estética, pois no local não existia roubo. As afirmações sobre a tranquilidade quase sempre ocorriam em comparação com um passado recente, quando houve vários homicídios em virtude da disputa pelo ponto de venda de drogas

com um grupo do Aglomerado Morro das Pedras⁵⁰. De forma resumida, esses eram os traços centrais das afirmações, espontâneas e estimuladas sobre a presença do tráfico na vila. Contudo, nesses momentos, outros fatores chamavam a atenção, pois demonstravam que nem tudo era tão tranqüilo assim. Em diversas ocasiões fui observada, ouvi conversas que expressavam a insatisfação com minha presença e tive receio de andar por certas áreas. Também em relação aos moradores eram perceptíveis as expressões faciais de vergonha⁵¹, raiva, medo e não foram poucas as situações em que, durante as entrevistas com mulheres, seus maridos ao ouvirem-nas falando sobre o assunto, tamborilavam os dedos na mesa num claro sinal de que a conversa se enveredava por caminho perigoso. Nesses momentos firmava-se a certeza de que o tráfico se constitui num “nó górdio” da vila Monte São José no que tange a construção de imagens sobre a favela por três razões, conforme veremos a seguir.

Em primeiro lugar pode-se afirmar que o tráfico de drogas é visto como aquele elemento que os prende ao lugar favela. Segundo uma entrevistada: “É nessa hora que ele – morador de fora – vê que tem favela aqui” (Joana, 25 anos). Ou seja, por mais que a vila seja bem localizada, urbanizada, regularizada, pequena e sem homicídios, merecendo inclusive o status de bairro, a presença do tráfico coloca a marca negativa que os iguala às demais favelas da cidade. Aqui se comprehende as razões para os jogos com as palavras e nomes do lugar; os discursos reiterados que minimizam e, até mesmo naturalizam sua presença na vila; os relatos sobre atual tranqüilidade local haja vista um passado de violência; e a necessidade de dizer que são pessoas de fora que controlam o tráfico e que entram lá para comprar⁵². Nesse ponto, inclusive, ocorre certa resistência e desconfiança com aqueles que vêm de fora: “o estrangeiro”, pois ele pode quebrar a paz local trazendo as disputas por ponto e mais mortes. Ou seja, o processo de “limpeza simbólica”, feito pelos moradores, procura minimizar o efeito dessa presença em razão da falta de conflitos armados; difundir um “ideal de nós” por meio do uso das palavras vila e bairro para designar o lugar; da rejeição ao nome Morro do Querosene, assim como na alegação de que esse fenômeno é comum à cidade.

⁵⁰ A localização da vila é estratégica e se configura num “drive thru” da droga, conforme destacado por uma colega de trabalho, pois existe uma rua principal (Assembléia), que atravessa a localidade, por onde passam os carros, não sendo necessário andar a pé, nem passar por becos e vielas. O pessoal que atua na venda de drogas fica posicionado nas esquinas dessa rua, abordando quem passa por ali, seja de carro ou a pé.

⁵¹ Em setembro de 2008, houve uma denúncia anônima de que havia armas e drogas escondidas no galpão, construído pela Prefeitura. Houve uma operação policial que apreendeu tal material. A vila apareceu nos jornais, inclusive sendo chamada de “Aglomerado Querosene”. Posteriormente, foi com os olhos cheios de lágrimas e com claro constrangimento que a presidente da associação relatou a mim o fato.

⁵² As afirmações dos moradores não são consensuais sobre a origem do grupo de controla o tráfico no local. Alguns entrevistados disseram que são pessoas de fora, outros que eram da vila, mas de lá saíram e outras falaram que são pessoas da comunidade.

Eram de Nanuque, vieram pra cá. Não sei como chegaram até aqui e foram anos terríveis. Na verdade eles tinham uma grande influência não só aqui. Eles tinham contato com o Rio de Janeiro. Tinham uma ligação muito forte com os de lá. Eles faziam desse lugar um inferno. (Josefina, 50 anos)

(...) Um postinho policial lá na entrada. Não é totalmente pra dentro do bairro, mas para por respeito, porque pode vim algum engraçadinho de fora, pra fazer gracinha. (Cibele, 70 anos)

Antigamente tinha. Tinha mais violência, disputa e hoje não existe nem disputa. Essa coisa que a gente ouve falar né, disputa de boca. Hoje em dia nem isso existe mais. É muito tranquilo, entre aspas. Ainda é um problema, mas não é um agravante que a gente possa falar: nossa! Que horror de favela. (Adriano, 26 anos)

Se a gente for comprar tudo que vem na nossa mão aqui... Vem panela, vem tênis, vem pizza, vem picanha... “Ah, mas isso aqui eu peguei da minha mãe lá para comprar um negócio pra mim.” Vem tudo: relógio, liquidificador...

Mas não é ladrãozinho, menino sujo não. São pessoas de bem, de posses que pegam da mãe deles para comprar o adubo. Eu fico bobo... Se bobear eles roubam o ferro aqui para vender no outro bar. Não os daqui. São os de fora. (Sara, 43 anos)

A segunda razão tem estreita conexão com o medo e a convivência. As pessoas evitam o convívio social com os traficantes seja para explicitar que eles são um **outro** que estragam a vila, seja em virtude do receio de serem envolvidas em atritos com policiais ou com outros traficantes além, é claro, do medo de suas reações violentas.

Eu chamo de mundo paralelo a questão das drogas: quem mexe, vende, quem usa. É uma coisa paralela a da gente que... São pessoas daqui... Foram desapropriados, mas continuam aqui... Alguns que moravam aqui, saíram e voltaram. Não moram no lugar, mas é de manhã até a noite aqui. Esse mundo paralelo que eu falo é esse. Passam, cumprimentam... igual eu cumprimento todo mundo... assim... Só que eu não me envolvo com eles. (Joana, 25 anos)

É para me proteger. Eu não vejo nada, não escuto nada e não falo nada. Sei o que acontece aqui em casa. É desse jeito... Isso com todo mundo aqui.

Essa é uma realidade aqui?

É a minha.

E na vila?

Ninguém pode nem abrir boca. (Moisés, 46 anos)

A trama da proximidade, no entanto, produz suas ambigüidades. Conforme Leite e Oliveira (2005) essa “condição de morador da comunidade” é utilizada para facilitar contatos, conversas e arranjos que permitem a paz local. Os autores destacam, porém, alguns elementos complicadores dessa situação, no sentido de que esses funcionam como legitimadores das representações sobre a convivência com o tráfico: o fato de moradores, não todos, muitas vezes recorrerem aos traficantes para proteção e resolução de contendas com vizinhos; o recrutamento de jovens para trabalhar no comércio da droga que, muitas vezes, auxiliam no sustento de famílias inteiras. Ou seja, há situações que reforçam a idéia de que os moradores

de favela escolheram seguir a “lei do tráfico” em detrimento da “lei da nação” (2005, p.22). Contudo, os autores observam que tal escolha, muitas vezes, decorre da forma como o Estado se apresenta nessas localidades. Mais ainda, para eles, essa é uma prática comum na sociedade brasileira, pois usualmente recorre-se a “instâncias mais acessíveis”. Na vila, o tráfico impõe o silêncio, mas também a resguarda de qualquer ataque externo e resolve problemas internos à sua maneira: pela força.

O problema aqui é essa tal da maconha. Só Deus mesmo. Mas num tem jeito... O chefão taí, não pode falar nada senão até mata a gente. Mas é tranquilo. Ele vende os negócios dele pra lá, não mexe com as pessoas. (...) Graças a Deus agora está muito bem. Tá tudo beleza mesmo. Qualquer coisa a gente fala com o rapaz, se sumir alguma coisa da gente, se a gente sabe quem pegou, a gente fala com o chefe e ele dá jeito. (Bela, 65 anos)

A terceira razão pode ser caracterizada como consequência do medo. É perceptível o empobrecimento da vida social na vila. A rua deixou de ser espaço de interação. Ela é lugar do movimento do tráfico. Para o restante da população da vila resta o medo, o silêncio e a segurança da casa. É possível dizer que em relação ao lazer, cultura, circulação, ação coletiva, associativismo e vocalização das demandas, a Vila Monte São José vive em permanente vulnerabilidade. Como analisado por Zaluar (2006) é pertinente dizer que houve uma alteração nos modos de viver o cotidiano. Talvez a expressão disso seja o vazio das ruas e becos e o empobrecimento das relações sociais na localidade. Ou seja, a apologia da união e da comunidade funciona, conforme destacado por Leite e Oliveira, mais como esforço de limpeza moral. Segundo eles “não é de hoje que os moradores de favelas empreendem um enorme esforço de descriminar-se, discriminando favelados e “vagabundos”, “trabalhadores” e “bandidos.” (2005, p. 38) Os esforços de limpeza e desidentificação redundam num repertório discursivo, muitas vezes voltado para o público externo que intenta se dirigir à cidade. Ou seja, para os autores, nota-se que os repertórios de limpeza são morais, pois buscam se desvincular da triste realidade de submissão à violência dos traficantes ou da polícia e, com isso, minimizar o preconceito e o estigma que sofrem por parte daqueles que não residem nesses locais. Para os autores, tal fato expressa a “morte cívica” a que eles estão condenados e que os expõe aos desmandos do tráfico e da polícia.

A única coisa que a gente podia fazer era ficar dentro de casa. A gente que não se mete com essas coisas assim... É ficar dentro de casa. Eles mesmos resolveram as coisas deles: todos estão mortos. Eles resolveram do jeito deles. Nessa questão, a única coisa que a gente pode fazer é esperar a poeira baixar... (Joana, 25 anos)

Considerando o que foi exposto acima é exemplar a relação dos moradores da vila Monte São José com a associação dos moradores. Como já foi dito, esta surgiu na década de 1980 a partir do estímulo de fora. Conforme relato de moradores, ela teve importante atuação na conquista de obras e serviços. Atualmente, ela encontra-se inativa. Não há eleições desde 1995. Também não há reuniões de diretoria para discussão de assuntos relativos à vila. A atuação externa dessa entidade é feita pela pessoa da presidente que tem estreita ligação com atividades desenvolvidas pela igreja católica e atuação política partidária. Segundo a presidente, as pessoas da vila “são acomodadas”. Já alguns moradores, em conversas informais e entrevistas declararam que a entidade “morreu” devido à presidente usar a entidade para se beneficiar pessoalmente⁵³. Outros louvam seu esforço para representar a vila e concordam que os moradores não se mobilizam. Mas em concordância com Machado (2008) há que se destacar que a lei que submete e atemoriza os moradores, também força o silêncio e o recuo da presidência da associação dos moradores.

A insegurança que a gente tem hoje, tanto faz aqui, como em outro bairro ai é a mesma. É o medo da violência né. Hoje a gente não está seguro nem dentro da casa da gente porque a violência está demais. (...) Mas aqui dentro da minha casa não. Eu fico sossegado. O que está passando, a confusão lá eu nem chego a cara no portão. Eu fico no meu canto aqui. Não quero nem saber. Deixo o circo pegar fogo pra lá. (Marco Antônio, 59 anos)

4.2.2 Os vizinhos dos bairros

Não, não tem relação. Simplesmente quando alguém da vila é empregado deles. É simplesmente ir fazer o trabalho. O faxineiro, porteiro, motorista. Vai, faz o trabalho e volta à tarde. Não tem relação nenhuma. (Moisés, 46 anos)

A vila Monte São José está localizada dentro do Bairro Cidade Jardim. Ela está cercada por mansões e prédios de alto luxo. Assim como Ribeiro et al (2002) na Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro e Almeida e D’Andrea (2004) na favela de Paraisópolis em São Paulo observaram, é possível dizer que a vila é um enclave de pobreza dentro de um bairro de classe abastada. A proximidade física, no entanto não redonda em convívio social. A distância

⁵³ Como presidente da associação dos moradores da vila Monte São José, junto ao poder público ela ocupa cargo de conselheira no Conselho Municipal de Saúde, na Comissão de Fiscalização das Obras do Orçamento Participativo – COMFORÇA –, tem livre trânsito em gabinetes e divisões da prefeitura e trabalhou na campanha do candidato vencedor das eleições em 2008.

social é tão extremada que os moradores da vila, quando indagados sobre a vizinhança, a princípio tomavam como referência os moradores de outras favelas. Somente quando confrontados com indagações sobre os vizinhos ricos excetuando o consenso sobre serem os moradores do bairro a entrar na vila para comprar drogas, não se observava uma regularidade nas avaliações acerca da proximidade social. Alguns entrevistados faziam um discurso rápido que expressava a naturalização da desigualdade e da distância, com perceptível constrangimento ou menosprezo e outros afirmavam um convívio social que, todavia, não foi observado durante os meses em que lá estive⁵⁴. Ou seja, assim como os moradores dos bairros os excluem eles também, pelo menos em termos discursivos para a pesquisadora, isolam e ignoram tal vizinhança, muito embora os bairros Cidade Jardim, Luxemburgo e Coração de Jesus, como já foi visto, sejam utilizados como referência de endereço. No entanto, em três aspectos, mesmo que de forma precária, há interação entre esses moradores.

Ah, nós somos diferente deles... A gente é pobre e eles são ricos. Mas os que têm ai por perto... Os que ajudam não incomodam. Os outros não ajudam, também não incomodam. Eles não amolam. O povo rico não nos amola. E é muito difícil os meninos que andam na malandragem aí amolar também. É muito difícil ter alguma reclamação de que eles estão amolando aí pra baixo. (Cibele, 70 anos)

Pra mim... Assim, nunca me incomodou não. Eu sou muito de ficar olhando as desigualdades. Eu acho uma injustiça: muitos que têm muito e não precisam e sempre lutam pra ter mais e outros que não têm quase nada. Mas me incomodar mesmo assim, não. É um sentimento de injustiça. É muito desigual a distribuição de renda. Tem certas coisas que parece que são provações que aparecem. (Joana, 25 anos)

Eu sinto assim... A gente se sente humilhado porque minha vida eu vivi do trabalho. Minha família graças a Deus a gente não tem ninguém que foi preso, que teve envolvimento com a justiça. Então, pra mim, eu acho uma humilhação a pessoa ficar se sentindo preocupada com quem ta passando na rua. Às vezes a gente desce aqui é vê o pessoal fica olhando a gente atravessado. É chata essa situação porque os dedos da mão são igual né. Então as pessoas... Por causa de um, os outros pagam. Eu acho chato de morar aqui. A minha tristeza maior é essa. E a gente não pode consertar o mundo. (Marco Antônio, 59 anos)

No que concerne à relação entre os moradores da vila e os moradores do bairro, merece destaque analisar o papel exercido pela igreja católica. A pesquisa empírica possibilitou verificar que esta instituição possui um papel central, seja com construções – capela e creche Recanto do Menor –, tempo em que está inserida no local, pelas atividades educacionais e de caridade lá desenvolvidas ou pelo fato de que, por meio dela, os “ricos”

⁵⁴ Um episódio paradigmático de tal questão foi a festa junina da Creche Recanto, mantida por paroquianos da Igreja Santo Inácio. As únicas presenças do bairro nessa festa eram o padre e três senhoras que ficaram todo o tempo cuidando do caixa da festa.

“entram” na vila para fazer caridade. Dessa forma, entender o papel da igreja ali pode contribuir para compreender as formas como ocorrem as interações entre os moradores da vila e sua vizinhança dos bairros.

A Paróquia Santo Inácio de Loyola pertence à Congregação Jesuíta e está localizada em ponto nobre do Bairro Cidade Jardim. Esta Congregação também administra um dos colégios mais tradicionais e bem conceituados da cidade, Colégio Loyola, situado no referido bairro. Sua presença na vila remonta aos anos de fundação da vila – os moradores mais antigos se lembram com carinho do padre Frederico, seu trabalho de construção e reconstrução da capela, após ela ser ocupada pela “malandragem” (Cibele, 70 anos).⁵⁵ Aos domingos, após a celebração da missa na igreja Santo Inácio, o padre vai para a vila celebrar missa na capela. A paróquia, além das atividades religiosas – catecismo e grupos de oração, em parceria com a associação dos moradores da vila –, faz doação de roupas para o bazar, fornece cestas básicas e uma polêmica sopa aos moradores mais pobres, em parceria com a ONG Instituto Dona Lucinha⁵⁶. Essa parceria também quer desenvolver um projeto de reforma do galpão e instalação de cursos profissionalizantes no local. A paróquia também oferece bolsas de estudos no Colégio Loyola e organizou um cursinho pré-vestibular com subsídio financeiro aos moradores. Dentro da vila existe uma creche, Recanto do Menor, que é mantida por mulheres da Paróquia Santo Inácio. Entre os moradores há aqueles que demonstram gratidão pelos favores e benefícios recebidos graças à intermediação da igreja e há outros que se revoltam justamente com tal presença e intermediação, reconhecendo que há interesses na manutenção dessa estrutura desigual. No entanto, não obstante a presença da igreja na vila, nos momentos próprios aos contatos sociais, nos quais os moradores da vila descem até a paróquia, tal como água e óleo, não há interação. Segundo os moradores é cada um para o seu lado.

Agora o padre, o que ele quer: é ter isso aqui politicamente, para ele ter sempre um coitado para ele cuidar. Ele não quer ver isso crescer. Ele não quer ver isso crescer. Ele quer a igreja dele bonitinha, muito gostosinha, para ele entrar e tal,

⁵⁵ Ali é a igreja era a primeira igrejinha e os malandros já fez derrubar. Aí já estava a malandragem crescendo aí.

Eles derrubaram? Não, não derrubou não. Eles ficaram dormindo dentro da igreja. Aí o padre pediu a indenização para o povo do Loyola. Eles indenizaram e ele derrubou a igreja e ficou sem. Ficou só o piso. Nisso apareceu o padre Frederico com amizade com seu Gestal né. Aí ele resolveu levantar a igreja.

⁵⁶ O fornecimento desta sopa iniciou-se no período em que estava realizando a pesquisa de campo. Ela é fruto de uma parceria entre a igreja e a ONG Instituto Dona Lucinha. Segundo a presidente da associação a idéia de distribuição da sopa na localidade foi da paróquia, sem qualquer consulta a ela, pois do contrário ela deixaria claro que “na vila não tem ninguém passando fome!” A distribuição não tinha muita procura e alguns moradores também comentavam sobre tal iniciativa com revolta.

amém e ir embora. Ele não quer ver isso crescer. Ele é outra pessoa. (Moisés, 46 anos)

Mas têm aqueles que se une com o pessoal da creche e faz festa para os meninos, entendeu. (Petrônio, 35 anos)

Se tem integração, eu nunca tive a oportunidade de observar. Só quando tem alguma festa na paróquia é que envolve mesmo as duas comunidades. Quando a gente faz festa aqui, a gente pode contar a participação nos dedos. Mas em relação aos daqui ir lá à paróquia... Quando precisa o pessoal desce mesmo. Vai com mais disposição. (Adriano, 26 anos)

Outro fator que propicia a interação entre os moradores da vila e os moradores dos bairros circunvizinhos está associado ao universo do trabalho. A vila se constitui num excelente mercado de mão-de-obra de baixa qualificação. Os entrevistados ou seus familiares, em algum momento de suas vidas, trabalharam ou trabalham como porteiro, pedreiro, empregada doméstica ou faxineira em casas ou prédios dos bairros Cidade Jardim, Santo Antônio, Luxemburgo e Coração de Jesus.

Tem. Tem muita gente que trabalha na orla. Então eles vêm buscar funcionários (Josefina, 50 anos)

Os antigos tinham um carinho especial com a gente, porque na época todo trabalhador, por exemplo: empregada, jardineiro, pedreiro, eles vinham procurar aqui. Eles entravam sem problema. Hoje também não tem problema. Você pode deixar seu carro ai que ninguém rouba. Não tomam nada de ninguém. Eles mexem com a porcariada deles, mas não mexem porque não querem a polícia aqui. Então pra eles se alguém mexer com o pessoal que entra aqui... Iah coitado, ta perdido. Então, essa parte tem essa vantagem. (Marco Antônio, 59 anos)

Por fim há a interação propiciada pela presença do tráfico de drogas na vila. Segundo os moradores esse é um dos raros momentos nos quais os moradores dos bairros circunvizinhos entram na vila e têm contato com alguns moradores.

Eu acho isso uma grande hipocrisia, no que se refere a drogas. Porque quem compra drogas é quem mora no entorno aqui. Então ele sustenta isso aqui. Qual é a solução? Eu não tenho. Quem entra aqui pra comprar droga não são os moradores daqui. Aqui eu vejo mais venda. Tem uso também, mas é mais venda. Mas quem entra aqui é filhinho de papai. Então, qual é a solução? (...) Eu não vejo uma saída. (Eulália, 36 anos – “De fora”)

A pesquisa de campo possibilitou verificar que são esses os momentos que propiciam uma integração entre os moradores da vila e dos bairros da redondeza. De resto, seja pela

observação em campo ou pelas entrevistas e conversas com moradores, fica a impressão de que não há qualquer contato entre os moradores da vila e os moradores dos bairros circunvizinhos.

A gente vive aqui num mundo a parte. É bem separado. Não dá pra você falar eu moro no Cidade Jardim. Eu brinco ainda: alguém diz nó Cidade Jardim e eu digo: fundos né. Fundos do Cidade Jardim. Não tem aquela integração. Pra mim um bairro, eu vejo o bairro da minha irmã, você interage com todo mundo. Aqui, o pessoal daqui só interage com o daqui mesmo e os que vêm de fora, interage com os que ele quer. Mas aí, eu acho que é a parte. É só a gente mesmo. Não tem interação com pessoas de outro... Assim, o bairro inteiro não. (Joana, 25 anos)

Essa vizinhança rica mantém isso aqui, entendeu? E eles sabem disso. Então, essa convivência... Existem aí dois pontos: eu tenho uma vizinhança rica que mantém isso aqui pra se sentir mais segura. E eu tenho esse contexto aqui que não incomoda lá porque sabe que ele é sustentado por essa vizinhança rica. Então, é uma parceria ótima: eu não te incomodo e você não me incomoda. Agora, intimamente, se tem essa coisa de se sentir inferiorizado porque a minha vizinhança ali é privilegiada ou não eu não saberia te dizer.(Eulália, 36 anos - “de fora”)

Não é à toa que a frase “eu moro no bairro Cidade Jardim, fundos” foi pronunciada por mais de um morador. Há uma clara percepção, por parte dos moradores, de que a vila se apresenta como estorvo para o bairro. Nesse sentido, segundo alguns entrevistados, ganha significado segregá-la, mas mantendo níveis razoáveis de apoio e ajuda que, por sua vez, são percebidos de maneiras diferentes pelos moradores: com resignação, revolta, agradecimento e, de forma instrumental para se descolar do estigma da favela. É possível dizer que a vila se constitui num celeiro de drogas, mão-de-obra barata e de caridade, propiciando somente uma interação em que a relação de poder está sempre presente. Com isso, torna-se explícito o papel subalterno dos moradores da vila.

Nesse ponto, é relevante retomar a análise de Bourdieu segundo a qual o lugar de moradia, aqui vila Monte São José, e as representações sobre esse lugar no caso, feitas pelos seus moradores, revelam uma estrutura cujas marcas são a hierarquia e o estigma expressando as sutilezas, tensões e ambigüidades decorrentes da violência simbólica. A vila certamente aufera ganhos, principalmente na estrutura de oportunidades dada a sua localização, presença da igreja e vizinhança rica. Ao longo da pesquisa de campo foi possível perceber que os moradores se apóiam nesses elementos para difundir a crença, mas como se viu, permeada de incertezas, em uma estrutura que é aberta à interação e que eles são afeitos a criar um efeito de vizinhança. No entanto, a marca do lugar está posta e o que se vê é a tentativa de inserção na cidade, seja na incorporação de todo o repertório discursivo que nega o lugar favela, ou nas elaborações que os distanciam desse lugar – representado em um “ideal de nós” inserido nos

bairros ricos, assim como na exclusão e minimização do poder do grupo que os puxa de volta ao mesmo – o tráfico –, e na difusão de uma idéia de que há uma interação com os vizinhos ricos que ultrapassa os limites da caridade, da criminalidade e de uma relação de trabalho na qual eles entram numa posição subalterna.

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação propôs discutir os elementos que norteiam o processo de elaboração das imagens sobre o espaço favela, a partir dos seus próprios moradores. Ela partiu do pressuposto que o espaço físico é expressão do espaço social e procurou compreender até que ponto variáveis a princípio definidas como eminentemente físicas – processo de construção da moradia, urbanização, regularização fundiária, tamanho do território – interferem na elaboração das representações sociais sobre a favela. Também considerando o fato de que a Vila Monte São José, objeto desta pesquisa encontra-se rodeada de bairros de classe abastada, procurou-se verificar a existência de interações entre esses moradores, assim como relações de proximidade social e vizinhança. Por fim, considerando a relevância do tema tráfico de drogas nas discussões atuais sobre a favela, no sentido de que este reconfigura não somente as imagens que a cidade constrói sobre a favela, mas também afeta o cotidiano dos moradores deste espaço frente a tal questão, e destacando que tal assunto foi espontaneamente abordado pelos moradores, o que confirma a centralidade desse aspecto, procurou-se entender de que maneira, os moradores, impactados por tal presença, analisam o seu espaço de moradia.

A partir dessas considerações iniciais é importante, a guisa de conclusão, retomar os principais pontos discutidos nesta dissertação e problematizá-los com o intuito de fornecer pontes para novos estudos e guias para intervenções públicas em obras de urbanização em vilas e favelas, pois que este pretendeu explorar os temas supracitados numa pequena comunidade, já que, assim como observou Elias, “não faz muito sentido estudar fenômenos comunitários como se eles ocorressem num vazio sociológico” (2000, p. 16). Ou seja, regularidades e padrões observados no microcosmo da Vila Monte São José, lançam luzes e sugerem hipóteses para estudos macrossociológicos.⁵⁷

⁵⁷ Acho relevante sugerir algumas questões que, ao longo desta dissertação, foram possíveis de ser observadas como carentes de uma melhor compreensão, mas aqui não foram tratadas: primeiramente, é importante destacar os poucos estudos sobre as favelas de Belo Horizonte por parte das ciências sociais. A favela geralmente é tema da arquitetura e urbanismo, mas, em geral, sob uma ótica eminentemente física. Sendo assim, em Belo Horizonte verifica-se a necessidade de um maior investimento nos estudos sobre a favela por parte deste ramo das ciências humanas. No que diz respeito ao objeto desta dissertação, seria interessante um aprofundamento da compreensão das imagens sobre a favela por meio de estudos comparativos entre as favelas das diversas regiões da cidade e entre estas e os bairros circunvizinhos. Também creio que seria importante um estudo das representações sociais elaboradas pelas crianças e jovens das favelas. O papel das ONGS, igrejas, poder público e demais instituições que atuam nas favelas na disseminação ou reconfiguração das imagens estigmatizantes sobre esse lugar. Os impactos sociais de um modelo de urbanização de vilas e favelas que tem gerado um grande número de remoção de moradias para execução de tais obras e uma verdadeira diáspora com o reassentamento das famílias em áreas distantes da cidade, em outros municípios ou em prédios construídos nas próprias localidades. Merece atenção

Primeiramente é importante atentar para os significados que a moradia adquire para os moradores. Embora eles afirmem que suas residências não possam ser consideradas como acabadas e, em virtude disto, como casas, deve-se compreender que esta, para eles, tem valor especial no que concerne aos sacrifícios financeiros ao longo dos vários anos que duram suas construções que, por muitas vezes, afetam investimentos em lazer, saúde, educação, entre outras dimensões da vida. Ela é abrigo e porto seguro após um dia de duro trabalho e diante dos novos significados que a rua apresenta em virtude da presença do tráfico de drogas. Por outro lado, em seu processo de construção, ela apresenta uma possibilidade de encontro e confraternização entre familiares, vizinhos e até desconhecidos numa tentativa de reviver o espírito solidário e comunitário tão ausente diante do espectro do medo e da violência. Ela também, assim como observou Zaluar (1985), não se restringe ao uso, pois, diante da precariedade financeira, que é uma constante, se constitui em objeto a ser ampliado ou dividido para dar conta da expansão da família e até mesmo vendido nos momentos de extrema dificuldade. Os elementos físicos que ressaltam a precariedade e aparente desmazelo da moradia, para os moradores da Vila Monte São José, se constituem em um dos aspectos característicos da favela, típica moradia do pobre, e expõem a dura face da desigualdade.

Não obstante os aspectos físicos das moradias, na opinião deles, em virtude das variáveis localização, urbanização e regularização, a Vila Monte São José não deve ser caracterizada como favela. Como foram observados durante a pesquisa empírica, estes aspectos da vila são acionados pelos moradores em seus discursos que visam se distanciar do lugar favela. Dizendo de outra forma, é possível afirmar que há por parte dos moradores da Vila Monte São José a incorporação das imagens negativas e depreciativas sobre a favela e, num esforço de distanciamento desse estigma, eles arregimentam discursivamente aqueles elementos passíveis de os distanciarem de tal lugar e aproximá-los do bairro.

A localização privilegiada da vila, próxima a uma grande avenida, por onde passam diversas linhas de ônibus e à região central da cidade, com acesso a diversos equipamentos públicos e as facilidades para conseguir emprego haja vista o fato de a Vila estar inserida geograficamente dentro de um bairro rico, assim como os fatos do lugar ser pequeno, se encontrar completamente urbanizado e ser regularizado do ponto de vista fundiário são aspectos positivos suscitados para alcunhar outras localidades como favela e não aquela. É

também uma avaliação das representações sociais que os moradores das favelas constroem sobre o prédio de apartamento, alternativa de moradia que é sugerida, algumas vezes e imposta em outras pela Prefeitura e que é recorrentemente rejeitada pelos moradores. Certamente esses assuntos não esgotam o problema, mas se constituem em iniciativas que podem melhorar sua compreensão.

impressionante como essa construção discursiva está arraigada entre os moradores. Tanto nas conversas informais quanto nas entrevistas fica claro que os bônus dessas variáveis se constituem em elementos desidentificadores do estigma da favela e se encadeiam formando um “ideal de nós” que os vincula ao bairro ou, no limite, a uma vila. Nesse aspecto, favela é lugar grande, desorganizado, sem urbanização e os exemplos de favela são os vizinhos Aglomerado Barragem Santa Lúcia e Aglomerado Morro das Pedras.

Em estreita conexão com o que acima foi afirmado, foi possível verificar que os ônus desses aspectos, tais como o alto custo de vida da região e o fato de não haver uma integração igualitária com os vizinhos ricos, pois esses só se relacionam com eles na arregimentação de trabalhadores para suas casas, nos momentos de fazer caridade, por meio da igreja, e na compra de drogas, são pouco elencados, quando não desconsiderados, numa clara tentativa de minimizar a crueza do fato de que se está próximo fisicamente, mas distante socialmente. E essa constatação os coloca no patamar de uma favela. Não é em vão que a frase lapidar que, inclusive dá título a esta dissertação, foi proferida por mais de uma vez. Lá é o fundo de um bairro, mas não o bairro. Tal constatação é exacerbada pela presença do tráfico de drogas.

Como já foi dito no capítulo 4, a presença do tráfico de drogas na vila macula as tentativas que os moradores empreendem no sentido de se distanciarem do estigma de residir no lugar favela e na construção de um “ideal de nós” afeto ao bairro. De forma espontânea ou estimulada o tema tráfico de drogas é tratado como um assunto que negativamente lhes impacta porque, para além de vinculá-los às imagens negativas sobre a favela ser lugar de traficante e criminoso, o tráfico empobrece a vida social no lugar – a rua não é mais espaço de interação e as organizações vicinais praticamente não existem – e impõe o medo. É possível ver que na vila há uma paz instável. As pessoas destacam o fato de não existir homicídios e conflitos entre grupos pelo controle do ponto de venda, mas reiteradamente demonstram desconfiar da possibilidade de retorno da violência que pode atingi-los seja por disputas, seja pela entrada da polícia ou por falar demais e desagradar quem controla o tráfico no local. Assim, na vila reina o silêncio e o medo. Por outro lado, percebe-se que o incômodo de tal presença é ambiguamente tratado como fator que propicia a tranquilidade, pois certas contendas e problemas que poderiam ocorrer no cotidiano – tais como furtos – lá não ocorrem em função, justamente, da presença do tráfico de drogas.

É lícito afirmar que os dilemas vividos pelos moradores da Vila Monte São José no que tange à construção das imagens sobre a favela e sobre seu lugar, expressam as tensões próprias àqueles que lutam para ser parte da cidade. A proximidade com os bairros ricos e

suas conseqüências: presença de uma paróquia rica difundindo uma visão de mundo calcada na resignação e na aceitação da caridade por parte dos ricos, sem questionamentos, assim como as oportunidades de contato com estes por meio do trabalho e a disseminação de uma visão de cidade que passa pela supremacia técnica que, por sua vez, prega a urbanização como o “passe de mágica” para a inclusão na cidade exacerbam as tensões e ambigüidades vividas pelos moradores da vila. Essas estão expressas no momento de dar os significados das palavras favela, vila, bairro, morro e comunidade, assim como no momento de declarar o endereço de residência, sempre referido aos bairros Cidade Jardim, Luxemburgo e Coração de Jesus, seja de forma alternada ou todos numa mesma frase. Ou seja, as ambigüidades de tais declarações demonstram que eles não se sentem, efetivamente, parte de tais bairros e, em alguns casos, nem sabem efetivamente a qual bairro pertencem.

O bairro se constitui no ideal a ser buscado e que eles estão mais próximos desse ideal que os outros. A favela é o “outro” que vive na precariedade, na falta e na violência. O morro é um passado para ser esquecido ou lembrado com alguma nostalgia e a comunidade se mostra como aquela palavra que busca resgatar uma união que não mais existe. Na realidade o que existe é um grupo social dilacerado pelos constrangimentos de uma estrutura que os coloca numa posição subalterna e que busca, por meio da reflexão sobre seu lugar de residência, cortar as amarras com as imagens negativas sobre esse lugar e alçar o status definitivo de morador da cidade.

Por fim, é necessário afirmar que a trama entre um “nós” que qualifica e um “outro” que desqualifica verificada na vila é extremamente perversa. Ela obriga seus moradores, já constrangidos a driblar as dificuldades próprias a uma população pobre, a cotidianamente empreender um esforço de limpeza moral que os insira no rol dos melhores para deixar de vez o estigma de viver na favela.

REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos. **Um bicho de sete cabeças**, in ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). Um século de favela. 2^a ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

ALMEIDA, R. e D'ANDREA, T. **Pobreza e redes sociais em uma favela de São Paulo**. In Novos Estudos, São Paulo: CEBRAP, n. 68, mar, 2004. www.centrodametropole.org.br. Acesso em 31/03/8.

ALMEIDA, R. e D'ANDREA, T. **Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo**. www.centrodametropole.org.br. Acesso em 31/03/8.

ALVES, Andréa M. Caldeira, Teresa P. do Rio. 2000. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. In Resenhas. Mana 8 (1): 213-140, 2000

ANANIAS, Patrus. **Política e administração em Belo Horizonte**, in DULCI, Otávio Soares e NEVES, Magda de Almeida (Orgs.) Belo Horizonte: Poder, política e movimentos sociais. Ed. C/Arte, 1^a ed. Belo Horizonte, 1996.

ARAÚJO, Marivânia C. **O Bairro Santa Felicidade, a cidade de Maringá e as diferentes formas de representações sociais**. Mimeo. 2005

ARAÚJO, Marivânia C. **O Bairro Santa Felicidade por ele mesmo**. In www.cch.uem/observatorio/arquivo/tese_de_doutorado_O_Bairro_Santa_Felicidade_por_ele_mesmo_Mariv%C3%A1nia.pdf. Acesso em 31/03/08.

ATHAYDE, Celso et al. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2005.

BICHIR, Renata M. **Segregação e acesso a políticas públicas no Município de São Paulo**. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2006. In www.centrodametropole.org.br. Acesso em 31/03/08.

BOURDIEU, Pierre (Org.) **Efeitos do lugar**, in A miséria do mundo. Ed. Vozes. 5^a ed. Petrópolis, RJ. 1997.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Favela: Acesso à habitação e cidadania territorializada**. www.ibase.br. Acesso em 05/12/2007.

BURGOS, Marcelo Baumann (Org.). **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca.** 2. ed. Rio de Janeiro: PUC Rio: Loyola, 2002.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Favelas? Por um novo pacto citadino.**
www.armazemdedados.rio.rj.gov.br. Acesso em novembro de 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Editora 34/EDUSP, 2000. 400 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar do/no mundo.** Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

CORDEIRO, Adriana S. e SZÜCS, Carolina P. **Avaliação funcional de habitações autoconstruídas: Um estudo de caso em Maceió – AL.** In Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v.10, n. 11, p. 57 – 78, dez. 2003.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?.** Rocco. 2 ed. Rio de Janeiro, 1986.

DAVIS, Mike. **Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal**, in SADER, Emir (Org.) **Contragolpes: Seleção de artigos da New Left Review.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000

FARIA, Ana Cristina Reis. **Mapeando a cidade: uma percepção urbana a partir das representações da periferia.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2003.

FRANÇA, Elisabeth e BAYEUX, Glória. **Favela Upgrading: A cidade como integração dos bairros e espaço de habitação.** www.vitruvius.com.br/arquitextos. Acesso em 15/09/08.

FREIRE, Letícia de Luna. **Da « favela » ao « bairro » : diferentes usos e concepções dos espaços de uma localidade em transformação.** Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2007, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana de Belo Horizonte: **Atlas Metropolitano**. - Belo Horizonte, 2006. CD rom: il.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Favelas em Belo Horizonte – tendências e desafios.** In XVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1992. Grupo de Trabalho Estudos urbanos, representações e políticas públicas.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada.** Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. 1991.

HOBBS, Thomas M. Hobbes – Coleção “Os Pensadores”, Abril Cultural, SP, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Editora Companhia das Letras. 26ª ed. 2004.

HOURI, Luciana Felicíssimo. **Políticas de produção de moradias e segregação residencial: Belo Horizonte – 1986 a 2000.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2008.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética das favelas.** www.vitruvius.com.br/arquitextos. Acesso em 15/09/08.

JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das Cidades.** Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais.** In GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). Textos em Representações Sociais. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

KAZTMAN, R. e FILGUEIRA, C. **Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades.** In Documento da Comisión Económica para América Latina y Caribe, Montevideo, CEPAL, 1999.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.

LAGO, Luciana Corrêa. **Avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana – São Paulo e Rio de Janeiro.** www.armazemdedados.rio.rj.gov.br. Acesso em novembro de 2007.

LAVILLE, C. e J. DIONNE. **A Construção do Saber. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas.** Porto Alegre: Editora UFMG, 1999, 340p.

LEITE, Márcia Pereira e OLIVEIRA, Pedro Paulo. **Violência e insegurança nas favelas cariocas: o ponto de vista dos moradores.** In Revista Praia Vermelha. 13. Segundo Semestre, 2005.

MAFRA, Clara. **Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência.** In ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. Um século de favela. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

MARQUES, Márcia T. Tembil. **De onça a rouxinol: práticas do espaço urbano.** ANALECTA Guarapuava, Paraná v. 2 no 1 p. 45-54 jan./jun. .2001

MARSHALL, Martin N. **Sampling for qualitative research.** In Family Practice. Oxford University Press. 1996. Vol. 13. Nº 6.

MATTA MACHADO, Marília N. **Entrevista de Pesquisa: a interação pesquisador-pesquisado.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2002.

MELO, Antônio de Pádua Silveira. **Participação, cultura política e racionalidade: A influência da natureza dos bens produzidos pelo Orçamento Participativo e Orçamento Participativo da Habitação sobre o processo de ação coletiva dos grupos de sem-casas e associações de bairros e favelas de Belo Horizonte.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Dissertação de Mestrado. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica.** In GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). Textos em Representações Sociais. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

NETO, Antônio Garcia. In NETO, Antônio Garcia (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

PARK, Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**, in VELHO, Otávio Guilherme (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.

PASTERNAK, Suzana. **São Paulo e suas favelas**. In: Revista de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, junho de 2006.

PENNA, Cláudia Maria de Mattos. **Ser saudável no cotidiano da favela**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel; Florianópolis 1997.

PENZIM, Adriana Maria Brandão. **Viver em conjunto: Habitação social e modos de vida**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2001.

PICCOLO, Fernanda Delvalhos. **A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela**, In ANDRADE, Luciana, JUNIOR, Heitor Frugoli, AREAS, Fernando. (Orgs.) **A cidade e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC Minas/EDUSP, 2006.

PORTO, Maria Stela Grossi, **Crenças, valores e representações sociais da violência. Sociologia**. Porto Alegre, ano 8 , nº 16, p-250-273, in www.scielo.br/soc/n16/a.10n16.pdf. Acesso em 23/11/2007

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Consolidação do Plano Diretor – Lei 7.165 de 27 de Agosto de 1996**. Edição preparada pela Gerência Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR. Secretaria Municipal de Regulação Urbana, PBH, Julho, 2003.

RIBEIRO, Frank de Paula. **Cidadania possível ou neoclientelismo urbano? Cultura e política no Orçamento Participativo da Habitação em Belo Horizonte (1995-2000)**. Fundação João Pinheiro. Escola de Governo. Dissertação de Mestrado. 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et all. **Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. A Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro**. 2002 In www.observatoriodasmetropoles.br. Acesso em 20/08/07.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e LAGO, Luciana Corrêa. **A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro.** Cadernos ANPUR, GT 07 – Cidade e Metropolização. 2002. www.observatoriodasmetropoles.br. Acesso em 20/08/07.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Cidade-Mercadoria: a mixofobia no Paraíso Tropical. Qual o lugar dos pobres no urbano brasileiro.** www.observatoriodasmetropoles.br. Acesso em 20/08/2007.

RIBEIRO, Ruth. **Juventude, droga e estigma: um estudo exploratório dos significados atribuídos ao uso e tráfico de drogas, por jovens de escola pública de Belo Horizonte.** Faculdade de Educação da UFMG. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. 2002

RINALDI, Alessandra de Andrade. **Marginais, delinqüentes e vítimas: um estudo sobre as representações da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro,** in ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. Um século de favela. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

ROSA, Thaís Troncon. **Produção e apropriação do espaço em periferias urbanas; construindo algumas questões.** Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. **A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das ciências sociais.** Revista Rio de Janeiro, n° 9, pag. 91-99, jan/abr. 2003.

SARAIVA, C. e MARQUES, E. **A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo.** In www.centrodametropole.org.br. Acesso em 31/03/08.

SILVA, Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela: alegria e dor na cidade.** Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2005.

SILVA, Luiz Antônio Machado (org.). **Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, Georg. **Metrópole e vida Mental.** Sociologia. São Paulo. Ed. Ática. 1983.

SUTIL, Marcelo S. **Espelhos por fora, miragens por dentro: a cidade e o morar no início do século XX.** Tuiuti: Ciência e cultura, n° 28, FCHLA 04, p. 249-268, Curitiba, mar. 2002

TORRES, H.G., BICHIR, R.M. e CARPIM, T.P. **Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda.** In www.centrodametropole.org.br. Acesso em 31/03/08.

URBEL. Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte. **Origem da URBEL-Profavela**, Lei 3532/1983.

URBEL. Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte. **Relatório de Política Urbana e Ambiental: 2001-2004**. PBH.

URBEL. Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte. **Universo de atuação da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte**, in intranet URBEL. Acesso em 27/11/2007.

URBEL. Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte. **Relatórios dos Empreendimentos do Orçamento Participativo**. 2008.

URBEL. Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte. **Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenções em Vilas, Favelas e Conjuntos Habitacionais de Especial interesse social**. Belo Horizonte, Janeiro, 2000.

VALADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. In NUNES, Edson de Oliveira. A aventura sociológica. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. Editora Brasiliense. SP, 1985.

ZALUAR, Alba. **Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil**. In História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea / Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Lilia Moritz Schwarcz – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba. **Crime, medo e política**. In ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Introdução e cap. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

ZALUAR, Alba. **Pobreza e tráfico de drogas: uma integração perversa**. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2006. Capítulos 1, 2 e 3.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade.** Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Tópico 1 – Qualificação do indivíduo – redes sociais

Nome

Idade

Profissão/Ocupação

Nasceu em Belo Horizonte?(SE NÃO) Em qual cidade? Como veio morar na vila?

Você poderia comparar sua vida hoje em relação ao lugar que você morava?

Nasceu na vila? (SE NÃO) Em qual vila/bairro? Como veio morar na vila?

Você poderia comparar sua vida hoje em relação ao lugar que você morava?

Você atualmente está trabalhando?

Onde trabalha?

Como você vai para o trabalho?

Nos seus momentos de folga/lazer, o que você costuma fazer?

Onde você costuma ir? Vai com família? Amigos?

Você possui parentes morando aqui na vila? Relações de parentesco.

Eles moram perto? Você costuma visitá-los

Você possui amigos morando aqui na vila? Relações de amizade.

Eles moram perto? Você costuma visitá-los?

A vila possui associação de moradores?

Quais são as atividades desenvolvidas pela associação? (SE CITAR) Você participa das atividades/reuniões?

Qual a sua opinião sobre a atuação da associação de moradores da vila?

Tópico 2 – A casa

Me fale um pouco sobre a sua casa? O que significa casa para você?

Quantas pessoas moram aqui?

Quantos cômodos ela tem?

Você construiu ou comprou pronta?

Você fez alguma obra nela?

Fez sozinho? Contratou mão-de-obra? Pedi ajuda para parentes e amigos?

Considera que a casa está pronta?

Você possui escritura da casa? (SE NÃO) Por que?

Na sua opinião o que significa a escritura de uma casa?

Na sua opinião o que muda na vida dos moradores Ter a escritura da casa?

Qual é o lugar que você mais gosta na sua casa? Por que?

Que tipo de situação no dia-a-dia lhe causa sensação de insegurança? Essas situações ocorrem geralmente em quais lugares?

Como você se protege e protege suas coisas – casa e outros bens, nessas situações?

Tópico 3 – A Vila Monte São José

Você gosta de viver na Vila? Me fale um pouco sobre sua vida aqui na vila Monte São José. A vila sempre foi do jeito que ela é hoje? Como era, considerando sua experiência de vida e o que os outros falam sobre o lugar?

O que possui em termos de urbanização?

Considerando seu conhecimento sobre outros lugares da cidade, como você avalia a Vila Monte São José? Explorar lugares utilizados para a comparação.

Quais são as principais qualidades da vila?

Quais são os principais defeitos da vila?

Quais são os principais problemas da vila?

Como eles podem ser resolvidos? Quem pode resolvê-los?

Quem são os vizinhos da vila Monte São José?

Existem pessoas de fora da vila que costumam vir aqui? Quem? Para fazer o que? Você tem contato com essas pessoas?

Qual é o lugar que você mais gosta na Vila? Por que?

Tópico 4 – Os nomes

Você poderia me dar seu endereço completo – aquele que você utiliza em compras ou vem nas contas.

No dia-a-dia que nome você usa para chamar o local de sua residência?

Como as pessoas costumam chamar a vila?

Você já ouviu falar em Morro do Querosene? (SE SIM) Quem costuma usar esse nome?

O que esse nome representa para você?

Na sua opinião o que é uma favela? Você pode me indicar um lugar que você considera que seja favela? Por que?

Na sua opinião por que existem favelas?

Quem mora em favelas?

Na sua opinião o que é uma vila? Você pode me indicar um lugar que você considera que seja vila? Por que?

Na sua opinião por que existem vilas?

Quem mora em vila?

Na sua opinião o que é morro? Você pode me indicar um lugar que você considera que seja morro? Por que

Quem mora em morro?

Na sua opinião o que é asfalto? Você pode me indicar um lugar que você considera que seja asfalto?

Quem mora no asfalto?

Na sua opinião o que é um bairro? Você pode me indicar um lugar que você considera que seja bairro? Por que?

Na sua opinião por que existem bairros?

Quem mora em bairros?

Tópico 5 – O bairro

Na sua opinião aqui faz parte de qual bairro?

Você vê diferenças entre o bairro e a Vila? (SE SIM) Quais?

Como é a relação das pessoas da localidade com os moradores do bairro?

Como você acha que os moradores do bairro avaliam a vila?

Como os moradores da vila avaliam o bairro?

Em quais momentos você vê integração entre os moradores da vila dc do bairro?

Tópico 6 – A cidade

Você gosta de viver nessa cidade? Me fale um pouco sobre sua impressão sobre Belo Horizonte.

Você acha que Belo Horizonte é uma cidade feita para todo mundo?

Qual é a principal qualidade da cidade?

Qual é o principal defeito?

Qual é o principal problema de Belo Horizonte?

Como você acha que esse problema pode ser resolvido? Quem pode resolvê-lo?

Você costuma andar pela cidade? Quais são os lugares da cidade que você costuma ir? Para quê?

Qual é o lugar que você mais gosta na cidade?

Agradecimentos

APÊNDICE B – Relação de Vilas e Favelas de Belo Horizonte

Favelas da Região Administrativa do Barreiro

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
Alta Tensão	Bairro das Indústrias	577	2.423	4,1
Alta Tensão I	Bairro das Indústrias	0	0	
Alto das Antenas		178	460	2,6
Antenas	Vila Mangueiras	842	2.840	3,4
Átila de Paiva	Vila Joana D'Arc	352	1.478	4,2
Batik		64	269	4,2
Bernadete	Matinha	687	1.973	2,9
Cemig	Quiabinho/Gavião/União	2.268	6.901	3,0
Copasa		85	357	4,2
Corumbiara		322	996	3,1
Independência I	Vilinha Independência	1.104	4.637	4,2
Independência II e III	Vilinha Independência	0	0	
Independência IV	Vila União	0	0	
Jardim do Vale		390	1.258	3,2
Marieta I	Olaria	236	991	4,2
Marieta II	Vilinha	0	0	
Petrópolis		85	357	4,2
Pilar		156	655	4,2
Piratininga		579	1.789	3,1
Tirol		75	315	4,2
Vila Formosa		59	248	4,2
Vila Nova dos Milionários		133	559	4,2
Total		8.192	28.506	3,5

Favelas da Região Administrativa Centro-Sul

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
Acaba Mundo		371	1.346	3,6
Ápia		133	559	4,2
Bandeirantes		154	647	4,2
Estrela		330	1.450	4,4
FUMEC		21	88	4,2
Mala e Cuia		52	218	4,2
Marçola	Cabeça de Porco	2.852	7.944	2,8
Monte São José	Morro do Querosene	302	1.268	4,2
Nossa Senhora Aparecida	Pau Comeu	1.748	6.166	3,5
Nossa Senhora Conceição		2.217	7.828	3,5
Nossa Senhora de Fátima		3.476	13.291	3,8
Novo São Lucas		1.022	3.848	3,8
Pindura Saia		69	290	4,2
Santa Isabel		51	214	4,2
Santa Lúcia	Barragem	1.998	8.783	4,4
Santa Rita de Cássia	Papagaio	1.520	6.681	4,4
Santana do Cafetal	Cafetal	2.147	7.009	3,3
Total		18.463	67.630	3,7

Favelas da Região Administrativa Leste

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
Alto Vera Cruz		8.362	30.186	3,6
Belém		210	882	4,2
Boa Vista	Vila Mariano de Abreu	367	1.422	3,9
Buraco Quente	Vila Dias	99	416	4,2
Caetano Furquim	Souza Aguiar	469	1.970	4,2
Camponesa I e II		37	155	4,2
Camponesa III		102	428	4,2
Cônego Pinheiro		173	727	4,2
Cônego Pinheiro A		76	319	4,2
Grota		114	479	4,2
João Alfredo		66	277	4,2
Nossa Senhora do Rosário	Pedreira da Pompéia	216	812	3,8
Paraíso		194	815	4,2
São Geraldo	Vila Olaria	77	323	4,2
São Rafael		455	1.463	3,2
São Vicente	Buraco Quente	207	663	3,2
União	Ponta Porã	238	990	4,1
Vila da Área		108	454	4,2
Vila Vera Cruz	Vera Cruz	83	349	4,2
Total		11.653	43.130	3,7

Favelas da Região Administrativa Nordeste

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
Andiroba		294	1.235	4,2
Antônio Ribeiro de Abreu		186	781	4,2
Beira Linha		925	3.885	3,4
Boa Esperança		150	630	4,2
Carioca		181	760	4,2
Esplanada A		121	508	4,2
Grotinha		49	206	4,2
Guanabara		86	361	4,2
Inestan	Humaitá	220	705	3,2
Mirtes		106	445	4,2
Morro dos Macacos		70	294	4,2
Nova Cachoeirinha IV	Bananal	142	710	5,0
São Gabriel/Jacuí		219	920	4,2
São Gabriel/São Dimas		72	302	4,2
São Paulo	Praça da Associação	554	2.770	5,0
Tiradentes	Concordia	519	1.808	3,4
Três Marias		125	525	4,2
Vila Brasília	Presidente Vargas/São Benedito	530	2.226	4,2
Vila da Luz		321	1.348	4,2
Vila da Paz	Coqueiros	119	500	4,2
Vila de Sá		108	454	4,2
Vila do Pombal		64	269	4,2
Vila Ipiranga	Caixa D'Água	32	134	4,2
Vila Maria	Gorduras	1.277	5.363	4,2
Vila Ouro Minas		188	789	4,2
Vila São Gabriel		267	1.121	4,2
Vila São Sebastião	Universitários	148	497	3,3
Total		7.073	29.021	3,7

Favelas da Região Administrativa Noroeste

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
31 de Março	Cicobe	464	1.949	4,2
Anel Rodoviário	Maloca	144	605	4,2
Antena		180	612	3,4
Califórnia	Sovaco das Cobras	1.135	5.062	4,4
Coqueiral	Vila da Paz/Pé de Vento	610	2.075	3,4
Delta	João Pinheiro	235	987	4,2
Jardim Alvorada	Antenas/Tancredo Neves	741	2.604	3,5
Jardim Montanhês	Jardim Alvorada/Manacás	78	305	3,9
Lorena		67	281	4,2
Maravilha I		17	71	4,2
Marmiteiros	São Vicente	272	1.142	4,2
Nova Cachoeirinha I		813	2.729	3,4
Nova Cachoeirinha II		73	223	3,0
Peru	São Francisco das Chagas	245	859	3,5
Prado Lopes	Pedreira	1.914	8.900	4,6
PUC		19	80	4,2
Santo Antônio	Barroquinha	193	811	4,2
São José A	São José/Avenida Pedro II	2.139	8.984	4,2
Senhor dos Passos	Buraco Quente	1.060	3.800	3,6
Sumaré	Inferninho	1.055	3.338	3,1
Vila Oeste		311	1.306	4,2
Vila Oliveiras		53	223	4,2
Total		11.818	46.946	3,9

Favelas da Região Administrativa Norte

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
1º de Maio		1.152	4.838	4,2
Biquinhas		777	1.872	2,4
Boa União I		163	685	4,2
Boa União II		117	491	4,2
Minaslândia	1º de Maio/São José	327	1.373	4,2
São Tomaz		3.205	7.913	2,5
Vila Aeroporto		812	2.523	3,1
Vila Cloris	Bacurau	49	205	4,2
Total		6.602	29.159	4,4

Favelas da Região Administrativa Oeste

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
Ambrosina		256	1.108	4,3
Antena		408	1.652	4,0
Barão Homem de Melo I, III, IV, V, e VI		867	3.641	4,2
Betânia	Bairro das Indústrias	63	265	4,2
Cabana do Pai Tomás		7.684	19.907	2,6
Calafate		410	1.256	3,0
Chácara Leonina		1.030	3.811	3,7
Guaratã	Ambrosina	220	953	4,3
Havaí		115	483	4,2
Imbaúbas	Embaúbas	487	1.574	3,2
Imperial	Custodinha	153	472	3,0
Leonina		0	0	
Madre Gertrudes I	São José	710	1.916	2,7
Madre Gertrudes II	Divinéia	200	650	3,2
Madre Gertrudes III, IV e V	Maracás, Moinho	333	829	2,4
Nova Gameleira I		484	2.033	4,2
Nova Gameleira II		0	0	
Nova Paraíso	Vila Dona Geralda	200	840	4,2
Pantanal		149	582	3,9
Santa Sofia		942	3.702	3,9
São Jorge I	São Jorge/Rua Bento	499	1.687	3,4
São Jorge II	Cascalho	968	4.117	4,3
São Jorge III	Lixão	1.121	4.275	3,8
Sport Club	Cidade Industrial/Virgínia/Esporte	407	1.114	2,7
Ventosa	Cercadinho	1.855	7.791	4,2
Vila Oeste/Nova Gameleira	Nova Gameleira	14	59	4,2
Virgínia		232	974	4,2
Vista Alegre	Nova Cintra	2.992	12.566	4,2
Total		22.799	78.257	3,4

Favelas da Região Administrativa Pampulha

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
Aeroporto	Santa Cruz	199	836	4,2
Bispo de Maura	Vila São Francisco de Assis	73	307	4,2
Novo Ouro Preto		265	1.107	4,2
Paquetá		225	685	3,0
Santa Rosa		445	1.496	3,4
Santo Antônio/Indaiá		55	231	4,2
São Franciso		38	160	4,2
Suzana I		394	841	2,1
Suzana II		76	222	2,9
Vila Real		54	227	4,2
Vila Real II		133	559	4,2
Vila Trevo		89	300	3,4
Vila Unidas		122	512	4,2
Total		2.168	7483	3,0

Favelas da Região Administrativa Venda Nova

Nome	Nome popular	Domicílios	População	Densidade domiciliar
Apolônia	Parque Jardim Leblon	2.578	7.669	3,0
Copacabana		596	2.504	4,2
Flamengo		200	840	4,2
Jardim Leblon	Itamarati	194	815	4,2
Laranjeiras	Baleares	131	550	4,2
Mantiqueira		250	1.050	4,2
Nossa Senhora Aparecida		657	2.177	3,3
Nova América		182	764	4,2
Piratininga A		36	151	4,2
Santa Mônica	Mãe dos Pobres	439	1.844	4,2
São João Batista		890	2.080	2,3
São José/Céu Azul	Vila dos Anjos	115	483	4,2
Satélite		32	134	4,2
Serra Verde		148	622	4,2
Sesc I		163	685	4,2
Sesc II		17	71	4,2
Universo	Itamarati/Vila do Índio	1.410	5.922	4,2
Várzea da Palma		45	132	2,9
Total		8.083	28.493	3,5